

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

SÍLVIA MUTO

“Mal-dito” Brasil:

o regional e o nacional nos escritos de Paulo Prado (1920-1934)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
AGOSTO 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sílvia Muto

Mal(-)dito Brasil: o regional e o nacional nos escritos de Paulo Prado (1922-1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós Graduated em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com requisito parcial para obtenção de título em Mestre em História Social sob orientação da Professora Doutora Yvone de Avelino Dias.

São Paulo
Agosto 2008

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

A vida é feita de encontros e também de desencontros, estes talvez em maiores repetições, as lembranças também possuem uma natureza semelhante, com o diferencial de que nos desencontros fazem-se mais que presentes... Lembrar para agradecer, tarefa difícil para uma pessoa tão desmemoriada...

Agradeço a minha família pela compreensão e atenção desprendida durante todo o período de meus estudos. Aos meus pais, Mércia e Roberto, e à minha tia Marie pelas longas e produtivas conversas, pelo apoio, mas sobretudo, pela confiança em mim depositada - que em muitos momentos era apenas deles. Às minhas irmãs, Lívia e Bianca, que mesmo ocupadas como os seus afazeres sempre perguntavam: Como vai o seu trabalho? Lembro-me, de quando comecei o curso de graduação em História na PUC-SP, dos olhos ao mesmo tempo felizes e preocupados... olhares que me motivavam a superar todos os empecilhos impostos pelos estudos inclusive a escritura desta dissertação de mestrado.

Ao meu amado João Luiz, com quem junto experimentei as dores e amores de se escrever e estudar, mas principalmente a aquelas de viver e amar. Juntos, passamos por todas as dificuldades desta nova. Por todo o carinho e amor cultivado ao longo destes anos, que sem dúvida alguma tornaram esta jornada mais prazerosa.

Aos meus velhos amigos Reinaldo, Kazuo, Anderson e Mariana, por todos os dias e noites de companhia; aos meus novos amigos André e Cecília pelas agradáveis tardes regadas a café; ao quinteto Beto, Dani, Jimi, Van e Nilo pelas belas noites; a Helô, Terence e Rodrigo pelas boas memórias e longas ausências; a Rosana, Betinho, Juli, Lila e Bia pelo carinho, atenção, paciência e acolhida; ao Eduardo e Mercedes pela amizade e pelas sábias intervenções; ao Vitor, Bonito, Janu e amigos da livraria pelas intermináveis tardes a fio e de importantes discussões; como também à todos os meus colegas de graduação e pós-graduação com os quais compartilhei momentos de conversa, descontração e estudo que foram de fundamental e prazerosa importância.

À professora Yvone Dias Avelino, pela orientação atenta que mesmo com as nossas desavenças soube com maestria orientar e construir esta dissertação. Com ela compartilho apenas os elogios, quanto às críticas e erros, estes são de minha inteira responsabilidade. Aproveito para agradecer a todos os professores de programa, em especial ao professor Fernando Torres Londoño pelo carinho, compreensão e dedicação; e à Betinha pela atenção desprendida. Como também às professoras Lilia Guzzo e Maria Angélica do Departamento de História pelo incentivo.

Aos professores Eduardo Bonzatto e Maria de Lourdes Aleotério, pelas críticas e contribuições sugeridas, durante o exame de qualificação, elas foram de fundamental importância para a continuidade do trabalho. Como também, novamente, ao professor Eduardo Bonzatto e a professora Maria Izilda S. Mattos pelo aceite em compor a banca de defesa.

Ao CAPES e CNPQ pelo apoio institucional e financeiro prestado para a realização desta dissertação de mestrado. Ao Banco do Brasil pela autorização da licença interesse, em especial ao Sr. José Roberto pelos sábios conselhos e compreensão.

Resumo

MUTO, Sílvia. “Mal-dizer”o Brasil: o regional e o nacional nos escritos de Paulo Prado (1922-1934)

Esta dissertação propõe uma reflexão sobre a história e sua relação com a organização intelectual da memória afetiva do passado no processo de construção de identidades regionais e nacionais. Analisa as relações estabelecidas entre as obras escritas por Paulo Prado *Paulística* (1925) e *Retrato do Brasil* (1928) com a sociedade paulista e brasileira nas primeiras décadas do século. Inseridas no processo de luta por acomodação de um princípio identitário harmônico no Brasil, as obras e Paulo Prado colaboram para compreender as inflexões entre nação, modernismo e regionalismo. Outrossim, investiga a centralidade da escrita da História como operação central nestas construções.

Palavras-chaves: São Paulo; regionalismo; nacionalismo; historiografia.

Abstract

MUTO, Sílvia. “Mal-dizer”o Brasil: o regional e o nacional nos escritos de Paulo Prado (1922-1934)

The following dissertation aims at reflecting on the relationship between history and the intellectual constitution of the emotional memory in the process of creating local and national identities. This study analyses the relation between Paulo Prado’s books – *Paulística* (1925) and *Retrato do Brasil* (1928) – and the early 1900’s Society in Brazil, and in the city of São Paulo. Struggling to build a Brazilian identity, Paulo Prado’s work sheds light into the links between Nation, modernism and local culture. Moreover, it investigates the importance of recorded history in building up local and national identities.

Keywords: São Paulo, regionalism, nationalism, Historiography

Que preto, que branco, que índio o quê? Que branco, que índio, que preto o quê? Que índio, que preto, que branco o quê? Que preto branco índio o quê? Branco índio preto o quê? Índio preto branco o quê?

Somos o que somos: Inclassificáveis

Não tem um, tem dois. Não tem dois, tem três. Não tem lei, tem leis. Não tem vez, tem vezes. Não tem Deus, tem Deuses. Não há sol a sós. (Araldo Antunes)

Por que a Tropicália veio para detonar com o Modernismo (Tom Zé)

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1. UMA ILHA CHAMADA SÃO PAULO	23
1.1 DO PLURALISMO AO SINGULAR: REURBANIZAÇÃO PAULISTA.....	25
1.2 PASSADO PAULISTA: A ÂNCORA DA TRADIÇÃO.....	33
<i>A genealogia familiar: O sentido de uma família de quatrocentos anos</i>	34
<i>Da rebeldia à preservação do prestígio</i>	39
1.3 PAULÍSTICA: A OBRA E SUA HISTORICIDADE	42
<i>Os primeiros passos no mundo da história</i>	42
<i>Origens de uma raça superior</i>	47
<i>A interferência externa</i>	51
1.4 A CONFLUÊNCIA DOS TEMPOS OU O BANDEIRANTE	56
<i>A prerrogativa do moderno</i>	56
<i>Paulística ou “Pradística”</i>	63
2. MAR DE BRASIS: RETRATO DO BRASIL	71
2.1 A NAÇÃO COMO PROBLEMA	73
<i>Brasileiro que bicho é esse?</i>	79
2.2 RETRATOS DE MÚLTIPLOS E SINGULARES BRASIS.....	86
<i>Paraíso e a Degradação: paradigmas edênicos</i>	88
<i>O diabo fez o mestiço</i>	92
2.3 IMPLICAÇÕES SOBRE UM RETRATO OU MAL-DIZER O BRASIL.....	97
<i>O que é um retrato?</i>	97

<i>Retrato do outro: gênese do preconceito</i>	100
3. BADEIRANTE: AVANTE!	105
3.1 O MODERNISMO COMO REGIONALISMO PAULISTA	107
<i>Modernismo e Revolução</i>	109
3.2 A HISTÓRIA MODERNISTA DO BRASIL: FUNDAMENTO DA IDENTIDADE	113
<i>Sobre o regime de tempo</i>	115
3.3 REGIONALISMOS: UMA QUESTÃO DE LUGAR	122
<i>A tristeza, a malandragem e a força: notas sobre o nacional</i>	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
FONTES E BIBLIOGRAFIA	141
<i>Fontes</i>	141
<i>Teses e Dissertações</i>	142
<i>Bibliografia Geral</i>	142

Considerações Iniciais

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação eruditas pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua ele se pergunta: O que é esta profissão? Michel de Certeau

Esta dissertação, em linhas gerais, tem por objetivo propor uma leitura das obras de Paulo Prado compreendendo suas narrativas como uma reflexão sobre a história de São Paulo e sobre o Brasil. Tal leitura tem como fundamento refletir sobre como um paulista no começo do século XX procurou garantir, por meio de sua ação intelectual, uma determinada representação da sociedade na qual transparece tanto sua função social como também seus anseios. O trabalho estabelece um diálogo nevrálgico tanto com os estudos relacionados à história da história quanto com os estudos vinculados à história intelectual, a partir dos quais podemos pensar a produção histórica como um dado da cultura na qual ela é produzida como também definidora de um espaço de disputas pela imposição de verdades. Assim, a proposta é perceber as relações entre história, memória e poder dentro das representações culturais da sociedade paulistana.

O primeiro contato com o autor deu-se através do interesse que nos despertou a produção modernista do século XX, na qual Paulo Prado aparece principalmente como mecenas. A participação de Paulo Prado vai além do mecenato, ele também escreveu duas obras – *Paulística* (1925) e *Retratos do Brasil* (1928) – que revelam uma interpretação singular do país. Ao descobrir um comentário em que Mário de Andrade afirmava ser *Retratos do Brasil* o ensaio sociológico de *Macunaíma* de imediato cresceu nosso interesse pela obra que se refere ao Brasil como o país de um povo triste. Como é possível estabelecer uma relação entre o anti-herói Macunaíma e o desenvolvimento histórico de um País triste? Este foi o primeiro questionamento em relação à obra de Paulo Prado. Posteriormente entramos em

contato com *Paulística*, obra na qual Paulo desenvolve uma reflexão acerca da formação histórica de São Paulo; foi então que os ensaios sobre a tristeza do Brasil passaram a traduzir um sentido interpretativo, uma argumentação lógica produzida por Paulo Prado sobre a formação histórica do Brasil e de São Paulo.

É compreendendo as duas obras como elementos complementares que emerge a problemática central do trabalho: Como foi possível um paulista desenvolver uma interpretação sobre as possibilidades de um Brasil moderno tomando como modelo no desenvolvimento histórico de São Paulo. Paulo não produziu conforme Mário, ensaios sociológicos, mas sim escritos históricos pautados em extensa documentação – embora não faça como nos dias atuais a citação direta de suas fontes – que dialogavam com o mundo que o cercava. Sua paixão pela história do Brasil resultou também em uma longa amizade com Capistrano de Abreu¹, historiador e mentor de diversos intelectuais do período. Outro resultado da dedicação de Paulo nos caminhos da história foi uma coleção de documentos a respeito do período colonial brasileiro. Utilizados como fundamentos nas publicações já mencionadas, também originaram uma coleção de documentos reunida em uma publicação denominada *Eduardo Prado*, uma forma de prestar homenagem a seu tio Eduardo Prado e outra compilada em uma *Brasiliana* – coleção de documentos sobre o passado nacional – doada por sua família, em companhia do restante de seu acervo bibliográfico, à Biblioteca Municipal de São Paulo em 1944².

Paulística (1925) e *Retratos do Brasil* (1928) de autoria de Paulo Prado constituem em obras que narram as origens e as características singulares de um povo. Após o debate circunscrito entre a rede de letrados no período de seu

¹ João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), historiador cearense, fixou residência no Rio de Janeiro em 1875. Com estudos centrados na história do Brasil colônia, foi agraciado com prêmios. Sua principal obra *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907 renovou os métodos de pesquisa e investigação histórica.

² Em virtude da reforma ocorrida na biblioteca Municipal Mário de Andrade, todo o acervo especial encontra-se indisponível para a pesquisa. Sobre o acervo doado pela família Prado à biblioteca temos apenas disponíveis para esta análise os *Anais da Biblioteca*, ano 1945, vol. dos quais constam as referências do Acervo Paulo Prado.

lançamento, pouco se comentou sobre elas. *Paulística* sequer foi reeditado ou mencionado nas comemorações do IV Centenário de São Paulo em 1954. Até hoje muito pouco se produziu sobre o intelectual Paulo Prado. Poucas são as obras de síntese historiográfica que o mencionam como interprete do Brasil, quiçá como historiador³. As principais referências aparecem quando se propõem contar a história de sua família ou como financiador da trupe modernista; salvaguardo artigos de publicação recente e breves referências em obras cujo enfoque é percorrer os caminhos da brasilidade.

Na primeira corrente podemos citar o trabalho do brasilianista Darrel Levi (1977). Na obra que procura traçar a trajetória da família, o autor dedica poucas páginas na qual procura colocar os membros que se dedicaram à atividade intelectual: Eduardo Prado, Paulo Prado e Caio Prado Jr., como elementos exógenos à lógica familiar que nos período de Veridiana e Martinico voltava-se exclusivamente para os negócios.

A profunda preocupação de Eduardo Prado e Paulo Prado pela natureza da cultura brasileira e seu lugar no mundo não era, evidentemente, “típica” da família Prado como um todo. (...) *A Ilusão Americana* e *Retratos do Brasil* foram mais importantes como afirmações individuais.(...) Mais recentemente, o historiador Caio Prado Junior aplicou uma análise marxista mais rigorosa da sintomatologia oferecida por Eduardo, Paulo e outros. (LEVI, A Família Prado 1977, 240-242)

Porém, mesmo se tratando de uma família cujo enfoque era relacionado à manutenção dos privilégios galgados durante todo o período imperial, não podemos perder de perspectiva que os escritos e análises produzidos por estes intelectuais são elementos que revelam a intrínseca relação entre a família e o mundo que a acercava. Vale lembrar que a sobrevivência social e política dos Silva Prado, como o próprio autor revela, deram-se, sobretudo, pela capacidade de se reintegrar e

³ As referências publicadas sobre Paulo Prado resumem-se à obra *Tiete, Tejo e Sena* de Barriel, uma pequena passagem em *A Família Prado* de Darrel, e às introduções e comentários realizados por Calliu nas edições de 2006 e 2003 de *Paulística* e *Retratos do Brasil* respectivamente.

redimensionar seus negócios e funções durante o período republicano. Quando levado a cabo tal premissa, necessariamente os papéis desses homens dedicados às letras ganha nova dimensão. Nesta perspectiva, a função dos intelectuais da família embora pouco valorizada em seu tempo, a exemplo de Paulo Prado, desempenha um papel fundamental na manutenção e na criação de sentido sócio-político para a família como um todo, principalmente o pensamento de Eduardo Prado e do próprio Paulo, que coincidem com momentos de transformações no cenário histórico brasileiro – a crise no sistema político nacional e a afirmação e busca de um novo modelo nacional, respectivamente.

Corroborando para a percepção da dimensão do trabalho intelectual temos a obra de Berriel (2000). Em *Tietê, Tejo e Sena*, o autor demonstra que a dimensão social desta personagem é muito maior do que a do simples mecenato, fato que consolida a representação de Paulo Prado como um intelectual proponente de idéias e interpretações sobre o Brasil. Ao contrário do que indica Darrell (1977), em que a disposição de Paulo Prado em dedicar-se às letras aparece como uma atividade a parte da dinâmica familiar, Berriel define que a prática como intelectual não se desassocia da dinâmica e da defesa dos interesses de classe. Ou seja, as obras de Paulo corresponderiam à ação afirmativa dos interesses da oligarquia cafeicultura paulistana. Assim, Paulo é representado como um intelectual cujas idéias e obras marcam uma geração, mas, sobretudo a ideologia de uma classe social.

ser moderno para Paulo Prado - já o sabemos - é decisivo: somente os paulistas o eram. Esta situação enquadra e, em grande parte, define Paulo Prado: usa os recursos de prestígio - arte moderna é prestígio e legitimidade - mas age com relação a ela como o Brasil age com relação às idéias liberais: não as perde de vista, mas não as pratica; ou só as pratica após deformá-las, como ocorreu com o Impressionismo (...) a arte moderna no Brasil se torna prerrogativa paulista, e sua realização uma “missão étnica e protetora”. Paulo Prado não aceita as idéias liberais, mas aceita a arte moderna após convertê-la em elogio da superioridade racial paulista. Age arbitrariamente com relação ao Impressionismo (assim como agiu com relação ao Romantismo), arranando a vida literária e artística de modo a que sirvam a seu propósito. A referência à Geração de

70 - fator real de anacronismo - é necessidade de sua base ideológica, de seu ponto de partida histórico-social: dela depende o elogio do latifúndio. (BERRIEL 2000, 159-160)

Apesar de Paulo ser nesta obra apresentado como intelectual que incessantemente dialoga com o mundo que o cerca, a idéia de que sua obra apenas reflete os interesses de uma classe dominante me parece um pouco reducionista. Não é mister que trata-se de uma dimensão importante de ser percebida, mas trabalhar exclusivamente nela, torna obscura outras possibilidades de análise. É necessário perceber que, para além das questões de classe, a obra de Paulo Prado se insere dentro de momento transitório da função do intelectual.

A despeito de seus laços com as elites, os intelectuais brasileiros, se enquadrariam, como que por encanto, nos requisitos da definição de Mannheim de uma 'camada social sem vínculos': livres da canga oligárquica do passado, de seu enraizamento clientelístico e dependente na estrutura social e, por esses motivos, aptos a formular um 'projeto' de comando do Estado. (MICELI 2001, 367)

Os escritos de Paulo, assim como o de outros intelectuais de sua geração, ainda revelam um discurso, uma vontade e, por que não, um *ethos* civilizacional: a política e as reformas necessárias para a fundação do Estado perpassam necessariamente pelas letras, tornado o texto e a obra do intelectual como a fala geral da nação. Buscando mapear as obras que refletem o fenômeno da brasilidade, construído por intelectuais, Dante Moreira Leite (sd), dedica algumas páginas sobre o autor. O foco central da análise é *Retratos do Brasil* o debate é dimensionado nos aspectos de uma análise textual, e restringe-se a revelar a leitura sobre o Brasil desenvolvida por Paulo Prado, levantando da narrativa a forma como é representada a nação através dos estereótipos e personagens elencados pelo autor. Embora a produção textual seja abordada de forma crítica, o enfoque faz com que as dimensões contextuais não apareçam.

Estamos diante de três possibilidades de se compreender um autor e a sua obra, cada qual contribui, à sua maneira, para um retrato de Paulo Prado. Como dileitante, como oligarca, como intérprete do Brasil; múltiplos retratos construídos

por diferentes áreas das ciências humanas. De certo, nunca poderemos alcançar uma totalidade sobre este sujeito histórico, embora como historiadores ainda nos caiba pensá-lo como sujeito de seu tempo, o que implica em perceber todas as dimensões já mencionadas. É na encruzilhada destas percepções que procuro dimensionar a obra de Paulo Prado: não apenas como produto ideológico nem tão pouco como uma produção desvinculada de qualquer prerrogativa de classe; compreendendo que o papel social, as questões de classe, o cenário sócio-político interferem de forma fecunda na obra do intelectual, mas não bastam para defini-lo. Ou seja, procuraremos equacionar como e por que se construiu este discurso historiográfico, como o autor manipulou a documentação, qual a interpretação do Brasil foi possível através desta articulação e quais os níveis de relação que ela estabelece com o quadro histórico no qual foi concebida. Evidenciando a rede relacional entre o homem, a sociedade e o tempo em todas as suas dimensões: como observador do passado e do presente, a autoria seria o local desse cruzamento entre o passado e o presente que apresenta outros universos que não apenas a dimensão dos interesses de classes.

Com o intuito de redimensionar o sentido da obra, ampliando para além do clichê de tratar-se de uma obra que apenas revela uma posição de classe, propomos nortear o trabalho com o duplo questionamento: Qual foi a contribuição e o sentido de Paulo Prado na construção das narrativas históricas brasileiras? Preservando a finalidade funcional do texto produzido, como estudá-lo, tomando-o como fonte e objeto de investigação, sem cair na armadilha de apenas nos restringirmos à crítica, comentário ou ensaio de interpretação sobre uma obra historiográfica? Uma vez que tanto Paulo como seus contemporâneos consideravam suas produções como ensaios históricos e, por conseguinte, suas reflexões como a revelação de experiências históricas concretas que justificavam o estado de coisas presentes. Afinal, como tornar um texto historiográfico uma fonte primária para a construção de uma história não da ciência, mas da cultura e da sociedade na qual ele foi produzido?

O interesse em percorrer a história da história emergiu da percepção de que as formas de visitação ao passado são múltiplas, e suas formas singularizam culturas e temporalidades cujas formas de apresentação nem sempre se dão como texto escrito⁴. Assim, a vinculação entre linguagem escrita e produção histórica é um dado das sociedades eurocêntricas e/ou ocidentais. (SAID 2007)⁵

Ao procurarmos pensar as obras em que Paulo desenvolve uma reflexão histórica – ou as obras historiográficas de uma forma geral como fonte documental – como o local da cultura em que fundamentam narrativas que nos dizem quem somos, fica evidente que novos conceitos e problemáticas surgem para o historiador. Perceber as relações entre a história, a memória e o poder no âmbito das representações sociais, condicionou o historiador ao exercício constante da reflexão epistemológica que traz para a história da história novos horizontes na medida em que se distancia da simples cronologia de escolas metodológicas.

Até as últimas décadas do século passado, as análises historiográficas são comumente associadas mais a uma reflexão sobre a filosofia da história do que a produção histórica propriamente dita. Elas apenas colaboravam para produção de balanços bibliográficos que auxiliam a escrita da história. Sob uma perspectiva dialógica, os trabalhos que se dispõem a refletir sobre a produção historiográfica fazem ressoar tanto os processos de acumulação do conhecimento acerca do

4 Se compreendemos a história como sistematização do passado cuja apresentação se dá como texto escrito, temos que ou compreendemos a história como algo específico das culturas ocidentais e não como uma necessidade oriunda da própria experiência humana, ou tomamos como princípio que um povo cuja formas narrativas sobre o passado se vinculam a outras formas de comunicação não produzem história. cf. GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da Diversidade. Belo Horizonte: UFJF, 2005. Ao analisar as identidades culturais do Caribe e das Américas, o autor propõe uma estética da Relação, que considera a questão da identidade cultural das minorias e a função emancipatória das literaturas dos povos face à dominação e à ameaça de uniformização das culturas. Neste sentido podemos pensar a “cultura escrita” como um destes elementos de uniformização que se sobrepõe a outras práticas sociais de presentificação do passado como é a música e corpo nas sociedades africanas e mesmo nas tradições cordelista do nordeste brasileiro que apresentam outras formas de rememorar o passado. cf. SILVA, Salomma Salomão Jovino da. Memórias Sonoras da Noite. Doutorado, Pontifícia Universidade Católica SP, São Paulo, 2005. e ANTONACCI, Maria Antonieta. No corpo a corpo letra, voz, imagem em culturas africanas e afro-brasileiras. Disponível em : <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel61/MariaAntonacci.pdf> Acesso em 11 de outubro de 2007.

5 Entendo por sociedades eurocêntricas ou ocidentais aquelas cujas matrizes estão posta na prática imperialista que implicam em imposições culturais e dominação econômica sobre outras. A percepção eurocêntrica implica na adoção de missão civilizacional que incorpora o outro como negatividade, exótico ou na percepção evolucionista menos civilizado. Nesta perspectiva inaugurada como o expansionismo europeu temos que seu próprio movimento cultural “cria” ou “inventa” o outro como parte integrante do sistema de dominação. Vide o caso da disputa entre as Missões francesas e inglesas no Brasil oitocentistas ou a adoção do língua portuguesa e espanhola nas regiões colonizadas por Portugal e Espanha respectivamente. Segundo Roland Barthes, as dominações que de alguma maneira tangenciam ao se fundamento pelas questões lingüísticas são as mais eficazes pois “a língua é fascista” não por aquilo que ela induz a dizer mas sim por aquilo que ela impede de dizer. BARTHES, R. A Aula. Rio de Janeiro: Cultrix, 1997.

passado como também sua historicidade, esta perspectiva tem como fundamento uma aproximação da história com sua epistemologia.

O ponto de vista mais interessante e mais novo vai ser a aproximação, freqüente dos textos dos historiadores, de dois termos: epistemologia e historiografia. Como se um chamasse o outro, completando-o, corrigindo-o, ou explicando-o, como se o que eles quisessem designar de fato fosse uma espécie de mescla, não de uma epistemologia “dura” (demasiado distante), não uma história da história “enfadonha” (demasiado internalista), mas uma abordagem atenta dos conceitos e dos contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações, preocupada com as cognições e a historicização, mas vigilante frente às seduções dos reducionismos. (HARTOG, Regime de Historicidade sd, 22)

Esta proposta concebe que o texto produzido pelos historiadores apenas pode ser compreendido e explicado por meio dos contextos histórico-sociais nos quais foram produzidos. “A historiografia é verdadeiramente um espelho onde se *refletem* os problemas da própria nação e da humanidade” (RODRIGUES 1946) Embora a metáfora do espelho seja questionável, pois desconsidera o campo historiográfico como um local conflituoso e autoral na medida em que a considera como uma questão já resolvida, trata-se de uma análise que nos possibilita pensar a história da história como uma linha de reflexão específica e singular.

Neste sentido, as obras de Paulo Prado, nos impulsionam para pensar a historiografia como um documento de época. Não apenas como um documento que revela a história da história, mas que também tem seus comprometimentos políticos. Como documento político, o texto historiográfico nos revela todo um cenário das lutas sociais do período, como a imposição de um modelo cultural que seja capaz de garantir unidade a um Estado-nacional em formação. Quando a historiografia é compreendida como uma narrativa comprometida com o presente, a história torna-se um campo de lutas políticas que sintetiza tanto necessidades de aparência epistemológicas, mas, sobretudo quanto aos aspectos culturais e políticos. A história, nesta perspectiva de distanciamento de uma memória que se apresenta como experiência e aproxima-se de uma memória construída ou selecionada e

posteriormente generalizada para um coletivo e promulgada pelo Estado pode ser aproximada das chamadas tradições inventadas. Por tradições inventadas se compreende as práticas sociais normalmente tomadas como elementos de celebração no Estado Nacional. Assim, tanto a diferenciação entre os comuns e a realeza inglesa, a motivação e pulverização de práticas esportivas, a criação de etnias diferenciadas, consistem as chamadas tradições inventadas, elaborados por sujeitos sociais em períodos em que os elementos de coesão social ou são emergentes ou necessitam de serem reforçadas. (CHAUI 2000) (HOBSBAWN and RANGER 1997). Quando o historiador se depara com a tentativa de escrever uma história de sua própria ciência necessariamente ele percorre a história de como as reflexões históricas foram produzidas, por quais, homens, em que condições e a partir de qual aparato metodológico e conceitual. Assim, estaríamos diante de uma “história conceitual” que procura investigar como determinados conceitos consolida um determinado regime de historicidade (KOSELLECK 2006).

A possibilidade de a escrita tornar-se objeto de reflexão do historiador remetem a meados da década de 1980 quando as reflexões em torno das características da memória implicaram na separação definitiva entre conhecimento histórico e memória⁶. É da discussão de novos objetos inaugurada pelos franceses que os historiadores através da crítica a uma prática historiográfica que se vincula de forma nevrálgica aos interesses do Estado, aliada a emergência de uma infinidade de novos objetos e problemas que não o cenário econômico e científico e, por conseguinte, de novas fontes para o exercício da história clareou os limites entre história e memória e não a simples sobreposição de um pelo outro. Neste momento, a perspectiva de que história e memória são sinônimas se torna falsa uma vez que, se tomarmos a história como memória, ela somente o é como a memória do Estado (NORA 1993). Isto posto, o passado como objeto do conhecimento será sempre conflituoso em decorrência da diferenciação e da coerência entre a história e a

6 Cf.: LEGOFF, J. “História ” e “Memória” In: idem. (org) Enciclopédia Enaudi. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984 (vol.I História-Memória); NORA, opt.cit.; GAGNEBIN, J. M.. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006; Halbwachs, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006; ANTONACCI, M.A (org). Projeto História nº 17, 1997 (Trabalhos da memória); SARLO, B. Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007. HARTOG, F. O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

memória, pois “nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”. (SARLO 2007)

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida (...) A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une. A história, ao contrário, pertence a todos e ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA 1993, 9)

A relatividade do conhecimento oriunda da História emerge de sua utilização como discurso fundador de mitos, de lugares específicos e construídos, para que lá a memória se ancore e deposite de forma a universalizar um sentimento comum de pertencimento decorrente da identificação entre memória e história (HARTOG 2001). No lugar da identificação com a história, o ofício do historiador se direcionava não mais para reconstruir mitos e suas significações, mas sim para uma prática que busque desfazer a identificação de história com a memória. Tal caminho implica na mudança de problemáticas propostas pelos historiadores que passam a se questionar sobre como foram produzidos e divulgados os discursos históricos. As narrativas históricas como parte integrante das significações imaginárias.

Por outro lado, a problemática dos lugares da memória pode ser analisada não pelo prisma da guinada subjetiva e cultural, mas sim como um momento de crise sintomática na mudança de regime de historicidade. Não se trata da inauguração simplista de uma “era epistemológica”, mas sim de uma profunda alteração na proposta de articulação entre o tempo passado, presente e futuro. (HARTOG, Regime de Historicidade sd)

Esta perspectiva nos garante a possibilidade de pensar a história da história em que obra e autores são tomados como objetos da reflexão acerca das formas de verdades que presidiam a construção do conhecimento histórico. É nos processos de narração da história que as evidências das especificidades e das singularidades do

regime de historicidade emergem. Construir uma história a partir destes pressupostos faz ressoar na forma de problemática a epígrafe desta introdução: “O que fabrica o historiador quando faz história?” (CERTEAU 2007, 65) ao propor uma resposta à pergunta, Certeau nos introduz no que chamou de “operação historiográfica” que se realiza como prática da natureza da própria história. A operação implica na relação entre os componentes: um lugar social de produção, uma prática legítima e uma escrita. Como fruto desta operação os textos que constituem o conhecimento sobre a história deixam de ser formalidades ou referência contextuais passando a ser o núcleo central da investigação.

Desta forma, tomando as obras de Paulo, *Paulística* e *Retratos do Brasil*, propomos uma análise das construções imaginárias acerca das formas como o homem no início do século elaborava e representava o seu mundo ao mesmo tempo em que a ele respondia. Assim no primeiro capítulo intitulado “Uma ilha chamada São Paulo: experiência e narração da cidade” pretendemos evidenciar as formas como Paulo Prado constrói a análise da história de São Paulo. Percorreremos principalmente a obra *Paulística* buscando estabelecer cognições entre a cidade, o homem e obra. Assim evidenciando os traços de convergência entre estes três elementos. Foi necessário neste primeiro momento compreender o homem Paulo Prado e a sua “missão” em salvaguardar um passado paulista que se encerrava em virtude da modernização. Assim, problematizaremos como que um homem, cuja trajetória familiar se vinculava a consolidação e implementação da modernização, constrói toda uma argumentação racional que buscou um passado mais glorioso que o presente. Esta operação historiográfica culminará na eleição do bandeirante como figura central do argumento. O bandeirante, pela centralidade a ele conferida será o personagem central deste primeiro capítulo, na medida em que se distancia de uma personagem histórica e se amplia em um símbolo, permeados de diálogos do presente com o passado.

Definindo os fundamentos do olhar de Paulo Prado sobre São Paulo e os paulistas, vamos adentrando ao segundo capítulo. Para além de uma história regional, Paulo Prado elabora uma perspectiva de fundação do espírito nacional. Tal percurso se evidencia com a elaboração de sua segunda obra *Retratos do Brasil* que será analisada no capítulo dois “Mar de Brasis: Retrato do Brasil”. No capítulo dois, através da historicidade da obra *Retratos do Brasil* e sua análise, buscando reforçar a idéia de Paulo Prado, de que o presente se configura de acordo com a experiência passada. Aqui a argumentação de Paulo estabelece um diálogo com as questões de fundação do espírito nacional propriamente dita sob um viés da construção moral do homem. Ou seja, o Brasil e o brasileiro aparecem como resultado do encontro de diferentes povos durante o período colonial; é da diversidade étnica que Paulo vislumbra a formação pessimista da nação. Como um paulista olha para o restante do país? Como Paulo escreve sobre o Brasil? Por que escreve desta maneira?

No terceiro capítulo “Bandeirante: Avante!” trataremos de como podemos perceber nos escritos de Paulo a consolidação da cidade de São Paulo como referência para um modelo nacional. É a partir de São Paulo, dado a singularidade e a grandeza de sua história, que é possível pensar em uma nação segundo Paulo Prado. Buscaremos neste capítulo reforçar as conexões entre as duas obras de Paulo Prado de modo a inseri-las dentro de um debate no qual se ansiava consolidar um projeto nacional. Aqui, trabalharemos as obras em um constante diálogo com o movimento modernista, de modo a perceber que para além de projeto estético, o modernismo, continha em si uma prática política. Assim produção intelectual, cultura e política correspondem a uma trama de significações que culminaram na imposição de uma imagem harmônica e homogênea do Estado Nacional, no findar do capítulo nos aventuramos na comparação entre as narrativas de Paulo Prado, Mário de Andrade e Euclides da Cunha.

Longe de propor uma leitura fechada e total das obras de Paulo Prado, este trabalho tem como objetivo traçar uma linha argumentativa que transpareça um sentido, uma lógica. O sentido da análise é perceber o homem por traz do texto; o

contexto que, a cada frase, o autor revela sem consciência. No fundo, trata-se de perceber os murmúrios de uma obra acabada, editada, publicada e republicada. Buscar compreender os sentidos e os motivos que impulsionam a escritura de uma obra, fazendo ressoar novamente a epígrafe desta introdução: “por um instante ele [historiador] se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua ele se pergunta: O que é esta profissão?” (CERTEAU 2007, 65)

Primeiro Capitulo

1. UMA ILHA CHAMADA SÃO PAULO

A velocidade é tão grande, a ponto de apagar, no espaço de uma vida humana, o ambiente de uma geração anterior: os jovens não conhecem a cidade onde, jovem como eles, viveram os adultos. (Leonardo Benevolo)

Cada época sonha não apenas a próxima, mas ao sonhar esforça-se para despertar. (Walter Benjamin)

O interesse em escrever a história de São Paulo e, por conseguinte, as transformações pela qual passaram as próprias narrativas da história deste espaço, não é unicamente resultado do que podemos chamar de ação para salvaguardar o passado, mas sim de ações narrativas que se entrelaçam com questões e experiências sociais e políticas pela qual estes homens dedicados a escrever a história de São Paulo vivenciavam. É necessário tomar como pressuposto a impossibilidade de pensar a produção da escrita da história como algo a parte do contexto na qual ela foi produzida. Quando o historiador se depara com a tentativa de escrever uma história de sua própria ciência, necessariamente a percorre buscando identificar como as reflexões foram produzidas, por quais homens, em que condições e a partir de qual aparato metodológico e conceitual. Assim, estaríamos diante de uma “história conceitual” que procura investigar como determinados conceitos consolidam um determinado regime de historicidade (KOSELLECK 2006).

Paulo Prado não foi o primeiro e nem último autor a escrever sobre o passado de São Paulo, nem os seus registros são melhores ou piores que outros, mas sim, representam uma forma específica e, sobretudo histórica de pensar a cidade e a sua história. Histórica no sentido que revelam uma consciência de mundo: um sujeito social que ordena na forma de escritura suas experiências e percepções da cidade. Nesta dimensão, experiência e narração aparecem como elos indissociáveis, uma vez que a forma narrativa corresponde a vida e a sua reprodução, e vice e versa. Ou seja, neste primeiro momento procuraremos elaborar uma argumentação que coloque Paulo Prado como historiador da cidade buscando evidenciar que a sua narração do

passado se articula de forma nevrálgica com os interesses, relações e práticas sociais emergentes da experiência histórica do autor.

É sob este direcionamento que buscaremos compreender como a obra *Paulística* foi escrita e qual a função que desempenhou dentro dos debates culturais e políticos que vigoravam no período. Assim, inicialmente, por uma questão prática traçaremos um perfil de Paulo Prado e de sua obra, para em seguida traçar uma análise demonstrando os diálogos que ela estabelece com o presente no qual ela foi concebida e produzida. Vislumbrando, desta maneira, que ao tecer um texto, Paulo cria um mundo e o justifica organizando linearmente e hierarquicamente os tempos e personagens da cidade de São Paulo, não perdendo de vista que este procedimento é resultado direto das demandas impostas pelas modificações no cenário cultural-político em que está inserido o sujeito.

1.1 Do pluralismo ao singular: reurbanização paulista

A tensão observada durante todo o século XIX tem como uma de suas matrizes as reformas urbanas, na medida em que são compreendidas não como intervenções que buscam a melhoria da cidade, mas sim como ações que pretendem camuflar outras formas de relacionamento com o espaço que naquele momento passam a ser indesejadas. Nos primeiros anos do século XX necessitava-se construir uma imagem representativa de uma república alinhada aos princípios de civilidade. Aqui o problema das cidades era oriundo de nossa própria historicidade: as cidades acomodavam tanto senhores, como ex-escravos das mais diversas etnias, como também uma leva de imigrantes vindos da Europa, cada qual com sua forma de ocupar e interagir com o espaço.

É necessário ter em mente que a cidade não é somente uma ocupação territorial aleatória ou ordenada, mas a materialização das representações do mundo humano, ou seja, é na transposição de elementos imateriais em materiais que podemos compreender que as cidades são produzidas não pela lógica de ocupação

humana, mas, sobretudo pela lógica cultural. Ou seja, ao ocupar um território os homens o organizam conforme seus universos simbólicos e princípios culturais: um modelo simbólico (RYKWERT 2006), cujo alicerce encontra-se na cultura. No caso da cidade de São Paulo, como também o Rio de Janeiro e Salvador, a emergência de múltiplas cidades era evidente. Na cidade observavam-se formas de sociabilidade muito específica que suplantavam qualquer ação do poder público recém instaurado.

O panorama urbano de São Paulo era muito mais composto de problemas que se multiplicavam descontroladamente do que soluções originais. A ação pública, tibia por si só dados os limites orçamentários e a ineficácia da sua estrutura administrativa, se paralisava ao mesmo tempo em que cedia diante da intransigência de grandes potentados ou de manobras especulativas organizadas. (SEVCENKO 1992, 127)

A engenharia e a arquitetura apresentaram-se como as principais ciências para o “benefício e melhoramento da cidade”. A cidade, ao contrário do que acontecia na antiguidade se apresenta não mais como espaço sagrado, mas sim como objeto da modernidade e do desenvolvimento urbano. É neste período de grande interferência do poder público na malha urbana que emergem as discussões acerca do conceito cidade. Se para o poder político a cidade aparece como objeto de intervenção e daí a utilização de engenheiros e arquitetos, no campo dos intelectuais a cidade surge como objeto de discussão “uma pessoa sente a mesma amizade pelo vizinho que é o seu *organ* – palavra francesa que designa um órgão do corpo – pois somos todos membros de Deus” (SENNETT 2006, 135). A familiaridade é um elemento de congregação e união. A cidade deve ser a representação máxima desta identificação, nela deve-se aflorar o sentimento de comunidade, de pertencimento. A cidade torna-se, nesta perspectiva, um lugar de memória, nela é necessário a recriação constante de semióferos, quer com elevação de monumentos, quer como nomeação de ruas e edifícios, a cidade é o lugar do coletivo. Ao mesmo tempo, em que se perpetua a idéia de que a cidade seria o espaço supremo da coletividade, observamos também que seus espaços foram intensamente remodelados conforme a ação do poder público.

Assim, fica evidente que as cidades que surgem no século XIX não foram resultado de uma familiaridade consolidada na tradição e nas múltiplas experiências dos sujeitos que nela viviam, mas sim galgadas na imposição de um único modo de vida imposto pela centralidade do poder público. Ou seja, a cidade como estrutura urbana antes de ser experiência tratou-se de um projeto, de um modelo, não somente de organização estrutural da cidade, mas também como um sistema de inclusão e exclusão, que impõe normas e padrões de convivência e ocupação dos espaços.

Como sistema, a cidade na sua especialidade impõe a princípio a separação entre o público e o privado atuando como uma arquitetura voltada para imposição de uma única forma de vida. A cidade aqui apresentada é a cidade moderna, a cidade do Estado-Nação, ou a cidade disciplinar. A cidade disciplinar se sobrepõe ao que podemos chamar de cidade emergencial, ou cidade fruto de experiência e interação. É nesta tensão entre a ação do poder público sobre a vida privada de seus cidadãos que se consolida a cidade moderna: a cidade da ordem. O primeiro vestígio da sistematização da cidade disciplinar se evidenciou quando as construções emergenciais são derrubadas e em seus espaços erguem-se novas formas arquitetônicas, agora voltadas para o controle social em que os espaços públicos e privados se apresentam inicialmente como diferenciados e com dinâmicas de funcionamento singulares. Se a princípio o movimento de controle sobre os aspectos da cidade inicia-se em Paris, tão logo é irradiado para outras regiões do globo cuja parte da população nutre a idéia de civilizar-se.

A cidade de São Paulo entra no século XX como o segundo maior pólo urbano e de concentração populacional do País; à sua frente apenas a cidade do Rio de Janeiro. Tal colocação tem como propulsão um aumento populacional jamais observado. Quer pelos processos de migração ou emigração, a população da cidade saltou de 26.020 habitantes em 1872 para 581.439 em 1920, ou seja, num espaço de uma geração a população paulista multiplicou cerca de 22 vezes (SANTOS 1998, 31-33). “Era como se houvesse algo deliberando na desídia pela qual a cidade, sem uma

identidade definida, era entregue às vicissitudes do seu crescimento convulsivo, sem significativas considerações quanto à sua condição futura” (SEVCENKO 1992, 127). A grandeza da cidade de São Paulo era oriunda de uma explosão populacional, fato que demandava aos olhos do poder central a urgência na intervenção com o fim de coordenar o crescimento da malha urbana da cidade.

Desta forma, o projeto de urbanização da cidade proposta e desenvolvida pelo prefeito Silva Prado, revela uma das formas de se tentar controlar e cercar diferentes formas de sociabilidade, principalmente dos elementos tidos como não nacionais pelo pequeno grupo formado por cerca de dezesseis fazendeiros – que então cercava o prefeito da cidade, e que juntos compunham o pequeno grupo oligárquico de São Paulo. Inspirada na intervenção higienizadora europeia com a qual se encantou em viagem durante a juventude, Silva Prado dá continuidade ao projeto que refunda a cidade de São Paulo com a intenção de ser o expoente da República, o novo marco de fundação da cidade que agora edifica o emblema do progresso econômico pautado na indústria; a cidade representava um espaço marcado principalmente pela ideia do provir, da pujança. Paralelamente ao projeto sanitário, se observa uma nova prática cultural que recria a cidade pela eleição de novos patrimônios e inaugura uma nova história pensada a partir da ótica republicana.

A formação dos moços constituía um ritual praticado pelas famílias abastadas que moldavam o olhar dos jovens. Após terminarem seus estudos ou na Faculdade de Direito ou na Escola Politécnica, os jovens eram encaminhados para a Europa, e por lá passavam algumas temporadas. Neste sentido, não foi apenas Pereira Passos que vivenciou *in loco* as reformas de Haussmann (NEPOMUCENO 2006, 57), mas toda uma geração de jovens que regressavam ao Brasil assumindo os negócios de sua família. Não foi diferente com o herdeiro de Dona Veridiana Prado, então prefeito de São Paulo. Ao incorporar a estética ou a engenharia de Haussmann, importa-se também um projeto político: “Os traçados de Haussmann eram inteiramente arbitrários; não eram soluções rigorosas de urbanismo, mas medidas de ordem financeira e militar.” (BENJAMIN 2006, 166)

O movimento de limpeza da cidade é acompanhado pela idéia de se ultrapassar a cidade antiga cujos limites estavam identificados pela triangulação formado pelos Mosteiros de São Bento, da Ordem do Carmo e de São Francisco. Tais limites, impostos inclusive pela geografia do espaço, caracterizavam a cidade como a pacata vila colonial. A cidade antiga é lida neste momento com a aproximação de sua estrutura com o modelo de acrópole grega. São Paulo se localiza no ponto mais alto do planalto, cercada por barreiras naturais, é neste espaço que se concretizou toda a experiência e a formação histórica paulista até este momento. Tratava-se de uma barreira física, mas também moral, reverter os influxos propiciados pela lavoura do café em materialidade transformando a antiga vila em metrópole. A ultrapassagem dos limites ocorre antes no papel do que na cidade propriamente dita. Como se naquele momento estivesse evidente que aquela sociedade não correspondia mais à aquele espaço. Mudavam-se as formas de conceber e organizar o mundo. A cidade não era mais um espaço de passagem, nem seus habitantes apenas pequenos comerciantes de víveres. A idéia de transformar São Paulo foi antes de tudo um projeto. Projetos de viadutos, a cidade alta necessitava de conectar-se com outras partes do mundo, deveria superar sua condição de acrópole, romper com a fronteira e expandir o desenvolvimento para lugares jamais imaginados. Fazendo da cidade a própria imagem do progresso.

Nos textos de importantes especialistas a noção de **melhoramentos**, agora inserida em **planos de melhoramento**, atua como uma poderosa metáfora da noção de progresso. Embora, haja um deslocamento significativo entre três concepções hegemônicas de cidade – a cidade como organismo complexo e obra de arte, a cidade como domínio da técnica e do engenheiro-arquiteto-urbanista e a cidade-laboratório do urbanista em colaboração com o sociólogo. (M. S. BRESCIANI, Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950) 2001)

Os projetos de transformação da cidade se tornaram práticas, com exceção do Viaduto do Chá construído em 1877, a partir da indicação de Conselheiro Prado para

a prefeitura de São Paulo⁷, muitos outros viadutos (Viaduto Santa Efigênia, Viaduto São Francisco e Viaduto Boa Vista) foram construídos com o intuito de romper com as fronteiras do núcleo central e ultrapassar as várzeas que o cercava. É interessante, que em oposição às grandes avenidas, inicialmente em São Paulo optou-se pela construção de viadutos, construídos em ferro, para posterior e perene formato em concreto. Qual o sentido simbólico dessas construções? Tratava-se de grandes estruturas metálicas – se pensarmos na *Torre Eiffel* erguida para Exposição Mundial de 1889 cuja função era meramente ser a materialização de progresso e da capacidade técnica da nação francesa. O uso de ligas metálicas aparece inicialmente como louvação da técnica e posteriormente com finalidade prática. Usada na tecnologia de construção de viadutos, a utilização deste elemento foi a dádiva que São Paulo necessitava para romper com os limites impostos pelo passadismo. Rapidamente São Paulo tornar-se-ia a cidade dos viadutos, cuja função era principalmente levar a civilização para além da “acrópole”. Ligar um ponto a outro como ocorreu com a construção do Viaduto do Chá respondia mais a um impulso de louvação da capacidade de fazer do que a necessidade física, uma vez que, segundo o olhar da administração da cidade, nada havia na outra extremidade do viaduto (SEGAWA 2004, 40).

A cidade de São Paulo do início do século passado, evidenciava sua pujança como ponto de congruência entre o passado (tradição) e o futuro (modernidade); ao executar esta manobra no campo ideal, criou-se um modelo sob o qual foram colocadas uma série de experiências que não se vinculavam com a cidade moderna, que tornava-se o principal monumento, um lugar por excelência estriado, fazendo de sua formação e aparição a principal referência do moderno. “O lugar da memória não

⁷ A indicação de Antonio da Silva Prado para o cargo de prefeito da cidade é em decorrência da delimitação dos poderes executivo e legislativo na cidade. Anteriormente as duas funções – executivo e legislativo – eram de incumbência da Câmara Municipal. Tal sistema tem origem ainda no período colonial quando visando controlar as relações comerciais estabelecidas na capitania de São Vicente a Coroa passa a nomear um intendente que além das atividades administrativas, controlará a Câmara, então única instituição representativa da Coroa Portuguesa na terra do Sul da colônia.

está mais concentrado no monumento, mas no espetáculo da cidade como monumento da modernidade.” (THEODORO 1998, 72)

A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder das relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele.[...] É como se, para se protegerem de uma derrota eventual, precisassem fingir que tudo lhes é transparente e igual ao que sempre foi. (HALL 2006, 320-321)

Embora o pensamento e a prática das obras de melhoramento insistissem em se tratar das várzeas e dos espaços além da demarcação imposta pela convergência dos três monastérios como lugar deserto, não se tratava de um lugar vazio, trava-se não apenas do outro lado, mas, sobretudo de um outro que negava a civilização pelo simples princípio da diferença. Diferença que saltava aos olhos, os viadutos não eram apenas a exaltação do moderno, mas sim uma construção eficaz que encobria a diferença e impossibilitava o encontro com os não civilizados e suas formas de sociabilidade.

Desfila uma chusma de pretas e mulatas, esfarrapadas, encarquilhadas, espalhando um fétido e nauseante de álcool e outros maus cheiros próprios da espécie. As pretas velhas, sempre muito faladoras, gingando sobre as pernas, com um litro de “parati” na cabeça, sistematicamente, sem que ninguém as interrogue, vão mencionando a folha corrida da sua existência atribulada e faminta [...] Enfronho-me pelas (tabernas) que existem na rua Anhangabaú, Seminário, Quintino de Bocaiúva, esquina com a Senador Feijó, Largo do Riachuelo e Piques. Estas tabernas, porém, gozam da freqüência de uma clientela mais polida. (FLOREAL 2003)

Não é despretensiosa a escolha de viadutos e não grandes ladeiras pavimentadas. A construção de viadutos privilegia o olhar fixo do caminhante para o horizonte civilizacional uma vez que na outra extremidade optou-se pela construção de novos edifícios emblemáticos da cultura: mercados, teatros... sob os pés do transeunte passam inúmeras outras experiências, sobrevive, ao contrário do que a litografia retrata, não matas virgens ou extensas lavouras de chá mas sim, uma

cidade e habitantes antigos, uma cidade construída pela lógica do trânsito, da fluência, uma cidade de passagem.

Não se procurou apenas extrapolar as fronteiras, definidas naquele momento pela cultura do alinhamento civilizacional, mas também no lugar das construções de taipa, que caracterizava inclusive a cidade alta ou o espaço de fundação da cidade, foram construídos novos prédios. Novas avenidas foram rasgadas, criando todo um novo espaço, um novo palco. A remodelação do centro de São Paulo não se resume a uma reapresentação arquitetônica da cidade, pois implica no aniquilamento de vestígios materiais indicativos de uma sociedade formada pela confluência de inúmeras culturas.

Na área urbana da cidade podia-se observar a frenética movimentação de milhares de pessoas das mais variadas etnias, já que em função do papel que São Paulo exercia como centro articulador da economia cafeeira e do mercado internacional convergiam para a cidade ainda dotada de precária infra-estrutura urbana milhares de pessoas das mais diversificadas procedências. Atraídos pela efervescência da economia cidadina, milhares de homens, mulheres e crianças buscavam na cidade melhores condições de trabalho e vida. (KOGURAMA 2001, 117-118)

Posterior a autorização para construção do Viaduto Santa Efigênia, Silva Prado iniciou a primeira obra de remodelação da cidade oriunda efetivamente do poder público. É como representante da municipalidade que teremos a construção do Teatro Municipal cujo projeto foi aprovado em julho de 1910. Era a primeira grande obra em que iniciativa provinha do poder público; o projeto previa grandes desapropriações do outro lado do Viaduto do Chá, local escolhido para edificação do prédio (SEGAWA 2004).

O projeto não correspondia apenas à construção do edifício, mas sim o arruamento de toda a redondeza. Era o semiófero do progresso, a civilização além acrópole. Edificado entre os anos de 1908 e 1911, o teatro Municipal é resultado de um projeto de Ramos de Azevedo em parceria com Domaziani Rossi e Calaudi Rossi, este último membro da família Silva Prado. Por intermédio do teatro, a população da

cidade conectou-se, de forma intensa, às mais recentes produções culturais européias. Entre os anos de 1912 e 1926 foram apresentados cerca de 270 espetáculos cujos autores e/ou compositores eram, em sua maioria, italianos e franceses. Paulo Prado nesta época já atuava no mundo da promoção da cultura como selecionador de peça e recitais a serem apresentados no Teatro.

A construção do Teatro Municipal não foi a última obra para a nova São Paulo que materializa arquitetonicamente o projeto da elite paulista: elaborar uma sociedade homogênea através de sua apresentação e sua representação. Assim, o projeto da elite cafeicultora se materializa na cidade de forma coercitiva sob a metáfora do melhoramento urbano, mas também, e em virtude da multiplicidade sócio-cultural da cidade que também tem sua frente nos aspectos de imposição cultural. Para tanto, o enlace entre política, economia e cultura hegemônica foi imprescindível para a imposição sobre as outras formas de sociabilidade.

O que se observa, no que se refere à conquista hegemônica da elite cafeicultura paulista, é que no plano material, ela já possuía quase tudo, uma vez que desde meados do século XIX observa-se uma curva ascendente no que diz respeito se ao acúmulo de capital por estas elites e que a partir dos primeiros anos do século XX, ela procurou reverter estes influxos na construção de uma cidade por ela palatável. Do ponto de vista econômico, político e moral seu papel histórico estava definido. Porém é justamente esta lacuna que necessitava ser suprimida: a ausência de uma tradição.

1.2 Passado paulista: a âncora da tradição

A lacuna de uma tradição foi rapidamente suprimida na medida em que é no interior das próprias elites que se deu a formulação das primeiras histórias sobre a cidade de São Paulo. Fica evidente que resgatar o passado da cidade implicava na manutenção dos privilégios galgados pela elite cafeicultura. Assim, a elaboração do passado da cidade, vinculava-se de forma nevrálgica com o presente, sempre tenso

na medida em que na cidade se vivenciava a todo o momento a emergência de novas formas de sociabilidade. Neste momento, demonstraremos como esta formulação do passado foi efetuada por membros desta elite cafeeira sob dois aspectos que se apresentam de forma dialógica: a primeira é a busca de uma origem primordial, a construção de árvores genealógicas na qual fosse possível identificar um sujeito fundador da família que implicasse na fundação da cidade. E, em um segundo momento, na elaboração de toda uma forma de reconstruir o passado da cidade, na qual o papel destas elites aparece como elemento central. Estes dois processos se constituem simultaneamente e se complementam na medida em que ambos surgem com argumentos de discurso de poder que busca a construção de uma idéia hegemônica por parte destas elites.

A genealogia familiar: O sentido de uma família de quatrocentos anos

As cidades, antes do processo de desencantamento do mundo, tinham a sua origem marcada pela saga de um herói, quer individual ou coletivo, cujo trunfo final era a fundação de uma cidade, esta narrativa mítica sacralizava a cidade como espaço e com feito humano. Na modernidade, após o processo de racionalização da cultura ocidental, a gênese e a consolidação dos Estados nacionais, este ato de fundação é ressignificado: os heróis deixam de ser figura abstrata e passam a ser identificados diretamente com indivíduos, ou grupos sociais específicos vinculados à organização do Estado Nacional. O sentido da fundação tomou forma humana na medida em que o ato da fundação da cidade foi relacionado a homens cuja genealogia pode ser atestada e a memória contada pelos seus descendentes. A existência das genealogias não se remete ao século XIX ou XX, mas seu uso no caso das elites e da cidade de São Paulo foi remodelado de forma a garantir, como nas monarquias hereditárias, a continuidade das famílias.

Em São Paulo, recorrer a este tipo de justificativa para a construção de sentido para um grupo social é um processo que pode ser observado desde os primeiros anos da República, mas que com os idos das décadas iniciais do século XX

ganham uma dimensão científica. Assim, é neste período em que se formulam as primeiras histórias sobre o passado dos paulistas ao mesmo tempo em que esta condição vai sendo elaborada como identidade. Aqui fica evidente que o resgate histórico, lugar geográfico e identidade aparecem como construtores da identidade conforme percepção do período. Como demonstraremos, a família Prado e seus membros contemporâneos e passados aparecem tanto como objeto destes estudos como também elaboradores desta forma de construção identitária. Assim, não se trata de construir uma genealogia da família Prado, mas sim de tomá-la como objeto de estudo de modo a identificar as implicações sociais, culturais e políticas de sua emergência. Revelando, assim, os mecanismos de um discurso por meio de seus sentido e uso, estes por excelência históricos.

A busca pela origem da família Silva Prado consiste em um debate do qual corroboram membros da própria família. Eduardo Prado na busca de traçar os primeiros passos de família no Brasil, elabora a primeira sistematização nos primeiros anos de 1900, a qual Paulo, anos mais tarde passou a contribuir. Conforme os estudos, o fundador da Família Silva Prado no Brasil foi o português Antonio da Silva Prado que desembarcou em São Paulo ainda na primeira década do século XVII. Originário da cidade do Prado, Portugal, sua família provinha de uma linhagem nobiliárquica que remete ao século XII, tratava-se – segundo Paulo Prado – de um nobre, e não de mais um aventureiro em busca do fácil enriquecimento. Logo o patriarca arranjou casamento e aliou-se a família cuja vinculação ao passado paulista datam do século XVI e que já possuía grandes nomes de desbravadores do sertão. Estabelecido em São Paulo, Antonio Prado hipotecou seus bens para financiar uma expedição de busca de ouro em Goiás em 1730.

Não se trata de uma família quinhentista de São Paulo, que carregava as origens primordiais da cidade, mas a chegada de seu fundador evidencia uma prática rentável à família: a aliança como ramos estratégicos da economia; importante tanto nas origens como também nos anos vinte. Aos poucos a família conquista influência nas milícias e na política local, como em Iguape e Jundiá. Como medida de

preservação das poucas riquezas galgadas no período, observa-se a prática constante de casamentos endógenos visando a preservação das riquezas no estágio de formação do capital (LEVI, A Família Prado 1977). As terras de Iguape, bem como seu barão, foram os responsáveis pela projeção da família no campo político e social. O prestígio e a riqueza da família foi consolidada durante o período Imperial, a fortuna galga no trabalho das terras sob o controle de Antônio Prado, o Barão de Iguape, a principal referência masculina de Veridiana e seus filhos, principalmente do mais velho. O prestígio foi herdado por Veridiana e Martinho que ampliaram a projeção familiar para os aspectos de imposição cultural, na medida em que passaram a simbolizar a típica família cafeicultora paulista.

Três gerações afastam o patrono de D. Veridiana, a matriarca da família republicana. O casal formado, pela união endógena com seu tio Martinho, marca uma mudança significativa nas tradições familiares. Nenhum de seus quatro filhos casou-se com membros da família, mas sim estabeleceram uniões exógenas com membros de famílias cuja atividade vinculava-se a indústria e o comércio, fator que garantiu a sobrevivência política, se não da família como um todo, pelo menos a de seus descendentes diretos. Outrossim, é notória a participação de Dona Veridiana nos aspectos que tangem a implantação de uma política cultural.

Após sua estadia em Paris em 1884, Veridiana retorna ao Brasil e consigo traz todo um projeto de uma mansão no estilo da renascença francesa que materializava o desejo de trazer a cultura européia para São Paulo. A mansão logo se tornou local de encontros da elite econômica e intelectual na cidade, introduzindo como prática os salões ao molde francês. Entre os frequentadores, estava Eça de Queiroz, literato português que solidificou a amizade com a família ao receber e acompanhar Eduardo Prado, filho de Veridiana, e posteriormente, Paulo Prado em suas viagens para Europa.

Evidencia-se assim, um traço erradicado pelas elites paulistas do período de que era necessário o olhar para fora, para que assim o abismo entre o Brasil e as potências, como França e Inglaterra, fosse reduzido. Este preceito, já demonstrado

como prática coercitiva no remodelamento da cidade realizado durante o governo de Antonio Prado, o primogênito de Veridiana, como também foi manifestado no campo intelectual e cultural da cidade. Foi a geração de Veridiana e seus filhos que manteve a fortuna, direcionando-a para o ramo de produção e beneficiamento do café. Seus filhos Antonio da Silva Prado, prefeito da cidade e Martinico Prado, foram uns dos principais incentivadores da imigração européia para São Paulo. O período de influência de Veridiana na família coincide com os primeiros do período Republicano. Assim, é no bojo da família que emerge a discussão acerca da cultura e do desenvolvimento nacional tomado pelo princípio do espalhamento físico com as capitais européias, como no olhar de Conselheiro Prado e de seus pares. Como revela o próprio olhar de Paulo Prado, “Mais moço – éramos assim nesse tempo – só a Europa nos interessava: era a terra prometida dos nossos sonhos. (...) A Europa... Nos tempos acadêmicos só tínhamos olhos para as coisas que de lá vinham.” (P. PRADO 1972, 11)

A Europa foi tomada como ícone para transformar o Brasil, é neste momento, quando Veridiana regressa de Paris, que se têm início os saraus organizados pela matriarca em seu novo palacete no bairro de Higienópolis. Segundo Veridiana, estes encontros promoveriam o desenvolvimento artístico e cultural da cidade. Os encontros promovidos no palacete impunham modas e modelos comportamentais do período, uma vez que era ali o centro irradiador das novidades trazidas da Europa. Ou seja, a família galga uma projeção nos aspectos de imposição de modos de vida. Assim, um passado no qual a família aparecia como central no momento de construção da cidade, justificava também a sua centralidade nas dimensões políticas da cidade dos anos 1920.

Percebe-se que a busca do passado da família é concomitante com o seu apogeu econômico, político e social. O passado, resgatado pela família, justifica de forma coesa a sua situação presente, ou seja, o resgate da gênese familiar, os feitos dos familiares passados corroboram para os Prados da década de 20, o presente é resultado direto do passado. Não se trata aqui de diagnosticar a veracidade deste

passado resgatado, mas de perceber que a sua procura e seus usos consistem também uma prática política na medida em que justifica o status da família e sua inserção de prestígio no cenário sócio-político. É neste bojo, em que criar um passado coeso e heróico consistia em forma de garantir sentido histórico ao presente, que nascem os dois primeiros intelectuais da família: Eduardo e Paulo.

A formulação de genealogias e a elaboração de um passado revelam a necessidade fremente de se redefinir os papéis sociais das elites regionais incumbidas, neste momento, de reorganizar e orientar os setores econômicos e sociais de seus Estados. É neste período tenso em que se evidenciou a força das elites regionais, não por ausência de um poder central unificador, mas sim pela necessidade de se organizar uma sociedade que tornou mais complexas, quer por sua estrutura quer pelas novas formas de sociabilidade que emergiam com o fim da escravidão e os processos migratórios. Os primeiros anos da República impuseram às elites regionais a necessidade de se inventar uma tradição até então inexistente na qual se estabelece uma lógica capaz de se articular a possibilidade de uma identidade. Emerge daí a busca incessante por um passado comum em um momento em que a diversidade imperava.

Toda sociedade, para afirmar e reforçar sua identidade, procura construir uma memória, de preferência unificada, homogeneizada. A memória, assim, aparece como operação ideológica, formadora da imagem, representação de si própria, que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações. (MENEZES 1992, 7)

Nesta perspectiva, tradicionalmente são apontados três historiadores/memorialistas: Afonso d'Escagnolle Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado, embora não sejam os percussores da elaboração do bandeirantismo como princípio paulista, seus trabalhos são marcados pelo uso de uma das premissas da pesquisa histórica científica: a fundamentação oriunda de suporte documental. Cada qual a sua maneira, os três autores, oriundos, quer por nascimento como Machado e Ellis Jr. ou por casamento como Taunay, das famílias cafeicultoras, contribuíram para a construção do mito do bandeirante como desbravador do sertão,

nobre e de formação racial superior ao restante do país. Suas obras foram elaboradas nos anos 20, ano no qual a cidade reivindicava a sua centralidade política e cultural. É neste bojo que Paulo Prado ao retornar da Europa dedicou parte de seu tempo a refletir sobre o fundamento da nação, e foi na reflexão histórica que encontrou conforto como veremos adiante.

Da rebeldia à preservação do prestígio

Em 1890, Paulo Prado formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Como de costume em sua família, logo embarcaria para uma temporada na Europa. Concluído o curso, Paulo viajou. Percorreu toda a Europa indo até o Oriente Médio para, no ano seguinte, retornar à Paris, onde ficaria sob a tutela de seu tio, o intelectual Eduardo Prado, que fixou residência na cidade com o fim do Império. Assim como seu pai que, depois de concluído o curso de Direito, viajou para Europa, Paulo também o fez; porém o que cada um encontrou nas cidades européias foram caminhos distintos. O pai encontrou a civilização européia e logo retornou a São Paulo para civilizá-la; o filho lá encontrou primeiro a liberdade e os carnavais típicos de um jovem e, mais tarde, o Brasil e a sua intelectualidade.

Essa coisa que era, há trinta anos, rara na vida de um brasileiro – uma viagem à Europa, e que marcava uma data no seu espírito, se era inteligente, ou nas preocupações galantes, se pendia para essas preocupações – essa viagem a Europa foi para muitos o início de uma grande descoberta, a descoberta pelo seu próprio país e a paixão pelas coisas brasileiras. É a revanche da terra, a que já nos ligam 400 anos de história e de lutas. (BERRIEL 2000, 35)

Durante sua estadia na Europa, Paulo foi incumbido de manter a família a par de todas as novidades e modas de Paris. Os dias eram preenchidos com encontros, conversas e tardes inteiras na livraria Americana, do antiquário Chadenat. Paulo foi freqüentador assíduo da livraria não apenas durante a sua primeira temporada em Paris, mas sim até o fim da vida. Livraria esta especializada em obras sobre as colônias e ex-colônias européias, período no qual, também por influência de

Capistrano – que conhecera por intermédio de seu tio, despertaria grande interesse em Paulo Prado. A memória de Paulo em relação ao período em que permaneceu em Paris, será sempre vinculada não às belezas ou ao esplendor da civilização, mas sim como um período de descobrimento do patriotismo. Tal percepção estende-se para todo o grupo modernista, não apenas para si, como se a distância e a ausência da terra, fosse o método mais propício para a reflexão acerca do Brasil.

Desde o exílio andradino no começo do século XIX nunca se cogitou tanto na Europa da pátria longínqua como nesses cenáculos de Paris e Londres em que se acrisolava de modo raro o patriotismo de nossos patrícios (...) Rio Branco, Eduardo Prado, durante anos, preparam-se na Europa... para vir mais tarde trazer ao seu país o fruto precioso de tão longos trabalhos e tão incansável preocupação pela pátria (BERRIEL 2000, 35)

Quer pelo sentimento saudoso da pátria, quer pela influência de seus amigos, a temporada de sete anos na Europa modificou Paulo: chegou como um jovem encantado com a civilização e de lá retornou apaixonado pelo Brasil e por sua história. O “Velho mundo” tornou-se ultrapassado, passadista e o “Novo Mundo” um lugar ainda por se fazer, mas que potencializava algo inédito, misterioso, admirável.

Éramos assim: a literatura e o Romantismo, criador de idéias falsas, tudo deturpavam e tudo envenenavam. Se o nosso sentimento era brasileiro, a imaginação era européia, como tão finamente disse Joaquim Nabuco. Como este, na sua admirável frase vibrante de saudade, abandonávamos todas as paisagens do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas, por um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, ou um pedaço de cais do Sena à sombra do velho Louvre. (P. PRADO 2004, 56)

Após quase uma década em terras estrangeiras, Paulo retorna ao Brasil após diversos pedidos de seus pais, que o solicitavam para conduzir os negócios da família em um período que se mostrava cada vez mais incerto para então tradicionais membros das elites paulistanas. De volta ao Brasil em 1897, Paulo logo se tornou presidente da *Prado & Chaves*, a maior empresa no ramo de cafeicultura fundada anos antes, em 1887, pela associação das Famílias Prado, Pacheco e Chaves. A companhia, além de produtora de café, também atou na construção das estradas de

ferro pelo interior paulista. Paulo participou pessoalmente da política de valorização do café e esteve a frente dos negócios da família uma vez que seu pai, o conselheiro Antonio da Silva Prado assumiu por dois mandatos consecutivos a prefeitura de São Paulo, entre os anos de 1899-1911.

Em 1901, Eduardo Prado retorna ao Brasil, após a morte de Eça de Queiros, consigo traz uma extensa coleção de documentos sobre o período colonial e intensifica o convívio com Capistrano de Abreu, o historiador cearense que freqüentava a casa de Eduardo estabelecendo um convívio e uma amizade com Paulo Prado que se estenderia por longos anos, cujo resultado mais imediato é uma extensa e freqüente correspondência entre ambos. Capistrano de Abreu foi mentor de Eduardo e posteriormente de Paulo, que anualmente voltava a Paris para, na Livraria América, buscar novos livros e manuscritos sobre o seu país.

Lembro-me das injustiças que cometi várias vezes ao partir, deixando na sombra da tarde a última linha das montanhas do Brasil, já sonhando num alvoroço de namorado com a paisagem verde claro das colinas do Tejo – porta amável dos encantos do velho mundo. (...) O amor às coisas pátrias, ao seu passado, ao mistério dos primitivos habitantes, à sedução do Brasil brasileiro dos sertões do Nordeste – terra de coragem de poesia – o amor a toda a vida estuante (sic) e fresca do país adolescente, ao que constitui orgulho e patrimônio de uma nacionalidade – tudo entregávamos ao grupo, dos sábios de nossos institutos. (P. PRADO 2004, 11-13)

A viagem para a Europa foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento de Paulo Prado. Foi no velho continente que Paulo considera ter despertado em si a consciência nacional, foi encantado com a Europa e de lá retornou apaixonado por sua terra. No Brasil, confluindo os conhecimentos e as paixões despertadas na Europa pela atividade intelectual com sua atividade como empresário do café Paulo iniciou sua carreira como pensador da brasilidade contribuindo com o jornal *O Estado de São Paulo*.

1.3 *Paulística: A obra e sua historicidade*

Os primeiros passos no mundo da história

O primeiro artigo histórico de Paulo Prado, intitulado “O caminho do Mar”, fora publicado pela primeira vez em setembro 1922 no jornal *O Estado de São Paulo*. Os anseios pela pesquisa datam do início de 1920, quando solicita a Capistrano de Abreu referências para pesquisa sobre o caminho do mar, que o responde:

Que sei a respeito do caminho do mar? 1º era anterior à chegada dos portugueses, obra dos tupiniquins feita do campo para a marina (...) 2º que o traçado variou mais de uma vez e o exame topográfico pode desvendar variantes, de que são reconhecíveis os vestígio. (ABREU 1954, 393)

Embora nada soubesse em profundidade sobre o caminho do mar, Capistrano do Abreu indica um rol de trabalhos ainda aguardando publicação, ou de publicação recente, que poderiam orientar as pesquisas de Paulo sobre o caminho do mar, fato que demonstra que as pesquisas referentes ao passado paulista se intensificava nas letras e na cartografia.

Gentil de Moura conhece bem o caminho de leitura e autopsia. Há tempos deu-me uma folha do Atlas da comissão geológica, localizando as sesmarias descritas por Azevedo Marques e deturpada por um digno inaciano, para falar como Aug. Comte; também foi que me indicou um ponto da serra em que os paulistas desafiavam toda a força da marinha. (ABREU 1954, 394)

Após dois anos, o artigo inaugura o início da atividade de Paulo como historiador, tutelado e orientado por Capistrano, que assim comenta: “Seu artigo no *Estado* lê-se com prazer, tal a impressão de Tobias, do Aranha e a minha. A erudição é de bom quilate. Há apenas uma certa desconexão, que só desaparecerá com o exercício.” (ABREU 1954, 418). “Caminho do mar (notas para um livro)” foi a divulgação de uma pesquisa que resultaria em um livro futuro, conforme Paulo indicou logo no título. O artigo traça uma linha argumentativa na qual o caminho,

como espaço geográfico, foi fundamental para “a formação da individualidade histórica de São Paulo” (P. PRADO 2004, 73)

O artigo é construído baseado em diferentes tipos documentais colecionados em companhia de Capistrano como as Atas da Câmara de São Paulo, cartas de Anchieta, depoimentos de viajantes, entre outros. A estréia de Paulo como historiador recebeu críticas do pensamento que vigorava em São Paulo. No mesmo jornal, Amadeu Amaral, publicou artigo a 8 de outubro do mesmo ano, no qual critica a postura de Paulo em relação a Antonio Vieira. Sobre a crítica, Capistrano escreve a Paulo:

O artigo é bem escrito e interessante; mas bem exprimido, reduz-se a: sr. Paulo, contente-se com suas pelegas e não se meta a plunitivo. Se quiser responder, como não há urgência, espere o numero a sair da Revista de História de Lisboa, em que um jesuíta, o padre Francisco Rodrigues dá muitas novidades apuradas em Roma sobre o inatingível jesuíta. Procure também ai no Alves ou em outra qualquer livraria o livro de Lucio de Azevedo sobre a Evolução do Sebastianismo. (ABREU 1954, 422)

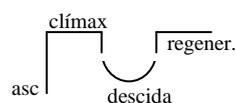
A julgar pelo tom da missiva de Capistrano, fica evidente que os debates acerca da fundação histórica de São Paulo estavam a pleno vapor. Paulo responde a Amaral em 22 de outubro com o artigo “O padre Vieira”, no qual revela sua percepção da ação do padre no que tange aos aspectos de contribuição ao Brasil na querela com os Holandeses. Embora sua percepção sobre o padre tenha como fundamento a sua reflexão sobre os episódios passados, Paulo revela que embora seja um novato no campo da reflexão histórica, ele faz uso de outros pensadores já tradicionais como Sílvio Romero, mencionado lateralmente no artigo como “implacável” ao denominar o padre como “desnorteador literário dos brasileiros”.

O sr. Amadeu Amaral, em brilhante e bondoso comentário às minhas despreziosas notas sobre “O caminho do Mar”, impugnou duas expressões que empreguei, relativas ao padre Antonio Vieira. Já desconfiando do nosso vezo nacional de adjetivação vaga e abundante, tive especial cuidado no emprego de meus qualificativos nesse modesto trabalho, *mais histórico que literário* [grifo meu]. (P. PRADO 2004, 242)

Mais importante que a réplica de Paulo Prado é como ele define a sua atuação como autor e a dimensão de sua obra: trata-se de um intelectual consciente e produtor de um trabalho de reflexão histórica. Não é de se espantar a colocação de Paulo, uma vez que os assuntos mais freqüentes no conjunto de correspondência com Capistrano de Abreu era a contabilidade referente a aquisição de bibliografia e documentos sobre o passado brasileiro (ABREU 1954). Após o debate público, Paulo deu continuidade a seus estudos, coletando documentação para a sua mais nova empreitada: escrever um livro sobre a história de São Paulo.

Novamente, a amizade com Capistrano, herdada de seu tio Eduardo Pardo, aparece como determinante. Prado continuava a encaminhar seus artigos ao mestre Capistrano, ainda em relação à querela com Amaral escreve: “aproveite o seu artigo sobre a grandeza e a decadência para dar uma lição ao acadêmico” (ABREU 1954, 422). Próximo ao fim do ano, o artigo passa a ser assunto freqüente entre ambos, *verbis*:

A grandeza de São Paulo é tão pequena que não dá para um artigo? Escrevendo-o sem se importar com a decadência, que será estuda à parte, você verá melhor a realidade, e não se deixará levar por cantigas. (...) Nada de equívocos: trata-se de São Paulo vila e município ou São Paulo de capitania? (...) Falei da grandeza de São Paulo por uma questão de método. Você deve acompanhar a Paulicéia até o seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu o sem (sic) lugar. Figuremos:



De outro modo fugirá ao fenômeno. Ainda uma questão de método: Paulicéia ou capitania e província? (ABREU 1954, 429-432)

A mais significativa carta de Capistrano faz referência à linha de raciocínio que norteia o pensamento de Paulo Prado. Assim, publicou artigos que comporiam o seu livro em processo: “A decadência” em 1923, “Bandeiras”, “Fernão Dias Paes” e “Uma data” em 1924, para que em 1925, sem ainda ter adquirido a destreza de realizar

conexões mais elaboradas, agregar aos artigos já publicados mais um ensaio “A Paisagem”; ensaios que reunidos deram origem à primeira edição de *Paulística*.

A primeira edição de *Paulística* veio a público em 1925, publicada e distribuída pela editora de Monteiro Lobato, os debates acerca de sua obra foram bem circunscritos ao grupo de intelectuais. Composta por ensaios sobre temáticas esparsas da história de São Paulo, a primeira edição é constituída de nove ensaios sendo apenas um inédito e os demais artigos já publicados pelo autor em periódicos desde 1922, passados por uma revisão e ampliação. A coerência entre os artigos é garantida pela reflexão histórica do período colonial da cidade de São Paulo cujo principal motor é a ocupação territorial. É no prefácio de sua obra que Paulo procura garantir uma unicidade a sua obra. Embora de temáticas esparsas, a obra apresenta uma coerência na medida em que reflete a evidências do percurso histórico esboçado anos antes por Capistrano.

Curva ascensional, culminando na expansão colonizadora e minera do século XVII, quando a ambição dos lavageiros e escavadores de ouro e o ânimo guerreiro substituíram a gana escravizadora dos primeiros aventureiros; a curva descendente, resultante do despovoamento provocado por conquistas e minas, atingindo a degradação política, moral e física dos tempos dos governadores capitães-generais, em que na miséria extrema da província morria vergonhosamente a glória do paulista antigo; a curva ascendente para se elevar de novo ao renascimento econômico dos dias de hoje. (P. PRADO 2004, 59)

Paulística foi recebida com entusiasmo pela comunidade de letrados, de Capistrano e Tristão de Atayde a Mário e Oswald. Todos escreveram a Paulo Prado sobre seu livro, elogiando tanto o homem, quanto a obra. É através destes comentários que mais adiante buscaremos compor o círculo pessoal de Paulo, fundamental para compreendermos sua inserção social e dimensões políticas.

No prefácio da primeira edição de *Paulística*, ao apresentar a obra, o autor indica que o título de sua obra fora sugestão de Capistrano de Abreu, historiador que

influenciou seu tio Eduardo Prado e que se revelou um mestre pelos caminhos da história para Paulo Prado.

Tudo devem à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu – até o título que os enfaixa. Pela sua mão segura e amiga penetrei a selva escura da História do Brasil (...) A ele devo a receita para suavizar a decida pela colina melancólica: o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade de Norte a Sul, constante preocupação de uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante. (P. PRADO 1972, 11)

A primeira edição de *Paulística* foi publicada pela editora de Monteiro Lobato em 1925. Nesta edição foram incorporados os artigos produzidos entre os anos de 1922 e 1925: “O Caminho do Mar”, “Bandeiras”, “A decadência”, “Uma data”, “Fernão Dias Paes”, artigos já publicados no jornal o Estado de São Paulo entre 1922 e 1924; acrescido do artigo “A Paisagem”, escrito em 1925, especificamente para a publicação. Na segunda edição publicada pela editora carioca Ariel em 1934, Paulo incorpora à primeira edição ensaios produzidos no período de 1926 a 1931: “O patriarca”, “Pires e Camargo”, “Cristãos novos em Piratininga”, “O caminho das Minas”, “O Martírio do Café” e “Capistrano”. O prefácio desta edição consiste no último texto produzido por Paulo Prado e suas reflexões aparecem de forma muito mais amadurecida. Tomamos a última edição como referência, pois ela aparece como a versão final da obra. Como forma de apresentar a obra, propomos dividi-la em três grupos, levantados a partir da discussão a ser desenvolvida sobre a obra, cujo fundamento reside em perceber os três momentos da formação histórica de São Paulo apontados por Paulo: ascensão, decadência e revigoração. A esta obra, acrescentaremos artigos esparsos compilados na última edição de *Paulística* que dizem respeito a São Paulo, sua gente e cultura, uma vez que as suas incorporações traduzem e clarificam a obra. Deste modo, procuramos identificar o mote central da argumentação e da reconstrução do passado elaborado pelo autor, bem como a função que este fato reconstruído garante um sentido histórico.

*Origens de uma raça superior*⁸

Neste primeiro grupo de ensaios reunimos os artigos “O Caminho do Mar”, “O Patriarca”, “Bandeiras” “Uma data” e “Fernão Dias Paes”, nos quais Paulo discute a formação da população paulista por meio da identificação e da formação histórica de uma raça diferenciada: o paulista. Neste conjunto, fica evidente a perspectiva adotada por Paulo: questionar e argumentar a existência e a formação de uma raça. Assim, a obra de Paulo Prado revela também, por sua problemática central, sua contemporaneidade, tendo em vista a efervescência do debate sobre a interferência da raça na formação da identidade nacional.

As discussões tangentes aos aspectos raciais no Brasil são oriundas do legado do sistema escravocrata, aspecto inerente à formação de nossa sociedade, e ao espelhamento e aproximação como o pensamento e a cultura civilizatória ocidental. Iniciados ainda no século XIX, os estudos de raça no Brasil correspondiam, no campo do pensamento, à interferência civilizatória nos espaços físicos das cidades, ou seja, não era apenas a cidade enquanto urbes que necessitava ser sanitizada e higienizada, mas sim, segundo o olhar da elite cafeicultura paulista, toda a sociedade com os seus múltiplos arcadismos e deficiências. A incorporação no pensamento brasileiro dos postulados positivistas de Comte, dos preceitos evolucionistas darwinianos do mundo natural e também a sua transposição para o mundo social formulado por Spencer são elementos que colaboraram com a criação de uma política racial na qual os elementos da cultura negra deveriam desaparecer. Sob os postulados da política de branqueamento da sociedade brasileira, intelectuais dedicaram-se a refletir sobre as possibilidades de um país moderno mediante a sua formação racial predominantemente miscigenada. Tão logo a idéia de que em virtude do encontro das três raças o Brasil jamais galgaria o status e a condição de uma nação moderna e civilizada fixou-se como uma característica natural da existência

⁸ A questão racial desenvolvida e elaborada por Paulo Prado será desenvolvida tangencialmente neste momento, embora nos pareça necessário uma investigação mais profunda que será desenvolvida em pesquisas futuras. Aqui nos restringiremos a discussão referente à formação específica da, conforme palavras do próprio autor, raça paulista.

humana, a mestiçagem em um primeiro momento foi percebida como elemento degenerativo da sociedade.

Em Sílvio Romero, a questão da mestiçagem foi descrita como um estágio transitório: a sociedade brasileira tornar-se-ia mais branca com o passar dos tempos. Segundo o autor, dentro de três ou quatro séculos a população brasileira seria hegemonicamente branca. A confiança de que no futuro o Brasil seria um país branco foi alimentada pelo incentivo de migrações em massas de europeus para o Brasil. Estima-se que nos anos finais do século XIX desembarcaram nos portos brasileiros cerca de um milhão e cem mil europeus. O destino destes migrantes foi, sobretudo, São Paulo. Foi com o auxílio de seu tio Martinico que Paulo Prado, como dirigente da empresa Prado Pacheco & Chaves, coordenou o primeiro contrato de beneficiamento no qual envolvia a vinda de migrantes europeus para São Paulo.

Na luta pela existência, o clima mais rude pelas oscilações bruscas da temperatura, a diferente dosagem étnica (permitindo uma mais rápida arianização, diria um hitleriano), a passividade do solo, onde só é preciso plantar para colher, a intensa imigração que sucedeu à substituição previdente do trabalho escravo – todo o complexo racial, telúrico e histórico – explicam de sobejo a situação privilegiada das populações paulistas (P. PRADO 2004, 52).

O vínculo com as políticas de branqueamento extrapolam a atividade como empresário do café, fazendo transparecer em suas obras a consolidação da idéia de que o mote formador de São Paulo deu-se sobretudo pela formação de um tipo racial específico, no qual privilegiou-se as características brancas.

Do cruzamento desse índio nômade, habituado ao sertão como um animal à sua mata, e do branco aventureiro, audacioso e forte, surgiu uma raça nova, criada na aspereza de um clima duro, no limiar de uma terra desconhecida. No desenvolvimento fatal dos elementos étnicos num meio propício, mas do que em outras regiões do país, em São Paulo medrou forte, rude e frondosa a planta-homem. (P. PRADO 1972, 29)

Como se observa, para Paulo, a formação de um tipo racial próprio no altiplano paulista é resultado da conjunção de aspectos da constituição natural do

homem, mas também, aliado aos aspectos de conjuntura geográfica, como também de uma formação moral dos homens que por aqui residiam no princípio de São Paulo. Importante perceber que além dos conteúdos que naturalizam a raça, Paulo agrega aspectos de natureza social e geográfica. Tal incorporação como veremos, deve ser compreendida de modo a formular um discurso que reorienta a ação das elites paulistas como também fundamenta historicamente sua sobrevivência social tal como ela se apresentava.

Tanto o clima como a posição geográfica de São Paulo foram aspectos fundamentais manipulados por Paulo Prado para evidenciar a tese de que o paulista em sua trajetória histórica se construiu como um tipo diferenciado de brasileiro. Em relação ao clima, Paulo utilizará a metáfora da aspereza como elemento selecionador dos mais adaptados; a adaptação é compreendida como resistência a um clima hostil. A adaptação oriunda dos primeiros habitantes da terra foram legadas ao paulista moderno, período no qual Paulo afirmava que este processo de seleção natural ainda se fazia presente, evidenciando a máxima darwiniana de que mais forte sobrevive.

Só afrontam a aspereza do clima, os mais aptos e os mais resistentes; desse processo de seleção vem a extraordinária mortalidade infantil ainda notável no São Paulo moderno. Da sobrevivência dos mais fortes é prova a longevidade reconhecida do tipo racial que desde os tempos afastados do período colonial ainda é de fácil observação no Paulista moderno. (P. PRADO 1972, 30)

Ao propor que a natureza atua como um elemento definidor de características culturais do homem, Prado vincula-se a uma tradição do século XIX, cujos debates emergem da definição do conceito raça e civilização, que também tangencia os estudos de Ellis Jr. Em contraponto a Alfredo, Prado entende que as “raças” negras e indígenas estariam em oposição ao branco em um estágio de desenvolvimento anterior, uma vez que estariam muito mais ligadas à natureza. A relação entre as diferentes raças resultou em situações diferentes devido ao elemento racial de maior influência. No caso de São Paulo, embora a lacividade do indígena fosse um elemento degenerativo, o fator mais presente foi o espírito libertário do castiço português que conseguiu confluir para o bem comum o conhecimento do indígena sobre o espaço

natural. É nesta relação fundada a partir da liberdade que se ergueu a civilização em meio às matas.

Como observamos, para o autor a diferença de caráter racial do paulista singulariza ao mesmo tempo em que justifica a supremacia dos paulistas frente as demais “raças” do Brasil. Também é salutar que a diferença advém do privilégio da formação étnica do paulista cuja formação histórica redundou em um tipo cujo branqueamento, aqui entendido como a purificação da sociedade conforme o adjetivo utilizado pelo próprio autor, nos faz crer que, se a política de branqueamento funcionou, ela funcionou em São Paulo, segundo o nosso autor, devido a formação étnica privilegiada do paulista. A diferença étnica do paulista é oriunda da formação biológica da região como também da própria formação histórica de São Paulo e dos aspectos geográficos e climáticos ao qual o homem é submetido.

Como síntese deste processo Paulo singularizou e personificou o paulista na construção do personagem João Ramalho. Descrito como patriarca, Paulo acredita ser a primeira existência histórica do paulista. Aqui nos cabe fazer a inferência de que Paulo considera como São Paulo apenas a região do planalto e que em João Ramalho se forja além do primeiro paulista, o primeiro brasileiro pois, dentre tantos outros portugueses que por aqui desembarcaram, João não conquistou a terra apenas para o rei de Portugal, mas sim também em prol da nova sociedade que aqui se estabelecia. Em oposição à melancolia dos demais portugueses distantes de sua terra e orientados pelo dever da construção de, em um novo mundo inóspito, fazer florescer a civilização.

Preparou-se a excepcional estrutura física daquele a que se pode chamar o patriarca e fundador da raça, tronco virtuoso e fortíssimo de onde ramificou formidável prole dos mamelucos piratinganos. A esse homem não apavorava a solidão das matas e campos do planalto, nem o duro amanhã da terra virgem, nem a obsessão do gentio incerto e insidioso que o cercava. Caminhava nove léguas antes de jantar, e a vida agreste não o encanecera apesar dos longos anos de lutas. Como a seus descendentes nunca o preocupou a idéia de reaver domínios para o rei de Portugal, ou de

rechaçar o espanhol para além dos grandes rios do interior. (P. PRADO 2004, 105)

Em Paulo Prado, o discurso raciológico ganhou novos contornos, ao contrário de seus antecessores em que a raça aparece como vinculada às características biológicas do ser humano, a este fator Paulo levou a cabo os aspectos de formação racial. A raça e suas características apresentam origens históricas na medida em que, ao dominar a natureza, esta modifica o homem e na medida em que este homem vivencia o mundo, a ele também é submetido.

O lento desaparecimento da paisagem primitiva vai aos poucos modificando o caráter do homem. A paisagem torna-se amável e o homem começa a sacudir o peso da tradicional melancolia. O próprio aspecto das cousas, que o mesmo homem modificara pela evolução de seu viver, por sua vez abre-lhe a fonte de renovação. (P. PRADO 2004, 213)

Trata-se de uma relação em que a raça, no caso a raça dos paulistas, se forma na medida em que o mundo se transforma, o mesmo raciocínio é aplicado para se explicar a decadência ou a degeneração dela; como veremos a seguir. Assim, a raça para Paulo Prado torna-se um elemento de constructo histórico, ou seja, possível de ser modificado, moldado. Tal percepção de raça desenvolvida pelo autor é fundamental para a análise que aqui se encaminha, uma vez que é através desta premissa que Paulo construiu sua percepção histórica progressista e positiva.

A interferência externa

A história paulista não é apenas a formulação de uma raça formidável, mas também o próprio desenvolvimento da raça e as formas como elas se relacionam com o mundo e com outros sujeitos. Assim, se a formação da raça foi uma discussão central no pensamento de Paulo, a sua existência e experiência no tempo e no espaço – que engendram a própria raça – também foi foco de interesse do autor. Se inicialmente Paulo evidencia os louros na formação do paulista como também seus méritos na construção da capitania, ao se deparar com o desenrolar da história

paulista teve de justificar a evidência do que ele mesmo denominou “sono secular”. Esta discussão Paulo promoveu principalmente nos ensaios “A Decadência” e “O caminho das Minas”.

É do próprio movimento de expansão do paulista que surgiu a sua ruína, segundo o autor. Aqui o que se apresenta como argumento central é que o destino dos paulistas como fundadores de uma nova civilização foi desviado através da interferência de outros sujeitos. Com a descoberta das minas e o afluxo de riquezas previstos pela coroa, os paulista se submeteram ao ardil da metrópole. Sobre os eventos históricos que a partir de então se sucederam, Paulo captou as asperezas e gana aos quais os paulistas foram submetidos.

A imensa riqueza das descobertas das Minas Gerais foi, para os paulistas, um sonho rápido e fulgaz. Entre outra, a carta régia de 18 de março de 1664 lhes tinha prometido e dado a prioridade das jazidas que descobrissem, pagando o quinto à coroa. Essas promessas, que tanto animaram as expedições mineiras da gente de São Paulo foram burladas por fatos posteriores que a vieram esbulhar da posse e gozo dos tesouros revelados por anos de incansáveis explorações. (P. PRADO 2004, 153)

Percebe-se que no momento em que Paulo inicia a narrativa sobre a decadência do paulista, tão logo sua função como agente de transformação é anulada, e o paulista, transformando ao longo da narrativa como sujeito passivo. No episódio dos emboabas, segundo o autor, é o início desta nova condição do paulista, Paulo afirma que a derrota dos paulistas é resultado da maledicência metropolitana, que os enganou e traiu.

Fator notável foi a irrupção da guerra civil denominada dos “Emboabas” que, pelo ciúme da concorrência na mineração ou pela ambição de açambarcadores das carnes, fumo e aguardente – por cerca de dois anos, de 1708-1710 –, assolou o território das minas com o seu sombrio cortejo de morticínios e tradições. Ainda está por fazer o estudo completo desse drama confuso – sobretudo na segunda parte –, mas nas duas fases a luta terminou sem dúvida pela derrota dos paulistas que se viram espoliados e enganados. Os representantes da metrópole, timoratos e astutos, usaram de manha na liquidação desse sangrento episódio. Passados os tempos

heróicos da nossa formação, em que o isolamento da montanha hostil e o caldeamento das sub-raças constituíram um novo tipo étnico; passado o magnífico drama da expansão bandeirante – o governo dos capitães-generais veio em meio século completar o anulamento das virtudes cívicas dos primitivos Paulistas. (P. PRADO 1972, 103)

Com o resultado desfavorável aos paulistas, o que Paulo observou é que o desmembramento da região das minas se revelou um duplo caminho: um para os habitantes e outro para a cidade. Com as perdas dos territórios, os paulistas continuaram seu movimento de expansão, partindo para o “desbravamento” de outros sertões. Segundo o autor, estas novas empreitadas para o interior acabaram por levar à ruína dos paulistas uma vez que “iam os melhores exemplares da raça” deixando na cidade e nos povoamentos apenas os enfermos, as crianças e as mulheres: a cidade clamava por socorro.

A falta de alimentação conveniente, o terror das longínquas expedições mortíferas, o empobrecimento da raça pelas doenças e pela péssima higiene, rapidamente trouxeram a miséria e o despovoamento da capitania. Sem sal indispensável, o pobre só se alimentava de canjica, pinhão, içá torrado, “de bichos immundos e cousas ascarozas”, assim dizia Morgado de Mateus; no sertão as tropas se contentavam com parco alimento (...) Com a miséria crescente, (...) os moradores só acorriam às vilas para as festas de ano; fora destes casos – escrevia um capitão general – “vão seguindo o matto virgem”, fugindo ao convívio civilizador das aglomerações. (P. PRADO 1972, 97-98)

Como vemos, Paulo Prado compactuava com a premissa de que a aglomeração urbana é o fundamento da civilização. Esse fato não poderia ser diferente, pois no momento em que viveu Paulo Prado, ele experimentou as transformações urbanísticas de São Paulo, principalmente no governo de seu pai Antonio da Silva Prado. Essa relação próxima com as transformações da cidade e sua estadia na “Nova Paris” permitiram-no experimentar o progresso urbanístico como a própria imagem da civilização. Assim, a situação decadente de São Paulo no século XVII se colocou para Paulo como um elemento destoante da São Paulo que ele conhecia. Neste contexto, o passado se colocava como antagônico ao presente, a

solução para a harmonização dos tempos Paulo encontrou nas políticas impostas aos paulistas. Perante a situação de pauperismo imposto à cidade pouco o bravo paulista pode fazer, e cada vez mais, por influência de uma política externa executada pela coroa portuguesa, os paulistas viam a força e os melhores homens indo de encontro de um outro Sertão. Dessa forma, os paulistas foram, segundo o autor, vítimas da ganância metropolitana, ganância esta que interrompeu o fluxo natural de um progresso que os paulistas já tinham em seu espírito empreendedor. Ao classificar os paulistas com o estigma de vítima, Paulo desconsiderava-os como agente de sua história, que naquele momento, apresentavam-se como homens passivos perante a uma força, uma força externa.

Os dois únicos cronistas paulistas que se destacavam nesse período da crassa ignorância e atraso provam de sobejo a inferioridade intelectual da época, com as suas preocupações nobiliárquicas e cortezãs a que tudo subordinavam. E na Europa civilizada, nesse momento imperava o filosofismo e brilhava a pleno fulgor a falange da Enciclopédia. (P. PRADO 1972, 101)

Aqui, os trabalhos desenvolvidos por Frei Gaspar Madre de Deus e Pedro Taques de Paes Leme são descritos pelo autor como inferiores ao trabalho “científico” dos enciclopedistas. O argumento para o descrédito do trabalho residia no fato de que ambas as obras tinham como propósito somente o engrandecimento de seus pares. Entretanto, esse decadentismo para Paulo Prado advinha não apenas de uma inferioridade intelectual, mas também pelo período em que vivia a própria cidade de São Paulo. Foram as intervenções externas que acarretaram o decadentismo econômico e social, o que acabava refletindo no bojo da intelectualidade paulista neste período. Percebemos que o propósito da construção destes artigos de Paulo Prado foi para demonstrar um decadentismo paulista. Seguindo o gráfico produzido pelo próprio autor, entretanto, em nenhum momento esse decadentismo estaria no bojo da sociedade paulista e de seus bravos homens, mas sim em fatores externos que determinaram a nova fase paulista. Novamente, o paulista se lançava aos sertões em busca de novas riquezas econômicas, retornavam a sua principal característica colonial: a busca de novas terras.

Alguns traços salientes do atual caráter paulista se delinearam com vinco mais fundo nesse período da História de São Paulo. Daí nos vem o taciturno e desajeitado amuo, o silencioso descontentamento nos espíritos, que, remota herança da desconfiança inata do índio e da “apagada e vil tristeza” do português saudoso, já assinalava um dos governadores do século XVIII, escrevendo a Marques de Pombal: “Este costume de viverem dispersos, metidos pelas roças, tem feito habito de sorte que só fazem gosto da solidão e para Ella fogem. Se alguém, fazendo viagem, encontra por acaso um destes, ou lhe foge e fica tão assustado e preocupado que nem o chapéu lhe tira se lhe diz a mínima palavra desconfia e mata logo”. Dele também nos veio essa singular mistura de desprezo e receio dos governos – bons ou maus, mas governos que não convém contrariar para que nos deixem ganhar em paz a cobiçada riqueza. (P. PRADO 1972, 102)

Segundo o autor, é nesse período que ao homem bravo paulista se acrescentava mais uma característica: a tristeza. Seria o homem taciturno e desajeitado, amuo que refletiria o espírito da cidade de São Paulo, o silencioso descontentamento nos espíritos. É neste momento em que traídos pela coroa portuguesa – que tanto os paulistas ajudaram a alcançar a riqueza do novo mundo – esses espíritos passam a se esconder nas roças e a desconfiar de todo aquele que não era parte de sua paisagem. É nesse olhar de estranheza que imperava o espírito silencioso da tristeza, esse espírito caminharia com a cidade de São Paulo até o momento de seu ressurgimento. Aos olhos de Paulo Prado, a vocação da cidade em atrair estrangeiros beneficiaria São Paulo uma vez que é nesse período de atração que estes tristes homens paulistas seriam apresentados ao novo que se produzia na Europa, ao pensamento dos ilustres.

Nos primeiros anos do século XIX, ao alvorecer da independência, começava apenas São Paulo a despertar da sua doentia hibernação, Iniciava-se o período a que na história paulista poderemos chamar – o da convalescença. A fama tradicional liga ao nome paulista atraía então a antiga Piratininga um grupo notável de homens de ciência e de viajantes ilustres. (...) Tinha então a cidade uma população de mais de trinta mil habitantes, metade de brancos, metade de gente de cor. A população inteira da capitania ia além de duzentas e quinze mil almas. (P. PRADO 1972, 104)

Se para Paulo Prado o fator que levou a decadência de São Paulo teria sido uma força externa, seria esta mesma força exterior ao corpo da cidade que despertaria São Paulo de sua doentia hibernação. Essa contradição presente em sua obra marca o momento histórico em que este autor viveu, pois seria nos homens ilustres da Europa que Paulo Prado descobriria o progresso e a civilização, mas ao retornar para sua querida cidade ele veria a paisagem dos tempos da tristeza paulista. No cume dessa paisagem uma oligarquia paulista que se mantinha presa a alguns homens do passado paulista, bandeirantes que prefiguravam apenas algumas poucas famílias que não mais tinham o brilho de um espírito empreendedor, mas a melancolia de um olhar de convalescença.

Cessava assim o esplêndido isolamento em que se criara a população dos antigos campos de Piratininga, protegida pelo acesso difícil do seu Caminho do Mar, e que agora se comunica facilmente com o seu próprio país e com o resto do mundo. Já desaparecia o piratiningano; na evolução histórica do Brasil viria substituí-lo o paulista da decadência e o seu descendente do São Paulo moderno. (P. PRADO 2004, 90)

É nesse cenário que cambaleava entre o moderno e o passado de tristeza que estaria a ambigüidade do autor Paulo Prado e sua busca por aquilo que seria genuíno do paulista, que motivasse o caminho para o desenvolvimento da civilização neste povo triste e melancólico, mas bravo e empreendedor.

1.4 A confluência dos tempos ou o bandeirante

A prerrogativa do moderno

Paulística, como o próprio autor afirma, trata-se de uma obra com poucas teses merecedoras de atenção maior. Por ser composta de artigos, a impressão que se tem é a repetição de uma única tese percebida e burilada de diferentes maneiras. Como vimos por meio da análise estrutural da obra, existem dois objetos elaborados

por Paulo: a terra e o homem. Estes dois elementos combinados de uma maneira singular originaram São Paulo e sua população. Demonstraremos neste momento como se dá em *Paulística* a articulação entre estas duas concepções de Paulo Prado que desencadeia na sua própria concepção de história.

A elaboração da imagem do bandeirante em Paulo Prado dialoga com o presente momento da escritura da obra, uma vez que as formulações apresentadas do bandeirante o constroem como aquele que é essencialmente apegado ao espírito de liberdade. Ao fazer tal construção Prado identificou no bandeirante uma força incansável de superar a natureza e mesmo em espaços hostis construir uma civilização. O povoamento de São Paulo é a própria saga de transpor o estágio natural do homem e do ambiente que tem sua origem na aclamação da liberdade uma vez que, ao se voltar para o interior do continente, o paulistano original virou as costas para o litoral e para a metrópole.

O paulista, ao invés, palmilhou a maior parte da ‘terra inóspita e grande’ dos sertões brasileiros quase só, na rudimentar organização da bandeira, sem nenhum auxílio oficial, e muitas vezes infringindo ordens severas de Ultramar. (P. PRADO 2004, 146)

A bandeira é a expressão plena da liberdade, da conquista e constituição de uma lógica nova pautada exclusivamente nas necessidades regionais, que atuam, não apenas para benefício próprio, mas buscando o beneficiamento geral do grupo, ou mesmo com o compromisso de constituir o território nacional – como já anunciara Taunay – quer como descobridor das Minas. *Paulística*, é a narrativa que busca construir uma lógica do desenvolvimento paulistano pautado pela questão moral, como já havia esboçado Alcântara Machado. Na narração de Paulo Prado, o fenômeno das bandeiras e a formulação de um tipo social nobre na região de São Paulo são fenômenos possibilitados pelo apego nevrálgico do paulistano com a liberdade e a civilização.

O próprio nome dado à coletânea já nos indica o caminho inicial para a análise da obra. O título da obra trata da derivação sufixal de paulista ou paulistana. O sufixo TICA pela análise etimológica portuguesa indica aquisição de habilidades para o fazer

e para o agir. Como formador de substantivos especialmente designativo de artes, ciências, técnicas, doutrinas ou afins. Desta forma, o uso do sufixo torna-se impositivo no momento em que sintetiza a idéia de que existe um princípio formador do paulista. Existe na região de São Paulo algo que diferencia este espaço geográfico das demais regiões do Brasil e, por conseguinte, o homem que desenvolve e sobrevive ao espaço. Trata-se de algo específico, único, inédito que para se materializar no mundo é necessário inclusive a criação de uma nova palavra. Não qualquer palavra, mas sim, uma palavra que faça referência à razão, à lógica, à ciência, pois se fazia necessário aproximar a idéia de moderno a São Paulo.

Moderno era o paradigma da cidade. O desejo de se colocar como a cidade moderna pode ser verificada tanto nas propostas de reurbanização da cidade com no constante emprego de palavras como melhoramentos aliado a civilização, na utilização de novas técnicas construtivas (M. S. BRESCIANI, Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950) 2001). Mas não só, a própria cultura divulgada na imprensa revela o desejo do moderno pelo constante uso da metáfora da velocidade, da energia, da pulsão, do frenético. Estas características aparecem como inerentes a idéia de moderno e de progresso (SEVCENKO 1992) e que de certa maneira, encontra-se como subjacente ao título da obra de Paulo Prado quando este faz uso do sufixo TICA.

O neologismo “Paulística” corresponde a como São Paulo em sua trajetória histórica conquistou habilidades para tornar-se proponente de uma idéia, ou melhor, de um projeto modernizador. Assim o título dimensiona toda a complexidade da obra ou sua pretensão de indicar ou apontar a lógica e os fenômenos que engendraram São Paulo e aquilo que ela pretende ser naquele momento histórico. Neste sentido, a obra inaugural de Paulo Prado indica a compreensão de um tempo partido e de uma possibilidade que apenas se realiza no futuro.

É esta liberdade o fundamento de toda a história paulistana. O movimento que se observa na história de São Paulo é a da constante superação da natureza. Como se, ao subir a Serra do Mar, a natureza fosse moldando um novo tipo humano

capaz de superá-la no planalto. A cidade tem seu nascimento pela transformação gradativa do espaço que acompanhava o próprio desenvolvimento dos homens que nela habitam. Sua história conjuga aspectos econômicos e morais do paulista. Assim, Paulo faz uso da teoria racial do período que tinha como premissa a delimitação de raças as quais eram dadas características singulares e imutáveis, adicionando a idéia de Von Martius de decadência da raça (TURIN 2007), aqui aplicada para explicar o caso dos paulistas.

Neste deserto revelava-se a superioridade da mestiçagem, fortificada pela ambiência. Do índio, vinha-lhe o ardil, o instinto, a maleabilidade, a coragem impassível, a observação agudíssima apurando os sentidos. Do branco, a obstinação, a inteligência, a imaginação, a cobiça. Corrigindo o velho fundo disciplinar e tradicional do europeu, a fraternidade comunista do indígena seria a semente da independência esquiva que veio caracterizar o novo tipo étnico em formação. E, desenvolvendo nessa luta de cada instante contra a natureza, foi ai que se revelou a verdadeira grandeza da bandeira paulista. (P. PRADO 2004, 104)

Outro fator elucidado por Paulo como características formadoras de uma raça superior na região de São Paulo foi a localização geográfica. A Serra do Mar funcionou como uma barreira contra os maus hábitos e costumes que emanavam de Portugal. Durante dois séculos a raça dos paulistas prosperou no planalto. A natureza fora controlada e os paulistas dela tiravam suas riquezas e paulatinamente iam conquistando o território nacional por meio das bandeiras.

Até meados dos séculos XVIII foi o elemento dinâmico da formação nacional, que só desapareceu quando o seu próprio expansionismo enfraqueceu e imobilizou a bandeira. Pelo vastíssimo território ficaram, entretanto, dispersos e incognoscíveis, grupos ou indivíduos marcando a passagem e o rastro do antigo paulista Martius ainda no século passado os encontrou nas mais longínquas regiões do Amazônia. Eram descendentes do homem excepcional que Tomé de Sousa deparou nos desertos do planalto piratiningano. (P. PRADO 2004, 146)

É justamente pelo prisma do espírito modernizador, localizado no bandeirante, que Paulo Prado se debruçou para construir a história de São Paulo. É

nevrálgica a relação entre o passado e presente na formulação de Paulo cuja evidência maior é a própria elaboração da construção ideológica de que a formação histórica do paulista e de São Paulo é a materialização da modernidade.

Do cruzamento do forte sangue português quinhentista, dos franceses, castelhanos e flamengos com as cunhãs, o mameluco surgiu perfeitamente aparelhado para *o seu destino histórico*. A montanha isoladora dos contágios decadentes do litoral; a atitude sempre sobressalta de quem vivia na orla das imensas matas virgens, sombrias e espessas; a convivência diária e íntima com o gentio da terra de quem falava corretamente a língua; a feliz situação geográfica e topográfica, que o colocava à margem e nas proximidades de grandes rios, descendo para o interior das terras; a aspereza fortificante de um clima de bruscas variações [...] *todos esses fatores conjugados criaram um admirável exemplar humano, belo como um animal castiço, e que só puderam realizar nessa perfeição física os homens da renascença italiana quando César Bórgia seduzia o gênio de Maquiavel*. (P. PRADO 2004, 147)⁹

A força desbravadora do bandeirante aparece na formação do paulista na medida em que passa a ser traduzida como valentia e força empreendedora, um povo que ao contrário do vício do litoral em olhar para além mar se dedicou a empreitadas para o interior; em construir algo genuinamente inovador. Bandeirante pode ser compreendido aqui também como vanguarda, nas próprias palavras de Paulo Prado: “O paulista, ao invés, palmilhou a maior parte da ‘terra inóspita e grande’ dos sertões brasileiros quase só, na rudimentar organização da bandeira, sem nenhum auxílio oficial, e muitas vezes infringindo ordens severas de Ultramar.” (P. PRADO 2004, 146)

Ao mesmo tempo em que se destruíram os vestígios materiais, foram sendo reconstruídos os feitos bandeirantes, enaltecidos pelo pioneirismo que legara ao país a configuração geográfica arrancada à Coroa espanhola. À louvação dos feitos sanitaristas correspondeu ainda o enaltecimento da raça, síntese entre o gentio e o colonizador, que excluía naturalmente o negro africano. [...] Diversos trabalhos foram publicados durante as primeiras décadas

⁹ Grifo meu.

republicanas visando a promover o orgulho da ascendência colonial das elites cafeicultoras. A própria questão sobre uma possível ascendência tapuia – e portanto bárbara e escrava – de muitos paulistanos quinhentistas, que provocara veementes debates da inteligência de então, foi atenuada pela obra genealógica de Luiz Gonzaga da Silva Leme, a *Genealogia paulistana*. (MARINS 2003, 12)

É neste contexto que Paulo Prado escreveu *Paulística*. Em oposição ao movimento que procurou personificar o bandeirante, embora em determinadas passagens Prado se dedique a identificá-los, no momento da conclusão os heróis aparecem despersonalizados restando apenas sua emanção, um sentimento universal sintetizado universalmente na palavra ‘bandeirante’, cuja existência vinculava-se essencialmente a um apego profundo à liberdade, ou o que posteriormente vai ser identificado como a não aceitação passiva do paulista à metrópole.

Da esplendida frutificação da semente bandeirante vai criando uma nova terra para seus filhos. Dentro de dezenas de anos desaparecerá o último vestígio do São Paulo quinhentista ou seiscentista, como já desapareceu o paulista antigo desses tempos heróicos. Felizes os que ainda puderam apanhar nos fugidos delineamentos os derradeiros traços desta paisagem histórica, já ameaçada pelo tempo igualitária o que são lhe conservará a carcaça indestrutível da terra e do céu, e que será a última testemunha presente das lutas, ambições e glória do passado. (P. PRADO 2004, 213)

O paulista almejado por Paulo Prado não podia ser identificado com os habitantes da cidade de Paulo Prado, muito menos apenas com sua estrutura física. Para Paulo, como para tantos outros membros e intelectuais da elite cafeicultora, a cidade é sinônimo de civilização, e como tal não pode ser espaço de identidade. Ocorre um pequeno deslocamento do espaço físico para o movimento de construir a cidade, é ali neste constante fazer da cidade que se depositou a memória do paulista e a própria cultura. A cidade não é símbolo direto da identidade paulista, mas sim o esforço em construí-la torna-se este símbolo. É neste esforço da docilização do espaço que se funda o paulista, não por uma essencialidade estática, mas sim como

potência a ser realizada. A cidade apenas sussurra o princípio da identidade do paulista.

É esta territorialidade, que pode ser compreendida como natural e essencial do paulista. É na natureza transformada em cidade, em que aparece a essencialidade da identidade paulistana, transformado-a na característica mais vernácula. Esta relação entre a busca do que era mais essencial faz referência à diferenciação entre “civilização” e “cultura”, em que a primeira aparece relacionado à ação política como referência ao grande mundo em que imperava o fingimento e a hipocrisia e a segunda ao fundamento da liberdade e orgulho.

Nesta confusão babélica, em véspera de uma catástrofe mundial que parece inevitável, o Brasil perora. O fascismo, o comunismo, as velhas democracias, lutam pela partilha do mundo, à moda romana, e nós endeusamos, em belas frases, a Liberdade, “essa rainha do mundo”, como no tempo de Dom Pedro I. Discursos, discursos, discursos... Palavras. (P. PRADO 2004, 50)

É na cultura e não no espaço do poder que se pode identificar a essencialidade do ser paulista. Tão logo, paulista passou a ser sinônimo de bandeirantes, este movimento é observado com a desvinculação do espaço como fruto de orgulho para o universo da cultura que apresenta uma emanção do constituir-se historicamente. O bandeirante foi aqui colocado como emblema da cultura paulista, como a força que avança contra o sertão.

Ao consolidar uma relação de superação entre a natureza e o homem paulista, Prado solidificou uma idéia em que o bandeirante aparece em uma relação de simbiose com o espaço natural. É na superação de uma natureza hostil que se fundou o caráter bandeirante. É este caráter que impulsiona o paulista para uma dinâmica de constante superação e busca pela riqueza. Tal percepção do bandeirante estabeleceu uma ponte harmônica com o presente na medida em que o espírito modernizador é uma característica genuinamente paulista cujas origens se remetem aos tempos coloniais.

Paulística ou “Pradística”

Paulo Prado não tinha como localizar nas origens de São Paulo sua família, porém, foi capaz de identificar a ação do patrono Antonio Prado, vindo de terras distantes, como elemento de tentativa de revigoração da raça dos paulistas. Após casar-se com uma descendente de bandeirante, Antonio hipotecou sua casa com o intuito de organizar uma bandeira à região de Goiás em busca de ouro. Após o desmembramento do território.

A decepção não lhes afrouxou o ânimo conquistador e a tenacidade sempre rediviva da raça. Atiram-se sem perda de tempo a outras conquistas, e as bandeiras afundaram-se pelos sertões longínquos de Mato Grosso e Goiás (...). Todos esses empreendimentos, tanta heroicidade afoita e desgarrada, iam aos poucos enfraquecendo a velha Piratininga, pelo afastamento dos melhores filhos. (...) Os fortes, os audaciosos e os sãos partiam na febre das conquistas; mulheres, velhos e enfermos ficavam na melancolia dos lares abandonados, nos afazeres mesquinhos da pequena cultura, ou na taciturna indolência índia das vilas que rodeavam os campos piratininganos. A pouco e pouco entrava São Paulo nesse longo sono secular que é a triste página da sua história. (P. PRADO 2004, 129-167)

As relações entre a preservação de prestígio e sua evidência na escritura de Paulo Prado vão mais além. Ao discorrer sobre a questão da raça dos paulistas, o autor faz da prática de casamentos endogâmicos de sua família como uma prática que buscou preservar e melhorar as características da raça paulista.

O isolamento da montanha e a endogamia protegendo o desenvolvimento da hereditariedade, que é o principal fator constitutivo das raças, e uma excelente condição para manter a pureza, deram o Maximo de intensidade e revelo aos característicos do tipo paulista. Parte a contribuição do patrimônio hereditário a reprodução entre consangüíneos é elemento importante. No histórico das famílias do planalto o cruzamento entre parentes é notável; por ele se apuram as qualidades dos elementos que as constituíam primitivamente. (P. PRADO 1972, 29)

No despertar do sono secular, novamente a família de Paulo teve um papel fundamental: o autor localizou o início da revitalização dos antigos paulistas no revigoreamento econômico da Paulicéia com a produção do café. Aqui Paulo parece ganhar mais autonomia em relação à orientação de Capistrano. Em certa medida, ao propor que o caráter do paulista antigo não se restabeleceu com o desenvolvimento da economia cafeicultora Paulo rompeu com Capistrano. Apenas as questões materiais são reconquistadas com o café, da qual o governo de seu pai nos 12 anos em que permaneceu na prefeitura de São Paulo reverteu para a transformação da cidade.

Dos prestígios que o que café podia render a São Paulo, dele somente se recolheu infortúnios, se não bastasse a dificuldade de cultivo, que se manifestava desde as formigas ao desgastes da terra oriunda da ganância insaciável pelo lucro, característica remanescente dos obscuros anos de expropriação causada pela política de governadores. Se os seus antepassados mais próximos foram os responsáveis pelo revigoreamento econômico de São Paulo, Paulo através de seu ofício e aliado a um novo grupo de intelectuais, parece carrear o fardo de restabelecer o caráter do antigo paulista.

Do tipo ancestral falta, porém, ao paulista moderno, a ânsia de liberdade e a independência que deu um cunho tão característico ao habitante da velha capitania. O amor e a devoção ao poder herdados da estúpida tirania dos governadores do século XVIII, completaram a obra da decadência que se iniciaram nos primeiros quartéis desse século pelo fenômeno dispersivo da desaglomeração individualista e que tinha transformado o pioneiro e aventureiro em povoador, mineiro ou fazendeiro. O velho paulista, “amantíssimo da liberdade”, aos poucos se mudara no arrivista pacífico, que a tudo antepõe a paz submissa e o duvidoso enriquecimento. (P. PRADO 2004, 91)

Em relação ao revigoreamento deste caráter formador do paulista, Prado criou um caminho ainda por se fazer. Se por um lado o crescimento econômico da cidade em virtude do café culminou no acúmulo de riqueza que possibilitaria o total

revigoramento do paulistano, isso não se realizou, apenas se colocou como potência, cujo epicentro é a própria tradição bandeirante vinculada a famílias como a sua:

A aristocracia rural que era o último reduto do tipo ancestral, degenera, se extingue e se transforma no industrialismo cosmopolita, e sem o laço íntimo e profundo que liga ao solo – na sua vida social e na sua vida política – estrangeira em sua própria terra, assiste inerte e desolada a transformação de uma nova raça que ainda não tem nome, e que será a di habitante do futuro São Paulo.(...) A fartura e o bem estar, chegados os tempos de hoje, imobilizaram o nomadismo do passado. Intoxicado pela própria riqueza, o Paulista, no *melting pot* brasileiro representará apenas a contribuição histórica e racial de um epígono prestes a desaparecer. (P. PRADO 1972, 39)

É com intuito de não fazer desaparecer por completo este “raro exemplar humano” construído no passado e legado para as demais gerações que Paulo escreveu suas histórias. Foi na preservação da memória que partiria de alguns aspectos da cidade que Paulo depositou suas esperanças de regenerar o espírito da liberdade que fecha metodologicamente a sua análise. Assim, as transformações que o pai realizou nos aspectos físicos da cidade ganharam com Paulo Prado um aspecto moral, memorialístico, fundador de um princípio de identidade que tem na modernização seu essência e sua finalidade. Tal procedimento nos faz ressoar e evidenciar que a construção do passado, não pode ser tomado como um espaço despolitizado, mas sim tecido dentro de contextos em que a emergência de conflitos é inerente,

Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma seqüência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Um regime certamente não é uma entidade metafísica, que desce dos céus, mas antes um arcabouço durável, que é desafiado tão logo se torna predominante ou simplesmente funcional (HARTOG, Regime de Historicidade sd)

Ao contrário da memória que se apresenta de maneira mais fragmentada, a história tem por natureza a apresentação de uma narrativa coerente. "Falei da grandeza de São Paulo por uma questão de método. Você tem de acompanhar a Paulicéia até o seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu sem (SIC-seu) lugar. De outro modo fugira do fenômeno" (CAPISTRANO, 1954, 432) Disse, em poucas palavras, Capistrano a Paulo dias depois de questionar por que Prado havia se dedicado apenas a falar da decadência de São Paulo e não de sua grandeza.

O que é uma narrativa bem elaborada? É aquela que guarda esquemas de inteligibilidade, valores e expectativas previamente definidos. Neste sentido, diria que a identidade existe porque sei contar quem sou, independentemente daquelas informações serem verdadeiras ou falsas. Toda identidade é construção. (THEODORO 1998, 64)

Neste prisma, a História da cidade de São Paulo contada por Prado, teve como função a criação de uma identidade imposta pela modernidade. Ao se deter, conforme sugestão de Capistrano, na forma como se construiu a grandeza de São Paulo, Paulo mostrou como, em um espaço dominado pela natureza, o bravo bandeirante venceu o terrível caminho do mar e no planalto construiu uma verdadeira civilização. Assim, a narrativa de Prado, além do resgate da memória de uma determinada classe, se coloca como uma identidade geral na medida em que a ela o autor agrega uma carga moral que a torna coletiva.

Produzimos nossa consciência com ilusões do nosso passado. Ao recuperar algumas lembranças, deixamos de lado outras, para contar ao nosso interlocutor uma história com sentido, às vezes épica, às vezes romântica, e assim vamos nos desviando de parte significativa de nossas vidas, criando uma totalidade que nunca existiu, mas passa a ter sentido em função do que queremos contar. (THEODORO 1998, 71)

A narrativa "tem sempre em si, às vezes de modo latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode constituir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida." (BENJAMIN 1994, 200) Portanto, ao contar a história desta maneira ela não se esgota apenas como

forma representativa do passado estendendo seus domínios de forma a resgatar uma experiência bem sucedida que serve como exemplo para a orientação da ação do presente para que o futuro torne-se o próprio desejo almejando no presente (KOSELLECK 2006). A história é contada pois se quer recuperar uma moral que o autor identificou finita naquele período. A história é este passado desconecto do presente, o qual Paulo Prado quer recuperar como modelo para o futuro.

A memória, portanto, é confeccionada. Pode partir de lendas e crônicas, ou seja, sua base é também simbólica. (...) Confeccionar a memória a partir dos grandes monumentos e dos grandes eventos políticos é confeccionar a memória dos outros. A nossa história oficial narra a vida de quem? Das oligarquias canaveiras, cafeeiras, cujo alicerce foi produzido pela mão-de-obra escrava ou imigrante. (...) O que é o patrimônio do branco rico? A Casa Grande, a Senzala, as instalações para a produção do açúcar, do café, do ouro, as cidades, seus teatros, seus edifícios arrojados, as praças, as ruas, alamedas desenhadas pela City Company. (THEODORO 1998, 68-71)

Mas Janice Theodoro fala de uma memória institucional, e preferencialmente escrita em papel e caneta. Trata-se aqui de uma memória do Estado. Para Nora (NORA 1993), esta memória institucionalizada se distancia da experiência passando a ser agora um lugar de depósito da memória, lugar este determinado e definido pela história. Esta história, entendida como procedimento, destaca, conforme as intenções daquele que o executa, quais fragmentos do passado serão selecionados e a eles garantido um sentido. O que se observou já no fim do século XX foi que diferentes grupos passaram então a se dedicar no resgate de suas próprias memórias tornando-as parte da construção de identidades coletivas e consolidando uma determinada memória institucional.

É interessante pensar como Paulo Prado e sua produção são frutos destas discussões. Paulo é aquele que por uma coincidência histórica foi o mais apto a escrever a história de seus pares: a incerteza de um futuro que se revela na insegurança em relação à garantia de uma vida política tão promissora quanto a de seus pais e avós. No ano em que Paulo Prado se formou pela faculdade de Direito, a Monarquia foi substituída pelas instituições republicanas. Participou, durante sua

passagem pela Europa, das intensas discussões de um grupo de intelectuais que começaram a pensar o Brasil abandonando a idéia de uma vinculação direta com os símbolos da monarquia. Por intermédio de seu tio Eduardo conheceu Capistrano de Abreu e com ele se apaixonou pelo ofício do historiador. Por consequência, se tornou o mais apto a escrever a história de sua classe. Questão que se revelou de fundamental importância no campo ideológico: construir a nação brasileira à imagem da raça dos paulistanos.

Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história aqueles onde se deve procurar, não a sua celebração, não a sua produção, mas os criadores e os dominadores da memória coletiva.: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF 1984, 45)

Paulo Prado utiliza-se politicamente da história ao selecionar das múltiplas reminiscências do passado, apenas uma: o bandeirante e transformá-lo em uma representação de todos. Todos os paulistanos, independente de suas origens específicas, foram unidos na elevação do bandeirante – mameluco e historicamente dado como tipo social - como síntese do paulista. O bandeirante foi o próprio lugar do depósito da memória, a celebração mais fecunda daquilo que era o paulistano, o guardião e o elemento de propulsão do progresso nacional.

O fato de os estudos relativos à origem da família serem concomitantes ao interesse de Paulo Prado em traçar a História da cidade, não pode ser compreendido apenas como casualidade, mas sim como uma construção necessária à nova situação imposta pela formação sócio-econômica da sociedade paulista que se tornava mais complexa. A história de São Paulo, contada por Paulo, buscou asseverar a própria função da família Prado como força motriz da História da cidade. Se na genealogia, o lócus familiar é pautado pela semelhança da parentela, conquistada por casamentos endógenos, e a diferenciação com o restante da sociedade, na narração ela redundou em uma cronologia que garantiu um sentido evolutivo e de progresso. O achatamento de genealogia dos Prados com a história reconstruída por Paulo

resultou na aproximação direta entre os momentos de “progresso” da cidade e mudanças significativas na estrutura familiar dos Prados.

Quando Paulo Prado narra a história paulista pelo viés da formação racial e cultural do bandeirante, imediatamente, ele vincula a chegada dos Prados em São Paulo e suas primeiras ações no período de apogeu da ação dos bandeirantes: a organização das bandeiras para o interior em busca das minas. A característica que constrói e individualiza o bandeirante é o seu apreço pela liberdade que no passado resultou no apogeu da cidade e o seu tolhimento a sua decadência. A mesma liberdade, segundo Paulo é o que carece ao paulista moderno para superar a decadência imposta pela letargia e pela ganância. Novamente Paulo indica que o caminho para o revigoramento será conquistado pelo ressurgimento econômico de São Paulo, conquistado e mantido pela geração de seus pais e avós, mas também seria necessário o revigoramento moral e cultural do bandeirante, ao qual Paulo se incube em restaurar.

Em uma cidade que em todos os aspectos se apresentava como multi-étnica – inclusive no campo econômico cujo alicerce anteriormente centralizado na cafeicultura apresentava sinais de alargamento – de um lado, era necessário manipular a história para que o passado se tornasse único e identificador das elites cafeiculturas; por outro, ela também serviu como lugar de estabelecimento da diferença para com as novas etnias que, embora pudessem galgar do mesmo prestígio econômico não galgavam da mesma tradição com a cidade que as elites cafeiculturas, muito embora o momento de elaboração destas tradições seja recentes.

Neste contexto, a elaboração da tradição bandeirante, tal qual nos aparece após anos 20, consiste na própria consagração das elites paulistas, cujo alicerce reside no enquadramento e pertencimento a uma linhagem quatrocentona. Assim, pouco importava a riqueza ou a miséria dos bandeirantes enquanto sujeitos históricos sociais; se foram assassinos de índios, famintos, sem dentes ou mesmo se andavam descalços ou de botas. Como Paulo Prado nos faz notar é que o mais

importante era a construção de uma memória para a elite a qual ele mesmo pertencia. A narrativa de Paulo Prado colaborou para a construção de um passado.

Admirável aplicação tem essa lei biológica na constituição étnica do tipo paulista, habitantes segregados do mundo num altiplano que defendia uma quase intransitável via de comunicação, como na antiguidade grega o interior montanhoso do Peloponeso era a suprema roca defensiva de todo a Hélade. (P. PRADO 1972, 26)

As atividades de Paulo Prado no caminho das letras dão continuidade ao projeto civilizatório inaugurado por Veridiana Prado, no campo dos costumes, e Conselheiro Prado na urbanização da cidade. É claro que neste momento em que diversas vozes manifestam sua insatisfação frente a mera incorporação de uma cultura européia, o pensamento de Paulo passa a buscar as origens daquilo que nos distinguiam da Europa decadente. Embora o desejo em se buscar uma identidade nacional seja um problema intensamente debatido na época, é necessário evidenciar que esta busca por essa identidade é oriunda de uma política de preservação de prestígios praticada e elaborada por sujeitos – homens-memória – como Paulo Prado.

Segundo Capítulo

2. MAR DE BRASIS: RETRATO DO BRASIL

Há mais de um século intelectuais brasileiros agonizam sobre a
identidade nacional do país (Thomas Skidmore)

Cada época sonha não apenas a próxima, mas ao sonhar esforça-
se para despertar. (Walter Benjamin)

Após dedicar-se a escrever a história de São Paulo, Paulo debruçou-se a refletir sobre a história colonial do Brasil. Seus esforços, evidenciados pela correspondência trocada com Capistrano de Abreu, podem ser verificados por meio da constante prestação de contas referentes à aquisição de livros e documentos sobre o passado de diferentes regiões do Brasil e sobre uma multiplicidade de assuntos de atas de inquéritos da inquisição a relatos de viajantes e documentação acerca da organização e administração das cidades Brasileiras. Como resultado, Paulo publica sua primeira obra completa em 1928, um ano após a morte de Capistrano. Se a história de São Paulo está sendo elaborada concomitantemente ao processo de escritura de nosso autor, o mesmo não ocorre quando ele se dedica a refletir sobre o passado nacional. Quando *Retrato do Brasil* veio a público, diversos já eram os estudos que se dedicavam a refletir a “História Nacional”.

O desafio lançado pela escritura de sua segunda obra era o de sustentar e desenvolver uma tese: a tristeza como a característica singular do brasileiro, cuja origem encontrava-se no desenvolvimento histórico do país. *Retratos do Brasil* é composto de duas partes, escritas em dois tempos, como o próprio autor nos indica. A primeira, dividida em quatro capítulos recebe o título de “Ensaio sobre a tristeza”: A luxúria, A cobiça, A tristeza, O romantismo; a outra, um ensaio contínuo denominado “Post-Scriptum”. Neste momento, nos deteremos a apreender o esforço de Paulo em construir uma leitura sobre o passado do Brasil. O objetivo de nossa análise vai ser o levantamento das formas como um paulista do início do século concebeu o restante do Brasil e suas implicações no campo da construção identitária.

2.1 A Nação como problema

A questão nacional, ao contrário do que percebemos durante do século XIX e começo do século XX, se coloca, já na segunda metade do século XX, não mais como uma espécie de sujeito do qual o historiador era o responsável por ordenar e narrar a história, mas sim como um problema. Ou seja, a nação e os fenômenos a ela relacionados, como nacionalismo e identidade nacional, se colocam como questões centrais para os estudos históricos não na busca e identificação das estratégias utilizadas para a sua acomodação, ou seja, para seu aparente sucesso no campo da organização política. Ao perceber que a nação, enquanto verdade histórica, possui um momento de nascimento/criação, a preocupação centra-se na identificação dos mecanismos pelos quais o advento destes fenômenos foi possível: como as idéias e os discursos foram utilizados para a manutenção de um determinado poder ou mesmo como o próprio conceito foi capturado pelos diferentes sujeitos sociais.

A palavra nação vem do latim *natio*, cujo sentido primordial tinha o sentido de nascença e nascimento, o uso era preponderante no que se referia ao nascimento de animais. Do uso vulgar oriunda a idéia de que nação seria o conjunto de indivíduos nascidos ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Mas pensar a nação foi um desafio posto pela modernidade e surge no momento de crise da sociedade burguesa, como uma demanda necessária a própria manutenção da centralidade política.

O nacionalismo apresenta uma amplitude maior no que se refere ao escopo histórico de suas manifestações, pois este transcende o âmbito das formações sociais capitalistas (...). Mais precisamente, o nacionalismo pode representar as “dores do parto” (ou mesmo da sua impossibilidade) da ordem político social burguesa, isto é, o questionamento da legitimidade de um Estado. (ALMEIDA 1995, 50)

Ou seja, o caráter nacional não pode ser compreendido como uma explicação para um determinado fenômeno, mas sim como algo que deve ser explicado e compreendido como central em um momento de mudança nas formas de percepção e arranjo do mundo. É necessário compreender que o fenômeno da identidade nacional surge como eliminador ou apaziguador das diferenças individuais. Passar ao

largo deste pressuposto, implica em compreender a nação pelo próprio discurso que a justifica, aprisionando sua compreensão como um dado natural de todas as sociedades humanas. Tal forma de apreensão do conceito nos leva para os fins do século XIX e começo do século XX quando, de fato, o Estado-Nacional desejava colocar-se como um direito natural. Conforme Elías Palti (2006), esta percepção da nação pode ser compreendida como percepção genealógica. Segundo o autor a origem desta forma de apreensão dos fenômenos relacionados à nação apresenta uma dupla origem. A primeira relacionada ao preceito dos contratos sociais aferida pela teoria iluminista e a segunda concebe a nação como entidades objetivas e independentes da vontade de seus membros. (PALTI 2006, 29). Ambas têm como suporte a metáfora de decapitação da monarquia francesa. Fato que simbolizou a descrença nas monarquias hereditárias e no poder divino do monarca.

É neste momento que emerge no debate do iluminismo a própria noção de comunidade e sobrevivência enraizadas no princípio da idéia de nação. O ser humano era, segundo estes preceitos filosóficos, essencialmente consciente de sua liberdade e de sua capacidade de ação e aprimoramento. Em virtude da criação da propriedade privada e da sociedade civil a liberdade se esvai dando lugar a escravidão e a miséria. Ao se tornarem desiguais o homem abandona sua liberdade e sua independência assumindo para si a condição de escravo. Porém, a força da liberdade inerente a condição humana poderia ser mantida, via contrato social, pela constituição do povo – aqui entendidos como cidadãos e súditos. (ROUSSEAU 1993)

Neste vazio de poder criado pelo processo revolucionário foi que se elaborou o conceito de nação moderno, galgado na associação intransponível entre território, tradição e liberdade. Ou seja, a nação se constituía mediante a existência de um espaço físico, que além de delimitá-la, também contribuía para a constituição física de seus membros; pelo compartilhamento de uma cultura comum, ou seja, de uma língua, de uma tradição, de um passado comum a seus membros; e também na defesa da liberdade nacional, onde se entende, a elaboração de um código no qual a supremacia nacional apareça como elemento central e irrevogável. Neste momento,

estava posta a idéia de indivisibilidade da nação, considerada como corpo de cidadãos, cuja soberania coletiva o constituía como um Estado, concebido como sua expressão política a nação. Na acepção dos revolucionários franceses, é no campo ideal a união entre Estado, povo e território, direcionado pela conquista da liberdade, esta tomada como agente da construção de um passado, de uma tradição e de uma língua comum a todos os cidadãos. Desta forma, no germe de seu nascimento, a nação apresentava tanto uma dimensão real, quanto uma discursiva, tendo em vista a impossibilidade da existência de um discurso nacional sem a criação de uma mitologia de origem inerente para a sua reprodução. (E. J. HOBBSBAWM 1990)

Em 1882, na famosa conferência ministrada na Sorbonne *O que é uma nação?* Ernest Renan revelava que a supremacia do Estado Nacional era galgada pelo uso da violência e de todo um sistema coercitivo sobre aqueles que vivem sob sua tutela. Renan acreditava que o era dever do Estado construir a Nação e que, para tanto, era essencial a promoção de “esquecimentos” necessários para a padronização de experiências. José Murilo de Carvalho, analisando o autor, complementa com a afirmativa que estes esquecimentos devem ser dosados, pois o “excesso de esquecimento e erro leva à perda de eficácia da narrativa nacional, ao esvaziamento do imaginário nacional e, eventualmente, ao enfraquecimento ou mesmo crise da identidade.” (CARVALHO 2000).

Parece-nos assertiva a discussão desenvolvida por Benedict Anderson (2005) sobre o desenvolvimento do conceito de nacionalismo e seu substantivo nação. Segundo o autor, diferente do observável em outros conceitos como iluminismo, capitalismo, o conceito a coloca no campo do pensamento como algo vago, impreciso. Sua definição mais concreta a reduz a um aspecto da ideologia, o que a coloca como um elemento à parte à história. A argumentação desenvolvida nos encaminha a pensarmos que a nação como comunidades imaginadas, construídas na Europa graças a um conjunto de técnicas e tecnologias durante todo o século XIX, como os meios de comunicação e transporte. Assim, a nação era um fenômeno inovador do século XIX cujo princípio era o de desfazer as antigas comunidades

isoladas e transformá-las em uma comunidade mais ampla e organizada em torno dos processos industriais e do acúmulo de capital. Longe de apresentarem uma origem remota como indicava a escrita da história do período de formação das nações, elas são consideradas um fenômeno recente na história humanidade. (HOBSBAWAM 1997).

Esta estrutura do pensamento nacionalista vem sendo tratada como um fenômeno cujas bases encontram-se, sobretudo nas sociedades francesa e inglesa do século XIX. Porém, quando refletimos sobre os processos de independência no continente americano, é possível questionar a premissa. Antes mesmo da Revolução Francesa, temos duas experiências significativas no continente: a independência estadunidense e a revolta do Haiti, ambas apresentam um apelo identitário do qual emergem discussões com relação a liberdades e das questões nacionais. Porém, como demonstra Navarrete-Liñares (2007), os paradigmas para a construção de um paradigma nacional na América Latina foi identificado com os processos de modernização, o que gerou novos problemas.

Esta perspectiva, que conformava as tradições historiográficas nacionalistas, as forças dinâmicas da modernização, encarnadas nas elites modernizadoras com aspirações universalistas, tiveram que enfrentar as resistências, passivas e reativas, dos grupos diferentes, mas a tendência inevitável era a desaparecimento destes ou sua preservação como adornos folclóricos em uma identidade nacional consolidada e plenamente moderna. A maioria dos autores aceitou que a homogeneização racial e cultural de suas nações era um requisito indispensável para o progresso e modernização. Mais recentemente, outros as condenaram como um etnocídio injustificável. Sem embargo, todos estavam de acordo acerca da equivalência entre modernidade e homogeneidade. (NAVARRETE LIÑARES 2007)

Violência e afirmação da unidade nacional aparecem como elementos indissociáveis. O aparente sucesso da “nação” foi galgado por meio da promoção de processos de esquecimentos individuais em prol da construção de uma História nacional. Este processo de solapamento das subjetividades/sensibilidades individuais foram conquistados principalmente pela imposição de uma educação única e

obrigatória formatada e concedida pelo Estado como formadora de cidadãos. O processo educacional do cidadão implicava na invenção de uma história nacional, de heróis nacionais, de um emblema nacional, de um hino nacional. Foi necessária para a sedimentação da idéia de nação a construção dos chamados *semióforos*¹⁰, ou dispositivos – máquinas de fazer ver a falar – que moldam as formas de percepção da realidade através de imagens e códigos.

A visibilidade não se refere à luz em geral que iluminara objetos pré-existentes; é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis deste ou daquele dispositivo. Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela. (DELEUZE, O que é um dispositivo? 1990)

Neste sentido, o conceito de nação se coloca como um dispositivo na medida em que sua existência fundamenta a si mesma e condiciona a percepção do restante do mundo. De certa forma, a nação dentro do universo da percepção equivale ao elemento guia fundamental. Ela condiciona o mundo ao mesmo tempo em que se realiza. Assim, podemos afirmar que as nações se colocam inicialmente fora da experiência histórica concreta; ela aparece como um elemento do campo ideal, ou das idéias, não como falsidade, mas sim como imaginação, segundo Anderson:

Uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É *imaginada* porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros desta nação, mas ainda assim, na mente de cada existe a imagem de comunhão. (...) A nação é imaginada *limitada* porque até a maior das nações, englobando possivelmente milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além dos

¹⁰ Um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. (CHAUI 2000)

quais se situam outras nações. (...) É imaginada como *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico e da ordem divina. (...) a nação; e imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. (ANDERSON 2005, 25-27)

“Comunidades imaginadas” nos cabe como chave de orientação para compreensão da construção do Estado Nacional Brasileiro. Não se trata aqui de aplicá-lo como verdade absoluta e indiscutível, mas sim de forma a evidenciar o funcionamento de nossa sociedade. O conceito problematiza a percepção de nossa própria identidade fundada no princípio da miscigenação, da sedução e do acolhimento – traços que aparecem como características dos brasileiros quando a eles questionam sobre: o que é ser brasileiro? O texto de Paulo Prado aparece como proposta organizadora do nacional. Em um tempo, como o nosso, em que é possível pensar o Estado-Nação como uma construção histórica, buscar os discursos que o sustentaram e procurar um caminho para a crítica mostra-se um caminho possível ao historiador:

A propósito deve-se destacar um interesse específico que as ‘tradições inventadas’ pode ter de um modo ou de outro, para os estudiosos da história moderna e contemporânea. Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação comparativamente recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: nacionalismo, o Estado Nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos esses elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação. (HOBBSAWM, 1997. p 22)

Pensar o Estado-Nação como uma construção histórica implica em perceber na historicidade a elaboração de semióforos construídos para sua naturalização. Neste sentido as tradições inventadas confluem para o desenvolvimento da pesquisa auxiliando na percepção tanto nas construções relacionados aos fatos históricos como também na eleição de personagens históricos feito por Paulo Prado. Mas antes

nos cabe uma pequena reflexão sobre como este debate sobre nação e nacionalismo foi assimilado pela intelectualidade brasileira.

Brasileiro que bicho é esse?

Durante todo o século XVI, a palavra “brasileiro” era qualitativo de homens cuja atividade laboral se constituía no corte de madeira. O pau-brasil utilizado para o tingimento de tecidos, compunha o rol das matérias-primas do “Novo Mundo”, era a referência que os denominavam. O que nos interessa neste momento é perceber como que da atividade daquele que extrai a madeira, brasileiro passou a aferir uma categoria patriótica que conotava o apego à terra e ao local de nascimento. No caso brasileiro, a evidência de permanências na forma de qualificar e identificar o brasileiro nos salta aos olhos, como veremos, desde o Romantismo, a história produzida por Paulo Prado e intelectuais do nosso presente, tangenciam, cada qual a sua maneira a formação “mitológica” de uma população mestiça.

A identidade nacional, qualquer uma, oferece-se enquanto *lugar comum*, possibilitando à pluralidade de falas formuladas em lugares “diferentes” estabelecer diálogo, comparações e posições contrastantes, a despeito da instabilidade e dos múltiplos deslocamentos das imagens e representações que a constituem. Lugar –comum, a imagem resultante, *fundo-comum*, o material com a qual é elaborada e cuja genealogia necessita ser elaborada. (M. S. BRESCIANI 2004, 407)

Buscando compor uma linha de sentido que possibilite compreender os escritos de Paulo Prado sobre os aspectos da nacionalidade brasileira, estabelecemos como norteamento dois pontos que nos parecem ser originários deste *fundo-comum*. A idéia de uma natureza exuberante e da formação mestiça do brasileiro aparecem como elementos deste *fundo-comum*. Estes dois pontos aparecem como elementos fundamentais na construção identitária a partir dos anos 20 do século passado, sendo a ele agregado no decênio anterior a necessidade de um governo forte e estruturado. A idéia de um Brasil singular emerge, como contraponto ao período

imediatamente anterior, no qual é nítido que o princípio da nacionalidade vinculava-se muito mais ao pertencimento a uma comunidade mais regional:

Sob certos aspectos, a República significou um fortalecimento das lealdades provinciais em detrimento da lealdade nacional. Ela adotou o federalismo ao estilo norte americano, reforçando os governos estaduais. Muitos observadores estrangeiros e alguns monarquistas chegaram a prever a fragmentação do país como consequência da República e do Federalismo. Houve um período inicial de instabilidade e guerra civil que parecia dar sustentação a estes temores. (CARVALHO 2006, 81)

Em São Paulo, como já vimos, os esforços em construir uma identidade regional pautada na alavanca da modernização foi o foco de todos os esforços de letrados e engenheiros. O advento da modernização equivalia a política do Estado. O que podemos aferir é que nestes primeiros anos da República os esforços em construir uma representação nacional que abarcasse as múltiplas diferenças, compunha um horizonte impossível uma vez que as elites de cada espaço almejavam e necessitavam de consolidar seus poderes locais:

No Brasil do início da República inexistia tal sentimento. Havia sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte da identidade nacional, como a unidade da língua, da região e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produziu, de certo modo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas implicações impostas pela presença da escravidão. (CARVALHO, Pontos e Boradados: escritos de história e política 1998)

De certa forma, a fragilidade do sentimento nacional, a República legou do Segundo Reinado com as permanências das fissuras de um país marcado pelas diferenças observáveis em todos os campos, sociais, culturais e políticos. Entretanto, é necessário afirmar e compreender que o germe das discussões acerca da necessidade de se construir uma representação nacional estão localizadas no Segundo Reinado. O esforço em buscar a construção de uma representação coerente para a identidade nacional fundamentava-se na singularidade de nossa própria história: nossa independência fora proclamada pelo herdeiro do monarca português. O ódio aos membros e instituições metropolitanas, que balizou as construções

identitárias nas ex-colônias espanholas, não podiam balizar a construção de nossa representação, embora o ódio ao português representasse um sentimento de aparente união entre os habitantes do novo império.

A estratégia sinalizada durante o Segundo Reinado se direciona em duas vertentes para a proposta de construção nacional. A primeira já foi sinalizada por José Murilo de Carvalho no excerto acima, a organização do exército nacional, bem como a luta pelo território do Rio da Prata em 1860, fizeram reverberar traços de uma proto-identidade. O outro direcionamento é observável com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Inspirado na instituição francesa, nosso instituto tinha como função criar as bases da nacionalidade através dos usos da geografia e da história. Os estudos geográficos se ocuparam na identificação e caracterização do espaço físico do Brasil. Mas o que nos interessa é o projeto historiográfico deste Instituto.

É necessário ressaltar que a matriz para a criação de nosso Instituto é caudatária do princípio da academia, no qual a participação estava vinculada ao prestígio social e político de seus membros. Esta origem de nosso pensamento histórico é salutar, uma vez que torna específico o lugar da produção historiográfica. Este lugar de produção historiográfica, por sua vez nos indica a função desempenhada na historiografia no âmbito das construções nacionais. (CERTEAU 2007)

Pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista - o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade - que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro. (GUIMARÃES 1997, 6)

O principal objetivo do IHGB foi harmonizar a incongruência entre o ódio ao português e a permanência de dinastia lusitana. A nação brasileira seria construída à imagem da continuação do processo civilizacional iniciado pela colonização portuguesa. Composto por cerca de 50 membros, tutelados e amparados pelo Imperador Dom Pedro Segundo. Após os cinco de sua fundação 75% das verbas eram oriundas dos cofres do Governo Imperial, as verbas eram destinadas para o financiamento de viagens exploratórias e viagens internacionais em busca de documentação. A história construída pelo IHGB como caudatária às verbas oriundas dos cofres imperiais nos salta aos olhos. Nos últimos anos dos oitocentos, a inter-relação entre o Estado Imperial e o Instituto ficam mais evidentes em decorrência da estabilização do poder imperial, bem como com a efetivação da centralização do poder político.

O imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição. (GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional 1997, 13)

Buscando este processo, em 1847, o IHGB premiava o historiador alemão Von Martius pela tese, publicada três anos antes na revista do Instituto, *Como se deve escrever a história do Brasil* (MARTIUS 1982). Amparado pela idéia de que o Brasil seria formado pelo encontro das três raças, o historiador propõe uma forma de se trabalhar com os três grupos evidenciando suas contribuições para a formação da identidade nacional, de modo a ressaltar o aprimoramento delas. O autor se aprofunda na forma como o indígena e o branco deviam ser trabalhados pela escrita da história, dispensando ao negro um papel secundário. O branco aparece como fundamento central ao cumprir nos trópicos a missão de civilizá-lo. O estudo referente ao indígena seria de importância magna, uma vez que, através dele

poderiam ser construídos os mitos de fundação nacionais, à exemplo dos cavaleiros medievais na Europa.

As orientações deixadas por Von Martius foram tomadas como paradoxos para a construção da história nacional, bem como os heróis nacionais. Ele nos legou marcas profundas na forma de nos compreendemos ainda nos dias de hoje, é salutar a formação de uma rede de inteligibilidade duradoura, ou mesmo nas palavras de Bresciani *fundo-comum* para a compreensão da sociedade brasileira. Tais marcas são verificadas desde a construção historiográfica de Varnhagen, na construção do indígena como herói do romantismo e até mesmo nos escritos de Paulo, quando este afirma o legado indiscutível do pensamento do autor para o pensamento histórico do Brasil (P. PRADO 2004).

Na República, as elites dirigentes iram desfazer este elo de ligação entre a história nacional e a manutenção da monarquia, consolidando a República como momento revolucionário na história nacional. O IHGB, tomava novas diretrizes principalmente com a criação dos Institutos Estaduais. O Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHBSPP) fundado em 1894 nos é exemplar. Segundo Antonio Celso Ferreira (2002), a criação do Instituto corresponderia à agremiação da elite letrada regional que tomava para si a responsabilidade de afirmar e criar o imaginário paulista.

A criação de Institutos Históricos Geográficos nos Estados contribuiu para a produção de uma história local, voltada em grande medida para definir as identidades estaduais, num regime que se caracterizava pelo federalismo amplo, onde as elites dominantes de cada unidade da federação passaram a ter importância decisiva na política nacional, buscam construir um discurso que justifique seu domínio sobre cada Estado. (ALBUQUERQUE JUNIOR, Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia 2007, 63)

Os preceitos identitários desenvolvidos nos períodos anteriores, serão neste momento negados pois, a eles se credita a ausência de sentimento nacional. Neste vazio de identidade nacional, a intelectualidade dos primeiros anos do século XX foi

obstinada em definir o Brasil e o brasileiro, intentavam assim abarcar e constituir uma especificidade ao país. Como resultado, observamos a emergência de todo um conjunto de representações que traçava os problemas do país, buscava soluções, imaginava um futuro no qual depositaram seus sonhos e anseios ao mesmo tempo em que elaboravam a sua visão de mundo.

A história, a geografia, a língua, a produção literária, o sistema político, as características antropológicas da população passaram a ser esmiuçadas num esforço que, segundo os seus mentores, permitiria a seus aos brasileiros assenhorem-se efetivamente do país. Longe de se limitarem a uma atitude contemplativa, os intelectuais ansiavam por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação. Por se considerarem os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo, parecia-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re)colocar o país em sintonia com os seus verdadeiros valores. (DE LUCA, A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação 1999, 41)

Nas primeiras décadas dos noventa, embora o índice nacional de analfabetismo¹¹ girasse em torno de 75% da população, foram marcadas pelo aumento significativo de jornais, folhetins, e revistas. Dentre eles, destacamos a *Revista do Brasil*, vinculada ao grupo *O Estado de São Paulo*. A revista seria economicamente, mais uma tentativa de sobrevivência do grupo editorial organizado em torno de Julio de Mesquita. Paulo Prado, como já vimos, foi colaborador assíduo do jornal e dividiu, com Monteiro Lobato, a função de editor da Revista desde 1918. Contextualmente, a revista inseria-se no seio das discussões tangentes a cultura e a formação cultural do brasileiro, ao mesmo tempo em que a promessa de se elevar os índices de alfabetização a floravam.

¹¹ No final do século XIX, em 1900, apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil sabiam ler. O Rio de Janeiro, então Distrito Federal, apresentava no início do século XX, o nível de alfabetização mais alto do país, em torno de 50% da população total. Em 1920, 75% da população brasileira era analfabeta, e esse analfabetismo generalizado suscitou em boa parcela da intelectualidade um movimento no sentido de promover, através da alfabetização, a “republicanização da República”.

Ainda que a presença de um mercado consumidor de bens culturais fosse inconstante, não se deve superestimar suas dimensões e potencialidades. É importante ressaltar que em 1890 apenas 15% da população brasileira era alfabetizada, taxa que atingiu de acordo com o censo realizado em 1920, o patamar de 24%. Nesse mesmo período, o estado de São Paulo passou do décimo para o segundo lugar em termos de população alfabetizada, resultado que pelo menos em parte, pode ser creditado à atenção que as autoridades locais dispensaram ao assunto. (DE LUCA, A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação 1999, 59)

É no diálogo com as construções de representação nacional em pauta nos primeiros decênios do século XX, que Paulo Prado produziu seu *Retrato do Brasil*. Livro que gerou discussões acirradas logo que publicado com verberações dissonantes até os dias de hoje. Embora não se tenha poucas obras dedicadas a pensar exclusivamente o autor e suas obras, ele aparece como personagem coadjuvante na maioria dos estudos que buscam traçar o ambiente cultural dos anos vinte, fato que demonstra a centralidade de Paulo nos aspectos de divulgação e difusão e produção da cultura no cenário paulistano.

Ao pensar o Brasil a partir do princípio da soberania nacional, Paulo não diverge da idéia de que a nação se colocava como uma existência à histórica, assim, munido da definição republicana de nação Paulo ressalta a perspicácia do estado em definir-se ao menos territorialmente. Em relação à sua formação cultural constituindo-se como povo, Paulo elaborou uma narrativa histórica que justificava a tristeza do brasileiro:

A indolência e a passividade das populações facilitaram, porém, a preservação da unidade social e política do vastíssimo território. Apenas Portugal teve a idéia da topografia de seus domínios americanos, traçou-lhes por limites o Amazonas e o Prata, fronteiras naturais, orgânicas, dentro do qual desenvolveu a atividade vital da Colônia, rompendo com as barreiras políticas que tentaram fixar o tratado de Tordesilhas e os que se seguiram. Neste vasto território pôde a administração conservar a coesão da nova terra favorecida pela língua comum (nenhum dialeto perturba essa uniformidade), pelo culto da mesma religião, pelo ódio inato e tradicional ao castelhano. O atraso, os próprios vícios e defeitos

foram fatores preponderantes neste processo de unificação. (P. PRADO 1997, 196-197)

Em suma, nossa nacionalidade, esse sentimento que une um povo e o transforma culturalmente a nação, no caso brasileiro se dá pela intervenção e representação direta dos governantes e do Estado, de “cima para baixo”; essa invenção governamental da nação brasileira é, assim construída, permanentemente, até nossos dias, através de uma simbologia própria de nosso espectro multicultural, que, contudo, não revela por completo as vicissitudes de um cotidiano profundamente marcado pela desigualdade, discriminação, dominação e exploração das elites.

2.2 Retratos de múltiplos e singulares Brasis

Retratos do Brasil consiste em uma obra que propõe uma reflexão acerca das formas culturais herdadas para o Brasil através de sua experiência colonial. Na reflexão histórica, encontramos uma análise crítica sobre as possibilidades de superação destas características consideradas pelo autor como um entrave à modernização do país. Nesta perspectiva, a voz de Paulo Prado alia-se a de tantos outros intelectuais que nos anos 20 e 30 procuraram elaborar um paradigma nacionalizante para o Brasil.

O amor às coisas pátrias, ao seu passado, ao mistério dos primitivos habitantes, à sedução do Brasil brasileiro dos sertões do Nordeste – terra de coragem de poesia – o amor a toda a vida estudante e fresca do país adolescente, ao que constitui orgulho e patrimônio de uma nacionalidade – tudo entregávamos ao grupo, dos sábios de nossos institutos. (P. PRADO 2004, 13)

Este amor pelo “Brasil brasileiro”, impulsionou Paulo concomitante à carreira de empresário cafeicultor dedicar-se à escrita e a reflexão sobre a cultura paulista e a busca fremente pelas origens da nacionalidade. Paulo estava certo sobre as contribuições de sua reflexão para a construção do paradigma nacional. Após a

publicação da segunda edição de *Retratos do Brasil* no mesmo ano de seu lançamento, o autor, após receber a crítica do livro formulada pelo seu filho assim a responde:

Você pertence ao grupo “Brasil primeiro país do mundo”. Bloco governamental, que vai levando o Brasil à ruína. (...) Mas meu livro é otimista. Não o otimismo do *O País*, e do *Correio Paulistano*, pago pelo dinheiro público, mas do otimismo do médico que quer curar, ou do cirurgião. Isto é, a ânsia patriótica de quem quer o bem ai seu país e aponta os erros e is crimes dos mercadores do templo, João Ribiero – que é a primeira mentalidade brasileira atual – achou “nas páginas do *Retrato*, um ar de otimismo sadio”. Ele tem razão. Só o *Correio Paulistano* – e os que estão fora e longe como você, não podem enxergar essa verdade. (P. PRADO 1972, 239)

Contrastando com a simplicidade implícita no prefácio da primeira edição, Paulo aparece neste excerto como o ego ferido tanto pela crítica de seu filho como também as elaboradas pela imprensa. Creditamos este fato à grande repercussão que os meros ensaios causaram no período de seu lançamento, fato sabido e tratado com entusiasmo pelo autor, como vemos em carta à René Thiollier¹²:

O *Retrato* vai de vento em poupa. É incrível como aqui no Rio o livro fez sensação. Em todos os meios, mesmo os menos literários. Disse o Gardinier que num bonde, outro dia, havia três pessoas folheando o livro. Você como editor tem faro. Eu é que não acreditava que pudesse interessar um limitadíssimo grupo de intelectuais. (P. PRADO 1997, 217-218)

Até mesmo o intelectual francês Blaise Cedrans se ofereceu após a leitura de *Retratos* no mesmo ano, escreve para Paulo com o intuito de traduzi-la para o francês devido a originalidade da obra:

Quanto ao seu livro, Paulo, é formidável! O que você acharia de uma tradução francesa? Eu a faria com muito prazer e creio que valeria a pena. Já tenho um editor, mas não agirei sem o seu

¹² René de Castro Thiollier, advogado, escritor e cultivador de café, participou da publicação de contos, crônicas, estudos históricos, teatro e memórias. Segundo ele mesmo organizou e atuou como empresário da Semana de Arte Moderna de 1922. (THIOLLIER n.d.)

consentimento. Estou convencido de que o livro interessaria muito e seria uma revelação. Está por demais arraigado na Europa o hábito de considerar os países além-mar do ponto de vista exclusivamente econômico (café, borracha etc). já é tempo de reagir e mostra-lhes o lado “civilização, usos, costumes, e o que você magistralmente colocou em evidência, a contribuição da velha Europa. (CENDRARS 2001, 198)

De fato, Paulo Prado com o seu *Retratos do Brasil*, inaugura uma nova forma de se contar a história do Brasil. Buscando defender a tese de que o desenvolvimento histórico decorrente do encontro das três raças nas terras brasileiras resultou na formação de um povo psicologicamente triste. A primeira vista, a tristeza, implícita na percepção de Paulo sobre o brasileiro, antagoniza com a afirmativa do autor ao dizer que seu trabalho consiste em uma análise otimista do Brasil. Tal incongruência se clarifica nas páginas que se seguem que buscam trazer as minúcias da obra de Paulo.

Paraíso e a Degradação: paradigmas edênicos

O motivo edênico está presente na construção das imagens de referência sobre o Brasil desde o primeiro contato com a cultura ocidental. Os descobrimentos ocasionaram o ressurgimento do motivo edênico na cultura cristã (HOLANDA 1996). Em oposição da paisagem tropical, sempre primaveril, frente à aridez da paisagem européia, as novas terras faziam ecoar imagens do Paraíso perdido bíblico. A sedimentação do predomínio da natureza exuberante como achatamento do mundo colonial provem dos próprios relatos dos descobridores. Caminha e Vespúcio, declaram que o paraíso não estaria muito distante das paisagens observadas na América. A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Durante o movimento do Romantismo, se não tínhamos castelos medievais, igrejas da antigüidade, ou batalhas heróicas a serem lembradas; possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação tropical.

O chão é um tapete de flores caídas, de todos os tons, desde amarelo-escuro, do vermelho-rubro, do cor-de-rosa, até o lilás, o

azul-celeste e o branco alvíssimo. Variando com as estações, ponteiavam a tapeçaria de verdura e o roxo da flor-da-quaresma ou o ouro vivo do ipê. (P. PRADO 1997, 61)

A imagem construída por Paulo Prado nos remete a idéia de uma paisagem harmônica. As cores das flores e das folhagens compõem uma paisagem sutil, confortável, arranjadas e ordenadas. Mas esta mesma natureza que se apresenta como acolhedora, também aparece na obra como elemento que impossibilita a dominação do território. O emaranhado de cipós em meio às matas fechadas, aliada ao abafamento, típico da floresta tropical, criava um ambiente que impossibilitava os sentidos humanos. Nas matas, era impossível contemplar o céu.

Na zona equatorial do Brasil o clima constantemente úmido e quente desenvolve uma força e violência de vegetação incomparável. É a Hiléia amazônica, cobrindo de arvoredo a maior extensão de terras do universo, mais de 3 milhões de quilômetros quadrados. Nela, os sentidos imperfeitos do homem mal podem apanhar e fixar a desordem de galhos, folhagens, frutos e flores, que o envolve e submerge. (...) A vegetação eleva-se por andares, atingindo quarenta a sessenta metros de altura, enlaçando-se aos troncos os cipós e parasitas, em luta pela vida, como num espaço demasiadamente povoado. (P. PRADO 1997, 59)

A dualidade da natureza construída por Paulo Prado revelou-se como fundamental para a elaboração dos sentidos e dos aspectos da colonização portuguesa das terras brasileiras. Aqui, Paulo revelou-se caudatário do pensamento de Von Martius ao compreender que a ação colonizadora redundava em uma missão civilizadora. A verdade histórica desta premissa, Paulo encontrou na formação de São Paulo. A vila de Piratininga fundada no sertão, distante do litoral e separados geograficamente pela Serra do Mar, era a evidência de que os esforços em superar a mata impenetrável aos sentidos, tinha como resultado a efetivação de uma zona de povoamento com a possibilidade nevrálgica de se consolidar uma sociedade.

O primeiro e indispensável ato da civilização do colono foi a derrubada da mata que o cercava. Do índio aprendeu logo o sistema de roçar e derrubar cada dois ou três anos novas florestas para queimá-las, encoivará-las e por fim semeá-las. (...)

Substituíram a floresta virgem as grandes invernadas, os canaviais e o manto verde-escuro dos cafezais de hoje. O homem, num esforço formidável, mudava completamente a roupagem da terra. (P. PRADO 2004, 210-211)

Com exceção de São Paulo, as demais colônias ficaram a mercê da ocupação da região litorânea, onde além do clima e da paisagem acalentarem a saudade da pátria, o ambiente impunha-lhes pouca dificuldade para a ocupação. Era o fácil domínio da natureza, de flores e folhas paradisíacas: a terra brasílica. Enquanto o colono se deleitava no paraíso litorâneo, a sombria mata guardava os murmúrios de uma história possível, em que superar a natureza, as pulsões e a própria imaginação se colocam com condição de aperfeiçoamento moral que implicava no aprimoramento da raça.

O sertão vivia como ainda vive hoje, inexplorado, guardando em seu arcano, para o escoteiro, as esperanças de todas as possibilidades. A sua história, nas linhas gerais, será a história dos catadores, faiscadores e lavageiros do ouro, da prata e das pedrarias. Atrás dessa ambição correm as bandeiras pela vastidão da terra desconhecida. (P. PRADO 1997, 106)

Embora buscando antagonizar com o Romantismo, movimento que o autor acreditava ser responsável pelo aprofundamento de características negativas legadas da colônia, a exaltação da natureza exuberante permanece como um traço definidor da singularidade brasileira. A natureza brasileira foi destacada na obra de Paulo Prado como grandiosa: elemento dominador da paisagem. A vegetação dominava a paisagem, por completo, inclusive envolvendo e submergindo tudo. Mediante a força da natureza, o elemento humano perora.

Para homens que vinham da Europa, o ardor dos temperamentos, a moralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. (P. PRADO 1997, 74)

Aqui fica evidente que toda a sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. O conceito de natureza não é natural,

sendo na verdade criado e instituído pelos homens. O sentido dado a ela constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura. A própria cisão entre o mundo natural e o mundo humano trata-se de uma forma de percepção da natureza inaugurada pela modernidade (LATOUR, *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica* 1994). A natureza é o outro, é a própria negação do mundo humano, ela apenas se coloca como exterior, objetificada pelas ciências e romanceada pelos poetas. Paulo Prado conflui para este tipo de percepção: perante o mundo natural, totalmente exterior ao mundo humano, ou o homem a domina ou é por ela dominado, assim o autor coloca-se como afirmador do postulado genealógico de modernidade concebendo a natureza como essencialmente oposta ao cultural, aqui entendido como dimensão humana. O que fica evidente na passagem: “hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, “as mais extraordinárias do mundo”, como se fosse obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimiento desanimado e estéril” (P. PRADO 1997, 161). O Brasil, era a personificação absoluta da própria natureza finita em si mesmos, composta e habitada por elementos a ela endógenos:

Habitava o vastíssimo território a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora. Nos primeiros tempos, cardumes de baleias freqüentavam a miúdo as praias e recôncavos da costa: das janelas do colégio da Bahia os jesuítas as avistavam: “saltando tantas e tão grandes, que era para ver”. (P. PRADO 1997, 61)

Em oposição ao Romantismo que via a ligação entre natureza e subjetividade humana como elemento positivo, para Paulo, é da natureza edênica não modificada pelo homem que emerge o pecado. As dificuldades impostas pelo clima tropical eram tamanhas que modificam a própria percepção dos homens, seduzidos pela beleza tropical:

À administração do bom capucho nem escapava a nudez escandalosa das índias do Maranhão. Os seus olhos – confessa – não se cansavam das linhas harmoniosas dos corpos nus que a civilização não aviltara. Era esse certamente o paraíso bíblico, que já Colombo entrevira nas maravilhas do Orinoco. Ou não estaria

longe, como afirmara Vespucci. Paraíso ou realidade, nele se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Ai vinha esgotar a exuberância de mocidade e força satisfazer os apetites de homens que a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia. (P. PRADO 1997, 66-67)

O mundo indígena articulado de modo aprazível e intransponível com o mundo natural é em *Retrato do Brasil* a personificação da natureza mais ardil. Aqui, o espírito, já debilitado do português, foi corrompido pela força da natureza, como em nenhum outro lugar. O que nos interessa é perceber que ação portuguesa no continente americano foi orientado pela utopia da terra brasílica. No paraíso natural, terra sem lei e sem homens, tudo era permitido: a sedução, das matas, do clima e das índias fazia do litoral o império da sensualidade, o que condenou o Brasil a luxúria e a cobiça.

O diabo fez o mestiço

No período em que Paulo Prado produz o seu *Retrato do Brasil*, as discussões sobre o fundamento da raça, bem como suas implicações no campo da formação nacional estavam em voga. Retomava-se antigos preceitos e a eles eram dados outros sentidos. Não havia uma uniformidade sobre o argumento racial, embora é possível observar hoje uma tendência na historiografia que reivindica uma centralidade das idéias de Joseph Athur, ou Conde de Gobineau, no que se refere a discussão racial no Brasil.

Conde de Gobineau, diplomata francês, esteve no Brasil em 1868, seus estudos publicados sob o título de livro *Essai sur l'inegalité des races humanines*, publicado em 1855, já eram conhecidos no Brasil e contavam com certa simpatia entre nossos intelectuais, dentre eles o próprio Imperador. O teor de seus escritos defendia a supremacia da raça branca perante as demais raças humanas. Teoria que colaborava para o projeto de Estado nacional e para a afirmação das elites locais que se colocavam como essencialmente brancas. Muito embora, a miscigenação era um

dado geral da população fator que demandava, segundo um olhar bem preconceituoso, a urgência de um projeto branqueador:

Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos. As melhores famílias têm cruzamentos com negros e índios. Esses produzem criaturas particularmente repugnantes, de um vermelho acobreado...A imperatriz tem três damas de honra: uma marrom, outra chocolate-claro, e a terceira, violeta. (RAEDERS 1997, 40 apud BONZATTO 2004, 248)

Apesar dos elementos étnicos da raça branca terem sido ressaltados como componentes centrais na construção de uma raça brasileira, as influências do encontro racial perduravam no horizonte teórico como verdadeiros mandamentos. Tratado com grande veemência no que se aproximaria ao pecado original, era necessário construir uma percepção na qual o pecado fosse redimido. É necessário ressaltar que a construção da identidade étnica aparece como exógeno ao próprio grupo referente. Assim, “a pluralidade tem sido concebida como uma espécie de "pecado original" das sociedades americanas. A conquista dos povos ameríndios e a colonização européia do continente têm sido condenadas como uma atroz destruição desta pluralidade primordial, ou vista como uma empresa ocidentalizante e homogeneizadora ainda não terminada.” (NAVARRETE LIÑARES 2007, 1)

Se a questão racial, pelo menos no que consistia a relevância ou influência do negro, não encontrou uma resposta durante o Império, na República ela será salutar no debate intelectual principalmente nos aspectos referentes à construção de uma identidade passível de singularizar a região e posteriormente a nação. A efervescência do debate era tamanha que Paulo assim comentava:

Hoje é quase um lugar-comum falar-se em no *melting pot*¹³ em que se fundem as três grandes contribuições étnicas do nosso passado, representando três continentes, às quais se juntaram mais tarde as imigrações européias de vários sangue e que deverão ter

¹³ Cadinho

grande influência no brasileiro futuro. A fusão foi iniciada desde a descoberta e diariamente continua a evolução em que se prepara a consolidação da raça e da sua estrutura social. (P. PRADO 1997, 195)

O problema do encontro das raças não era uma novidade no campo intelectual. Mas ao tempo de Paulo Prado os contornos de uma possível associação harmônica já se evidenciavam. Em contraponto à uma percepção eugênica, as soluções se apresentavam na possibilidade de se compreender a questão racial como um componente da cultura. Ou seja, como sinalizado por Bruno Latour (1994), as fronteiras entre o mundo natural, ao qual pertencia inicialmente a questão racial, são com freqüência alterada, com o intuito do postulado moderno de separação entre os mundos não ruir. A construção do pensamento de Paulo representa o esgotamento do principio cientificista de se trabalhar e perceber o conteúdo racial:

Entre nós, a mescla se fez aos poucos, diluindo-se suavemente pela mestiçagem sem rebuço. O negro não é inimigo; viveu, e vive, em completa intimidade com os brancos e com os mestiços que já parecem brancos. Nascemos juntos e juntos iremos até o fim do nosso destino. (P. PRADO 1997, 190)

A idéia de nascimento desenvolvida por Paulo vinculava-se a um principio moral: a natureza brasílica teria propiciado o assanhamento da sexualidade dos homens que por aqui desembarcavam. O ardil do clima tropical impunha-se sobre o comportamento dos homens. O corrompimento moral dos homens representava um fator comum aos homens envolvidos pela empreitada colonial, uma vez que, segundo Paulo Prado,

todas as raças parecem iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da sociedade africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidades para a revelação de atributos superiores. Diferenças quantitativas e não qualitativas, disse um sociólogo americano: o ambiente, os caracteres ancestrais, determinando mais o procedimento do individuo do que a filiação racial. (P. PRADO 1997, 191)

Ou seja, o pecado primordial, não é conseqüência de uma característica própria de cada raça, ou mesmo do encontro insalubre delas, mas sim como conseqüência do próprio desenvolvimento histórico e das condições de sobrevivência ao qual o homem é subjugado. Paulo ao contrário do que majoritariamente a historiografia trabalha, inaugura uma nova forma de compreender a raça. Por não ser considerada um elemento condicionada pela natureza, a formação da raça dependia, segundo o autor, das escolhas feitas pelos homens. Aqui, as questões fenotípicas desaparecem no discurso de Paulo.

Aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças. Nada, e ninguém, repeliu o novo afluxo de sangue. Salvo uma ou outra objeção aristocrática, que já não existe, o amálgama se fez livremente, pelos acasos sexuais dos ajuntamentos, sem nenhuma repugnância física ao moral. (P. PRADO 1997, 190)

O resultado imediato deste encontro sexual inter-étnico foi a miscigenação desenfreada. O cruzamento do branco com o índio havia formado a raça dos gigantes bandeirantes, cuja força e a supremacia histórica Paulo já evidenciara em *Paulística*. À parte isso, mesmo em São Paulo, quando os melhores exemplares da raça haviam abandonado a Vila em busca de novas minas e aluviões, a mestiçagem originara o caboclo verminoso e a mulata ardilosa. “Afastada a questão de desigualdade [racial], resta na transformação biológica dos elementos étnicos o problema da mestiçagem. Os americanos do Norte costumam dizer que Deus fez o negro, mas que o Diabo fez o mulato. É o ponto mais sensível do caso brasileiro” (P. PRADO 1997, 191). Anunciado os malefícios do encontro sexual das raças, Paulo, ao contrário dos projetos que previam a esterilização de negros nos Estados Unidos, e tomando para si mesmo o próprio retrato por ele produzido, conclui atavicamente que “se há um mal, ele está feito irremediavelmente, esperamos, na lentidão do processo cósmico, a decifração do enigma com a serenidade dos experimentadores de laboratório. Bastarão cinco ou seis gerações para estar concluída a experiência.” (P. PRADO 1997, 194)

O desregramento sexual, aliada a tese da busca pelo enriquecimento fácil, foi para Paulo Prado o motor da história colonial. Nos parece caber a metáfora da

semeação do Brasil. O nascimento do Brasil, ou a sua semeadura, é o resultado do ato generalizado de se espalhar o semên. Espalhar o sêmen é, ao mesmo tempo, excesso de sexualidade e por decorrência histórica, povoamento. Assim é retratado o espírito de aventura dos portugueses na obra de Paulo Prado e as suas libertinagens nas terra quente e litorânea.

Era ainda o período idílico e heróico, em que o colono aqui chegava isolado no individualismo da época, e misturava-se com o indígena, de quem aprendia a língua e adotava os costumes. Havia, porém, a falta completa de mulheres brancas. Das diferentes expedições que percorreram no primeiro quartel do século XVI da colônia, em nenhuma se assinalava a presença de casais ou mulheres solteira. (P. PRADO 1997, 71)

A ausência de mulheres de origem européia, não foi um empecilho para o projeto de colonização. O custo a ser pago por esta libertinagem seria o da perpetuação do mestiço, mal que já assolava o colonizador português, que moralmente já era mestiço, segundo Paulo Prado e Capistrano de Abreu

e essa como que mestiçagem lhes permitiu, na luta em que sucumbiam os fracos e tímidos, a fácil adaptação à vida colonial. Por outro lado nenhum obstáculo encontravam para a satisfação dos vícios e desmandos que vinham da Europa reprimiam uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte. Entregam-se com a violência dos tempos à sociedade das paixões de almas rudes. (P. PRADO 1997, 88)

Almas rudes, seduzidos pela beleza brasílica das índias e pela libertinagem da negra, a semeadura do Brasil carregava o fardo da sexualidade desenfreada que aproximava o homem à natureza, ao mesmo tempo em que o distanciava do labor da civilização:

Um dos resultados características nos homens e coletividades é sem dúvida o desenvolvimento da propensão melancólica. "Post coitum animal triste est, nisi gallus qui cantat" (depois do coito, o animal fica triste, salvo o galo que canta). (...) No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas e de fundo acentuadamente atávico. (P. PRADO 1997, 141)

2.3 Implicações sobre um retrato ou mal-dizer o Brasil

O que é um retrato?

Um retrato é o resultado da atividade de se capturar a imagem de algo ou de uma pessoa. Assim, no caso específico da língua brasileira, palavra retrato nos coloca diante de uma dualidade, pois pode ser compreendida como uma fotografia, ou uma pintura. Essa distinção quanto a técnica utilizada para a captura da imagem do Brasil, nos revela um caminho, ou um descaminho, para apreender o sentido de *Retratos do Brasil*. O título que enfaixa o estudo de Paulo Prado, como também em *Paulística*, nos impulsiona para construção de uma problemática para a interpretação da obra. O substantivo “retrato” utilizado na composição do título nos aludi a um recurso utilizado com frequência por Paulo: a construção de imagens. As imagens elaboradas por Paulo Prado, no seu exercício de construção do Brasil, representavam momentos estáticos de nosso passado que explicariam a presente situação do país.

Paulo é um retratista do Brasil, almejava capturar uma imagem fidedigna de seu país. O retrato elaborado por Paulo Prado confluía tantos elementos da fotografia quanto o da pintura. O método era a de um pintor que habilmente selecionava os volumes e as cores para serem retratadas, já o resultado desejado era uma imagem tal qual uma fotografia, por ele compreendida como a captura real da paisagem, uma imagem técnica.

Tomaremos como fundamento de que nas duas artes – na pintura e na fotografia – o produtor da imagem escolhe e prepara o objeto a ser retratado, fazendo do resultado, a imagem capturada, a própria extensão de si mesmo: o olhar materializando-se a si mesmo. O *punctum*, aquilo que chama atenção daquele que olha para a obra, pode ser considerado como constructo do artista, quando tomamos a obra de arte como uma construção. O conceito foi elaborado por Barthes (1984) para nomear um "detalhe" na foto que chama a atenção daquele que olha. *Punctum*, enquanto o que me punge, o que me toca. Esse conceito enquanto recepção de um olhar na foto, um detalhe expansivo e metonímico que leva o receptor da foto para estados outros:

Muitas fotos, infelizmente, permanecem inertes diante de meu olhar. Mas mesmo entre as que têm alguma existência a meus olhos, a maioria provoca em mim apenas um interesse geral e, se assim posso dizer, polido: nelas nenhum *punctum*: agradam-me ou desagradam-me sem me pungir: estão investidas somente de *Studium* [...]. O *Studium* é o campo muito vasto do desejo indolente, do interesse diversificado, do gosto inconseqüente: gosto / não gosto (BARTHES 1984, 47)

Ao reverter a idéia de *punctum* associada-a ao ato de produção das imagens nos elucidamos que o retrato, antes de tocar o observador, também tocou com realidade aquele que a produziu. O *punctum* de Paulo Prado foi a tristeza, a tristeza como qualidade de um povo. A obra de Paulo Prado é esta tentativa de se retratar a tristeza do povo brasileiro. As formas de construção deste retrato, o próprio autor nos revela. Prado, afirma no fim de seu livro, que trata-se da tentativa de construir um retrato do Brasil a moda impressionista. A definição do autor refere-se à técnica do movimento artístico: a dissolução das linhas e a preocupação com volumes e cores.

Esse *Retrato* foi feito como um quadro impressionista. Dissolveram-se as cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz na gíria artística, das massas e volumes, que são na composição histórica a cronologia dos fatos. (...) é assim que o quadro – para continuar a imagem sugerida – insiste em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato. (P. PRADO 1997, 185-186)

Para que a metáfora do quadro impressionista atendesse aos anseios de Paulo, que pretendia com o seu *Retrato do Brasil* retratar a realidade brasileira, o autor necessitou apegar-se apenas a obra isolada, esquecendo o contexto e os objetivos do movimento artístico. A mesma falta de nitidez que o autor se refere, refletia na arte impressionista a impossibilidade de se capturar a realidade, pois esta estava em constante transformação. A argumentação de Paulo passa ao largo desta premissa. Para o autor, a realidade brasileira se colocava como quase que estática.

Esta imagem estática, mais que um simples retrato, solidifica e inaugura uma forma de percepção da realidade. Dentro de um projeto, que extrapola a escritura da obra, ela revela a construção de um *semióforo*, um símbolo usado para que se passe

uma noção mítica de uma realidade. Assim, o retrato de Paulo Prado compõe essa forma de construção simbólica.

Um semeion é um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém. Signos indicativos de acontecimentos naturais – como as constelações, indicadores das estações do ano – , sinais gravados para o reconhecimento de alguém – como os desenhos num escudo, as pinturas num navio, os estandartes. (...) Inicialmente, um semeiophoros era a tabuleta na estrada indicando o caminho; o semióforo era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com conseqüências presentes e futuras para os homens. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como um pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação. (CHAUI 2000, 11-12)

O *punctum* de Paulo Prado ao ser traduzido em retrato, é transformado em semióforo. A metáfora do povo triste, redundante em outras imagens, a do mestiço desregrado, a da mulata pervertida e a do caboclo melancólico: a percepção negativa do povo brasileiro. Neste contexto, os *semióforos*, ainda que sejam qualidades e características de nossa peculiar multidiversidade étnica, em conjunto com a exuberância e riquezas de nossa natureza, constroem muito mais uma “ideologia das classes dominantes capaz de subverter a realidade de carência de cidadania e esgotamento do modelo liberal-progressista sem a efetiva participação do povo”. A tristeza de Paulo Prado torna-se, na verdade, um mito em si mesmo, construído permanentemente por outros tantos mitos a partir de símbolos que nos colocam como verdadeiras e definidoras de uma identidade cultural.

O conceito de Cultura com maiúscula amalgama, de maneira complexa, e muitas vezes contraditória, elementos biológicos, como o fenótipo e a "raça"; com elementos culturais, como a língua e os costumes; com elementos políticos, como pode ser a defesa explícita de uma identidade e de uma forma de vida; com elementos sociais e econômicos, como as formas de produção e as práticas de exploração a que pode ser submetido um grupo. Igualmente, combina elementos que têm uma longa duração no tempo, como as formas de interação com o meio ambiente de um grupo humano, com elementos muito mais circunstanciais, como as definições sociais e legais dos grupos étnicos em um contexto político particular, ou as formas de exploração associadas a um sistema produtivo específico (NAVARRETE LIÑARES 2007, 6)

A identificação da tristeza como característica fundamental da identidade brasileira, transformando-a em uma categoria essencial e inquestionável. Tudo isso des-historiza os grupos e a identidade, pois concebe os processos históricos, que na realidade os constituíram, como agentes exógenos que podem trazer a erosão à sua autenticidade ou provocar sua dissolução, pois, de todas as formas, seriam externos à sua essência. Quando a tristeza foi tomada por Paulo Prado como essencialmente arraigada a nossa cultura, esta de fundo histórico, devemos opor e perceber que a invenção cultural de um país nada mais é que a própria invenção do país. A inventividade de Paulo Prado, não redundou apenas em uma percepção negativa do povo brasileiro (LEITE sd), mas sim na elaboração e consolidação de inúmeros preconceitos, como veremos adiante.

Retrato do outro: gênese do preconceito

A perspectiva tomada por Paulo Prado redundou na elaboração da idéia de um país marcado pela dualidade que se revelava na oposição entre litoral e sertão. Tal premissa pode ser creditada pelo processo de aceleração das atividades industriais nos principais centros urbanos do país (M. E. PRADO 2006), bem como ao processo sanitário que reconstruiu as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. A dualidade entre a civilização industrial e o ruralismo foi transformada em Paulo Prado no binômio sertão/litoral. O sertão construído pelo prisma da positividade à imagem

do gigante bandeirante paulista e o litoral pela predileção atávica do mulato, do português e do indígena. Neste direcionamento, as regiões são vistas e ditas de formas diferentes, dependendo do lugar que se ocupa na sociedade, na teia de poder que a atravessa e na rede de saberes em que esta se vincula. A perspectiva negativa do litoral somente é possível mediante a positividade construída em torno da formação cultural e histórica de São Paulo, tomado, como já vimos, como o único local onde no processo histórico predominou os elementos da civilização. O pertencimento a este lugar, foi considerado e exaltado pelo autor como essencial para a elaboração do retrato do Brasil:

O isolamento provinciano deu-me perspectiva suficiente para alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis, onde com freqüência se encontra o segredo do passado e a decifração dos problemas de hoje. (P. PRADO 1997, 185)

Para além de São Paulo, estavam escondidos os mistérios do passado que , quando evidenciados, redundariam na solução dos problemas do presente, que para Paulo Prado significava o atraso moral que impedia a modernização. Estava implícito na idéia de Paulo que os problemas do presente eram legados de um passado também desastroso. Assim, os males do Brasil, teriam sua origem em um determinado e restrito espaço: o litoral. Nos cabe então salientar que o discurso binário da percepção do Brasil de Paulo foi profundamente, se não nevrálgicamente, marcado pela estereotipia:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce da caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo (...) o estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto. (ALBUQUERQUE JUNIOR 2006, 20)

O outro como negativo tem um fundamento cultural em Paulo Prado, por tanto historicamente intransponível. Tanto o passado, quanto o presente da região litorânea são marcados pela profunda tristeza e melancolia. O outro será mal(-)dito, pois historicamente foi incapaz de superar e fazer frente a natureza sensual os valores da civilização e do individualismo positivo. No domínio do natural, como já vimos, a sexualidade aparece como definidor das relações entre os homens e mulheres. No litoral, independente da raça e da religião ao qual pertenciam, todos estavam fadados à procriação desenfreada e às paixões do corpo.

Para homens que vinham da Europa, o ardor dos temperamentos, a moralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência (sic) voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. (P. PRADO 1997, 74)

O ardil sexual imposto pela localização geográfica não distinguia raça. Foi generalizado à todos os homens e mulheres mesmo com o avançar do projeto colonizador. Segundo Paulo, a primeira visita dos clérigos do Santo Ofício às terras brasileiras, foram registradas quarenta e cinco confissões – do total de cento e vinte – que referiam-se ao pecado sexual.

É também no segredo inquisitório (da Bahia) a mostra minuciosa e completa das mais baixas paixões, que só davam existir na decadência das civilizações. Na população relativamente escassa da cidade de Salvador e do recôncavo a repetição de casos de anormalidade patológica põe claramente em evidencia em que ambiente em dissolução e aberração viviam os habitantes da colônia. (PRADO 1997, 79)

O Rio por essa época pouco se diferenciava da Bahia. Um testemunho inteligente de 1808 nos dá o quadro vivo da cidade e do ambiente social, à chegada do príncipe regente. A presença da corte, antiquada, pobre, desmazelada, imprimia aos diferentes aspectos da vida fluminense o tom caricatural, que por longos anos caracterizou o cerimonial monárquico no Brasil. A primeira impressão que teve Luccock foi de que o Rio era uma das mais imundas associações de homens de baixo dos céus (PRADO 1997, 155-156)

A evidência do problema do desfreamento sexual no Brasil, aprestava um julgamento moral, que percebia a organização familiar nuclear positivista – da qual o próprio Prado era herdeiro – como a única possibilidade cabível ao ser humano. Assim, qualquer outra forma de sociabilidade e organização familiar que destoava deste normalidade construída era tomada como elemento de mal-dizer o outro.

O mal, porém, roia mais fundo [na Bahia]. Os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias. As negras e mulatas viviam na prática de todos os vícios. Desde crianças (...) começavam a corromper os senhores moços dando-lhes as primeiras lições de libertinagem. Os mulatinhos e crias eram perniciosíssimos. Transformavam as casas, segundo expressão consagrada e justa, em verdadeiros antros de depravação. (PRADO 1997, 155)

Assim, para Paulo Prado, do contato dessa sensualidade com o desregramento e dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas populações mestiças. Construindo a Terra de Canaã, lugar de todos os vícios e todos os crimes, onde a imoralidade excedia toda a medida (PRADO 1997, 76). O desejo de mal-dizer o litoral e sua população era tamanha que em determinadas passagens transforma a sexualidade em um problema patológico: “São reinóis, franceses, gregos, e a turba mesclada da mestiçagem – mamelucos, curibocas e mulatos – trazendo ao tribunal da Inquisição os depoimentos dos seus vícios: sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, produtos da hiperestesia sexual a mais desbragada” (PRADO, 1997, 79).

A empreitada de Paulo Prado ao descrever o litoral brasileiro, principalmente a região nordeste do país, resultou na construção de um espaço social e afetivo permeado por constructos morais que acabam por definir moral e culturalmente uma parcela do população nacional. A melancolia era a evidência cabal do “estado de prostração sexual em que vive os brasileiros, amantes dos excessos libidinosos;” (RAGO 2006) ao passo que perdura até hoje a imagem de que falar do nordeste é falar de gente preguiçosa, promíscua, mole, improdutiva e violenta.

A descrição realizada por Paulo Prado das mazelas ao qual o litoral estava exposto desde o período colonial, acrescenta à conotação moral um dispositivo

político uma vez nela ecoam os sinais de uma disputa política no qual a supremacia de uma região sobre as outras estava sendo reivindicada em virtude da centralidade na produção de riqueza no país.

A concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação no país de uma estrutura regional de classes. As oposições de áreas geográficas à áreas geográficas, no interior da classe dominante (nacional), ganham maior importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial) Este caráter de rivalidade regional marcou as eleições competitivas do período em 1910, 1922 e em 1930. (FAUSTO, Pequenos Ensaio de história da República (1889-1945) 1973, 2-5)

Fica evidente que a rivalidade regional extrapolou às eleições presidenciais, mostrando aspectos significativos no campo da reflexão intelectual, o que revela a impossibilidade da existência de uma sem a outra. Não existe luta política na qual a atividade intelectual, no sentido de construir e consolidar verdade, seja dispensável. O que significa compreender que a produção de idéias e conceitos, como ficou evidente no pensamento de Paulo Prado, constituem um campo articulação entre o saber e o desejo de poder, no qual alguns homens tomam para si a função de arautos, como no caso estudado. A imagem do descarrilhamento da locomotiva explicitava a idéia de que em algum momento o país se perdeu “trazia subjacente a concepção de que carecia de bons condutores esclarecidos e informados quanto aos rumos a seguir. “ (DE LUCA, A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação 1999, 19) (...) Assim a elite intelectual apresentou-se, investida da missão de revelar a verdadeira face da nação, deformada e doente ao mesmo tempo em que buscavam traçar as suas linhas de força para o futuro.

Terceiro Capítulo

3. BADEIRANTE: AVANTE!

Ah! Se eu pudesse mandar parar o trem, como fizemos com o especial de ontem no Capão da Tradição... Godofredo dizia-me duvidar um pouco do caso., como está contado. Belazarte protestou comovido. Olhava o chão. Que é Belazarte? – Se eu encontrasse ao menos um maxilar de paulistas por aqui! (Mario de Andrade)

Poucas pessoas têm a coragem ou a impertinência de refletir sobre essas coisas. E, certamente, não convém que muitos homens se percam em imaginações que dissipam a vontade e liquidem o gosto de viver. Nós não fomos postos nesse mundo para descobrir as verdades e sim para achar as conveniências. (Sérgio Buarque de Holanda)

Neste derradeiro capítulo, procuraremos capturar a obra de Paulo Prado em diálogo com o movimento modernista, não apenas como mecenas, mas também como intelectual formulador de idéias e preposições. Paulo Prado conviveu de maneira intensa com os modernistas, de Oswald e Mário de Andrade à Bleise Cedrans e Anitta Malfati. Apreciador das artes, foi grande admirador e participante ativo das propostas estéticas reclamadas pelo movimento. Como bom modernista, Paulo salientava a necessidade urgente de uma Revolução, que após a Semana de 1922, acreditava estar assistindo. Paulo, produziu suas obras já em uma idade mais madura, mas ao contrário de seu pares, a exemplo de Monteiro Lobato, foi perspicaz no apoio e incentivador dos jovens, com projeções intelectuais, que ao seu redor se reuniram: como uma estrela e seus planetas.

Foi Paulo Prado que, ao assumir a direção da *Revista do Brasil* entre os anos de 1923 e 1925, que a abriu para que os modernistas nela publiquem. Cinco anos mais tarde, em 1931, em companhia de Mario de Andrade dirige a *Revista Nova*. Paulo, mais do que possibilitar a divulgação do trabalhos dos modernistas, como também observável na Semana de Arte Moderna de 1922, produzia textos que, fazem saltar aos olhos tanto a admiração por estes intelectuais, como também revelam que seu pensamento em muito contribuiu para a formação destes jovens literatos. Embora de gerações díspares, a produção de Paulo Prado compartilhava com a produção dos modernistas muitos aforismos, como em uma simbiose em que o ensaio fundamenta o romance e o romance justifica como elemento singular da cultura, o ensaio. Estamos aqui falando do célebre *Macunaíma* (2004), de Mário de

Andrade, que ao final do capítulo procuraremos aproximá-lo de *Retrato do Brasil*, em oposição a uma obra antecessora temporalmente, mas que apresenta ressonâncias e aproximações: *Os Sertões* (2002), de Euclides da Cunha.

3.1 O Modernismo como regionalismo Paulista

A origem do modernismo remete-se à decepção com a República provocada nesses homens das letras. De certa forma, estes homens muniram-se de uma espécie missionária de reelaborar a cultura brasileira. Partindo da perspectiva de que o povo era destituído do político, ao contrário das elites as quais pertenciam, viam nas construções de saberes que surgiam a única possibilidade de forjar um povo. “Por isso cultura e política eram estratégias indissolúveis para a manutenção da nação. O povo aqui é nação” (Nogueira, 2005.p 186).

O modernismo representa um esforço brusco e feliz de reajustamento da cultura às condições sociais e ideológicas, que vinham, desde o fim da Monarquia, em lenta mudança, acelerada pelas fissuras que a Primeira guerra Mundial abriu também aqui na estrutura social, econômica e política. A força do Modernismo reside na largueza com que se propôs a encarar a nova situação, facilitando o desenvolvimento até então embrionário da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política. (CANDIDO 2006, 141)

Como movimento cultural, autodenominado renovador, diziam os modernistas que era necessário “republicanizar a república”. Ou seja, era necessário um redimensionamento dos preceitos republicanos, para que estes fossem possibilitadores de uma república verdadeira, que incorporasse a categoria povo. A justificativa para a incongruência, estava localizada no hábito das elites nacionais, que ao invés de palmilharem a busca pelo elemento nacional, buscavam na Europa todas as suas referências e costumes,

E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre

as peças e livros mais em voga, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio. (SEVCENKO 1992, 51)

Paulo Prado, à semelhança de Sevcenko, assim crítica com ares de ironia:

Na terra que tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris ao cabo de vassoura e ao palito. Transplantados, são quase nulos os focos de reação intelectual e artística. Passa pelas nossas alfândegas tudo o que constitui as bençãos da civilização: saúde, bem-estar material, conhecimentos, prazeres, administrações, senso estético. (PRADO 1997, 203-204)

A crítica de Paulo salientava para um problema tomado como fundamental da sociedade brasileira, a cópia cultural procedida pelo romantismo. Frente a este quadro tão adverso, Paulo aclamará a revolução. Não se trata aqui de colocar Paulo como visionário da revolução de 32, a revolução apregoada por Paulo consistia, como veremos, no sacudir da poeira tristonha e melancólica que pesava sobre o Brasil. O modernismo foi o indício observado por Paulo Prado para esta grande faxina.

Apesar da aparência de civilização, vivemos assim isolados, cegos e imóveis, dentro da própria mediocridade em que se comprazem governantes e governados. Neste marasmo podre será necessário fazer tábua rasa para depois cuidar de renovação total. (PRADO 1997, 210-211)

No entanto, por uma questão de elucubração é importante salientar desde já que o modernismo, como movimento intelectual e cultural, se forma no interior de uma intelectualidade regional, não pelo simples fato de que o seu nascedouro ser geograficamente limitado, mas sim, pois implica em uma visão de mundo vinculada a um espaço geográfico. Como movimento originário de São Paulo, sua temática estava associada ao mundo urbano. Como já vimos no primeiro capítulo, o mote da transformação urbana centralizava e redundava em políticas públicas para a cidade, mas também influenciava a formação de uma cultura urbana.

O Modernismo brasileiro, está ligado à idéia de que (a) a cidade é a totalidade, a cidade grande em particular; (b) a ponta do processo

de modernização é o que importa, em qualquer nível (social, econômico, político), a ponta e não as bordas ou a retaguarda, porque na ponta é que os conceitos se expressariam de modo direto, se tornam visíveis a pleno; (c) arte é igual a novidade, a vanguarda, arte verdadeira implica conquista de novo território temático, de novo procedimento formal, e toda arte que apresentar qualquer aspecto de permanência rebaixa imediatamente o valor dessa arte. (FISCHER 2007, 134)

O modernismo se construiu como forma de percepção de mundo com conteúdo estético neste período. A centralidade do tema urbano foi salutar, e das imagens urbanas em oposição ao campo que se fundamentava a idéia de moderno. A modernização da cidade é acima de tudo um sintoma do próprio movimento de reurbanização no campo das idéias, reerguer seria, neste sentido, dar um novo significado para o velho que sobrevivia. Assim, o modernismo se apresenta como movimento caudatário da imagem do Brasil separado entre a oposição da cidade/civilização da natureza, ambigüidade já trabalhada no capítulo anterior. Deteremos-nos agora em como Paulo Prado capturou os aspectos do modernismo ao mesmo tempo em que com ele contribuiu.

Modernismo e Revolução

Nas últimas páginas do *Retrato do Brasil*, Paulo faz um libelo sobre as características e necessidades da Revolução. Perante a letargia legada ao presente pelos processos históricos, pelos quais passaram o Brasil, o autor reivindica a necessidade urgente de uma Revolução cultural/moral. Capelato infere que o apelo à revolução feito por Paulo Prado, deve ser compreendido como uma postura original, uma vez que “deferente das posturas ufanistas predominantes na intelectualidade brasileira, o autor teve a ousadia de apontar os males do país” (CAPELATO 1999). Ela ainda complementa dizendo ser uma mudança de ordem política, a solução elaborada por Paulo Prado, como forma de superação dos males nacionais. Entretanto, a leitura que nos propomos encaminhar se direciona no sentido de

compreender que a revolução em Paulo Prado, assim como as mazelas do passado, tem um fundamento de ordem moral;

A Revolução é outra solução. Não uma simples revolta de soldados, ou uma investida disfarçada para a conquista do poder – formas prediletas nos povos de meia civilização e que a desordem generalizada tem agora feito surgir em países tradicionalmente cultos. Seria encerrar numa modalidade estreita a ânsia de renovação que é a própria pulsão vital da história. (PRADO 1997, 209)

Como solução, a revolução possui uma conotação moralizante e advém da percepção da necessidade de mudança, esta necessidade, já era notável aos olhos de Paulo Prado. Se a mudança já estava imposta como um dado da realidade, como experiência perceptível aos sentidos, restava pois, sintetizá-la em um movimento mais concreto, no qual fosse possível revigorar, além da paisagem, os espíritos humanos.

Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa. Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território, que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inesgotáveis riquezas e, não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. (PRADO 1997, 199)

Riquezas explícitas aos sentidos, que a tradição da melancolia não permitia a observação. Como fator constituinte da revolução, Paulo menciona que o fundamento para a superação da condição herdada, era o avivamento da esperança. Ou seja, mesmo em um cenário tão adverso, haveria de existir entre os homens, o germe formador do bandeirante, que como no passado percebeu a civilização que se escondia em meio às matas. A própria definição do revolucionário realizada por Paulo se aproxima deste espírito bandeirante perdido com o avançar dos processos históricos,

O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem é por sua vez um otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz

encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro, que não pode ser pior que o passado. (PRADO 1997, 212)

Esta nova ordem representava para Paulo Prado o revigoramento da moral perdida. Uma vez que São Paulo, em seu tempo, despertou do sono secular, em termos econômicos, com o sucesso da economia cafeeira. Fazia-se, pois, necessário a mudança do incomodo intolerável, fato que impulsiona e sensibiliza o revolucionário.

Estas palavras não serão certamente compreendidas. Para uns, pura fraseologia; para outros, mera manobra de política que toma a tange a dissertação filosófica. É que a idéia de revolução, não sendo confusa, é pelo menos complexa. Exprime a síntese de duas tendências opostas: esperança e revolta. Para o revoltado o estado de cousas presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. (PRADO 1997, 211-212)

No caso brasileiro, em que Paulo somente percebia mazelas e desencontros, o ímpeto revolucionário, por mais catastrófico que fosse, era percebido como positividade. “A Revolução (...) será a afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo o que foi malfeito.” (PRADO 1997, 209) O Brasil era mal-feito, mal-dito e maldito. Qualquer tentativa de mudança, percebida pelo autor, era como uma possibilidade de se varrer o pesado fardo da tristeza dos espíritos dos brasileiros. Era fazer funcionar os vagões de uma locomotiva, cabendo a São Paulo, este papel de impulsionador, uma vez que ela havia saído desse estado de letargia.

A semana de arte veio revelar ao deserto do nosso mundo lunar que uma nova modalidade do pensamento surgia como uma grande Renascença moderna. Com ela aparece entre nós o sentimento de inquietação e independência que é característico da nova feição do espírito humano. (P. PRADO 2004, 303)

É-nos esclarecedor a perspectiva fundada por Arnoni Prado no que se refere a este novo mundo de possibilidades, colocado para as elites ilustradas, como é o caso de Paulo e sua família. Conforme o autor, Paulo confluía em um só corpo a elite e a

ilustração. Como cafeicultor, detinha a centralidade econômica e almejava a política; como ilustrado, tinha a formação e gosto pelas letras e erudição que aliado aos ímpetus juvenis de uma vanguarda em ascensão, seriam determinantes na criação do discurso que galgava o espaço central do mundo político.

Para o mundo que mudava, o mapa da trajetória ganha aos poucos um desenho visível, onde aparece inegável que a literaturatura, alinhando-se como um instrumento à disposição das elites, vai colocar-se virtualmente sob o mesmo percurso do nacionalismo hegemônico em plena ascensão e pronto a legitimar-se de passo acertado com as minorias ilustradas. (A. A. PRADO 1983, 9)

Mas seus esforços na defesa do que compreendia ser a fonte de renovação para o decadentismo, tanto das elites bandeirantes – transformadas pela ganância, no apático Jeca – quanto do povo triste e amuado, são incisivos, como revela o caso de Thiollier, que mesmo tendo patrocinado a Semana juntamente com Paulo Prado, parece não ter sido seduzido pelas novas artes, como aconteceu com Paulo,

(o) valente e belíssimo trabalho da Semana de Arte Moderna nem ao menos convenceu e conquistou o seu inteligente e ativo organizador? Estou convencido de que há no seu espírito tão culto um inabalável *parti pris* contra o que chamamos – Arte moderna, arte pura, sem escolas, sem programas, sem preconceitos – Arte, com maiúscula, aberta a todos, desde que tenham talento, livre, até mesmo anárquica, mas viva e fecunda, como todos os encantos de mocidade alegre e revoltada. (PRADO 1922)

O apreço pelas artes modernistas, extrapolavam as questões estética. Para o autor, a Semana de Arte, foi o primeiro movimento representativo do ímpeto revolucionário que, por fim, revigorava a moral bandeirante. Afinal, para Paulo Prado, a veemência da força bandeirante finalmente acordara com o modernismo e a Semana.

Nessa manifestação de mocidade e independência, de talento e audácia, ninguém mostrou mais probidade artística, mais chama sagrada, mais maestria da técnica do que o escultor paulista Victor Brecheret. Os trabalhos exposto o vestibulo do teatro São Paulo já tinham a serenidade definitiva das obras de museu e impunham

respeito e admiração, mesmo aos mais indiferentes e hostis. (P. PRADO 2004, 304)

O elogio ao trabalho de Brecheret não é casual. A obra que Paulo faz referência, tratava-se da primeira maquete do Monumento às Bandeiras. Os contornos lembravam a sua concepção final, representava a saída de uma bandeira para o sertão. A maquete na forma de um bloco denotava o forte bandeirante mameluco à frente de indígenas, prestes a conquistar e desbravar as matas. Embora, bem diferente do projeto definitivo, inaugurado em 1953, o monumento e seus projetos, revelam a tentativa sagaz de, em uma única representação, confluir os símbolos formadores da pátria. O trabalho final, virou cartão postal da cidade: localizado nas proximidades do Parque do Ibirapuera, a única etnia figurada consiste na representação da mãe índia. (MARINS 2003). A concepção do monumento às Bandeiras era a materialização das palavras de Paulo Prado: Bandeirante, avante!

A Paulística fez papel de salva-vidas. Veio me tirar duma imersão profunda no Romantismo. Quase que me afogava. Li. Gostei muito. Si tenho elogios agora pro livro não é por esta amizade certa que dei para você porem pelo que o livro vale pra mim. (ANDRADE 1925, 223)

Dá a centralidade concebida por Paulo Prado para a Semana de 22. “Dentro de pouco tempo – talvez bem pouco – o que se chamou em fevereiro de 1922, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, marcará uma data memorável no desenvolvimento literário e artístico do Brasil” (P. PRADO 2004, 301). Tratava-se de um movimento realizado por bandeirantes, não grandiosos e vorazes desbravadores do sertão na busca de ouro, mas bandeirantes modernos, empunhados com lápis, pincéis e papel, colorindo novamente a terra radiosa.

3.2 A história modernista do Brasil: fundamento da identidade

Retratos do Brasil de Paulo Prado inaugurou um gênero homônimo à obra. “Retratos do Brasil” como gênero literário seria ensaios de história e ciências sociais

cuja função centra-se na investigação dos fenómenos pátrios. Os “retratos do Brasil” escritos no século XX iniciam com a obra de Paulo e terminam com a obra de Caio Prado Junior. No intermezzo, aparecem as obras dos principais intelectuais da década de trinta como: Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. (BOLLE 2004, 23). O pensamento dos intelectuais que sucederam a Paulo Prado, de uma forma ou de outra, são tributários ao pensamento de nosso autor. Em certa medida, podemos inferir que Paulo consolida, no campo de estudos, determinados paradigmas perceptíveis na forma de apreensão do Brasil no campo da cultura. É necessário ter em mente que a invenção cultural de um país nada mais é que a própria invenção do país, que em Paulo Prado, assume a forma de escrita da história.

A historia é “conforme” (*oikóta*) à verdade; “conforme” não quer dizer que seja forçosamente verdadeira, mas, simplesmente, que está em “conformidade” com a verdade, que se “assemelha” à verdade fundada na autopsia (...) Essa preeminência à autópsia em toda forma de investigação (*historie*) tem conseqüências para a história propriamente dita. Se esse princípio metodológico for aplicado com todo rigor, não há de fato história possível senão a história contemporânea. (HARTOG 1999, 277)

Então, dizer em retratos do Brasil, reafirma a assertiva do historiador, de que “não há história possível senão a história contemporânea”, ou seja, que a reflexão sobre o conhecimento histórico não se desvincula de sua elaboração e que se submete às injunções de sua própria historicidade. Conseqüentemente o próprio saber está submetido às regras de validação do sistema de verdade (FOUCAULT 1996)¹⁴ vigente no período de sua produção, vale ressaltar que não há sistemas de validação universais e imutáveis. Mas sim, que sua dinâmica de significação, embora o coloque como universal e verdadeiro, está em constante funcionamento, se resignificando e se rearticulando a todo o momento.

Os historiadores são o banco de memória da experiência.
Teoricamente, o passado – toda e qualquer coisa que aconteceu até

¹⁴ Por formas de verdades o autor define os apéctos simbólicos e funcionais que articulam os sistemas de exclusão cuja justificativas de afirmação encontra-se em si mesmo. (FOUCAULT 1996)

hoje – constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles. (...) Por que (...) todos os regimes fazem seus jovens estudarem alguma história na escola? Não para compreenderem sua sociedade e como ela muda, mas para aprová-la, orgulhar-se dela, serem ou tornarem-se bons cidadãos dos EUA, da Espanha, de Honduras ou do Iraque. E o mesmo é verdade para causas e movimentos. A história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como o demonstra a história de nações e nacionalismos modernos. (HOBBSAWM 1998, 37-48)

Esta percepção do trabalho do historiador é representativa da atividade desenvolvida por Paulo Prado. Como exemplo singular, é possível perceber nele – e talvez por isso mesmo, ele não possua lugar de destaque entre os historiadores – todas as inflexões e problemáticas desta profissão, de modo que elas ficam evidentes. Esta perspectiva nos garante a possibilidade de pensar a história da história em que obra e autores são tomados como objetos da reflexão a cerca das formas de verdades que presidiam a construção do conhecimento histórico. É nos processos de narração da história que as evidências das especificidades e das singularidades do regime de historicidade emergem.

Sobre o regime de tempo

Embora a percepção do moderno, hoje nos pareça muito bem definida pela sobreposição da idéia de progresso, tal associação consolida um certo regime de historicidade, na medida em que podemos observar a construção e a afirmação da idéia de que o moderno é aquilo que se encontra na falésia do presente. Assim, moderno passa a significar aquilo que liga o presente ao futuro; porém seus usos e sentidos são historicamente diversos. Deter-nos-emos como ela foi utilizada no início do século e sua paulatina modificação. Nesta perspectiva a própria construção do conceito/significante da palavra revela-nos sua historicidade

O moderno segundo dicionários do período referia-se aquilo que estava mais próximo do tempo presente, ou o que era contemporâneo. Em 1920, ainda não estava implícita na expressão “moderno” a idéia de ruptura, transmutação ou mesmo vanguarda, noções que implicam na idéia de superação do presente, que quando utilizadas como adjetivos colocam o sujeito/objeto como materialização do futuro no presente. Quando se pensa como aquilo que está mais próximo do presente, moderno refere-se ao passado que se faz presente. Desta maneira, moderno e, por conseguinte, modernização sintetiza não um processo, algo mutante, mas uma situação do presente, um estado de coisas. Ser moderno era sobretudo, estar parado, estático e imóvel, se colocar não como estar em processo, mas sim como local, um espaço de certezas. Percepção que Paulo Prado já demonstrava certo distanciamento. Paulo iria modificar esta percepção de moderno, ao indicar que o substrato do moderno está posto no movimento e não na rigidez estática, observável nas tênues mudanças do processo histórico nacional.

Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A Colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênue da língua e culto. População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor. (...) hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, “as mais extraordinárias do mundo”, como se fossem obras do homens, ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimento desanimado e estéril: *São desgraças do Brasil: Um patriotismo fofo, Leis com parolas, preguiça, Ferrugem, formiga e mofo.* (PRADO 1997, 160-161)

Todas as imagens tomadas para descrever o estado estéril do Brasil, vinculam-se com a idéia de pouco ou nenhum movimento: preguiça, ferrugem e mofo. Uma nação decadente, triste e parada. Em oposição, o positivo, estava vinculado ao dinamismo, ao movimento, ao bandeirante:

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a

dois grandes impulsos que dominavam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar. Dessa Renascença surgira um novo homem com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano. (...) A era dos descobrimentos foi o resultado desse movimento de libertação. (PRADO 1997, 53-54)

O sentido da palavra *moderno* e seus derivados em Paulo Prado, aparecem como uma nova referência em oposição à conceitualização anterior: moderno, para ele, é um estado de coisas ainda porvir. O moderno então se apresenta como a anunciação de algo novo, compondo a metáfora do dinamismo. E tudo o que se anuncia propõem algo que rompe com verdades, mas que também impõe novos eixos de coerência, novas formas de sentidos e, neste caso específico, uma nova articulação temporal.

É a categoria do futuro que se torna preponderante; do futuro vem a luz que torna inteligível o presente, mas também o passado; é em direção a ele que é necessário caminhar. O tempo é percebido como aceleração, o exemplar deu lugar ao único. O acontecimento é aquilo que não se repete. Entramos assim no regime futurista. (HARTOG 2006, 16)

Em Paulo Prado, o moderno era o entreposto entre o antes e o depois, não despretensiosamente, mas como uma relação em que o antes se apresentava como negativo e o depois, originado pelo desejo de ruptura do presente, como positivo. O moderno vinculava-se com o passado e com futuro por seu movimento no presente. O passado aparece obrigatoriamente como declínio e o presente como potência de alavancagem para o futuro. A idéia de um presente sempre por se fazer funda-se nesta relação entre moderno, passado e futuro e ainda possibilita a compreensão e a ânsia pelo progresso. A negativa verificada no passado, tal como ele remanesce no presente, vai ser superada pela edificação de novos lugares de memória: a cidade/bandeirante e o passado/história. Ambos com vocações modernizadoras: “Heróis de uma heroicidade instintiva, quotidiana e desordenada, farejando os sertões para que os outros se aproveitassem da caça, faltava-lhes, no entanto, o

pessoal e o aparelhamento técnico indispensáveis a tais empresas” (PRADO 1997, 114).

Superada a fase de deslumbramento e incorporação dos elementos modernos que falseavam a idéia de uma inserção imediata na ordem internacional, a dialética do local e do universal, na qual se estrutura a concepção de modernidade plasmada pelo movimento, fundamenta a teoria de um tempo brasileiro. Nesta busca pela definição de uma temporalidade que abarcasse outras diferentes dimensões temporais, “passado e presente são a expressão superficial de uma temporalidade mais densa que é aquela em que se registra a experiência da nacionalidade. (NOGUEIRA 2005, 62-63)

É a partir desta concepção de modernização e tempo que Paulo atuou em uma cidade que paulatinamente se rearticula, se reorganiza, tanto nas questões de estrutura mental quanto em seus aspectos físicos, trata-se da passagem pelo menos no campo da representação de uma São Paulo provinciana para uma metrópole frenética. No campo das idéias, um passado que beira a inércia de um povo triste e melancólico em contraponto a uma história que se projeta como desbravador de novas concepções, como um bandeirante.

A história parecia ter definitivamente penetrado no espaço. Tempo e espaço, que eram visto na *epistème* clássica como dimensões antagônicas, se encontraram. Na *epistème* moderna, a história passa a ser lugar de todas as coisas, inclusive das espacialidades. (...) O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial das populações explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim os diferentes tipos regionais. (ALBUQUERQUE JUNIOR 2006, 41)

Mais do que vinculada a uma região, o regime de temporalidade desenvolvido por Paulo Prado atua de forma a hierarquizar as diferentes regiões do Brasil. De um lado positivo o dinamismo moderno dos bandeirantes e dos modernistas em oposição à letargia, a preguiça e a lerdeza das regiões litorâneas.

Isolada em seu altiplano, defendida do contágio europeu pelo Caminho do Mar, a cidade de São Paulo, ainda por essa época [séc XIX], vegetava na indigência de lugarejo provinciano e serrano. A mineração bandeirante tira-lhe o melhor do sangue com a emigração dos elementos sadios da capitania; a estúpida administração portuguesa do século XVIII viera em seguida abafar e suprimir o que restava nas populações da antiga fortaleza e independência. Foi quando os paulistas se barbarizaram de uma vez. (PRADO 1997, 159)

A história do Brasil explicava, segundo Paulo Prado, a divisão do país no que tangia os aspectos de possibilidades de modernização. Para o autor, São Paulo estava em melhores condições para desempenhar os caminhos para a construção de um novo Brasil: “A história de São Paulo, em que a amalgamação se fez intensamente, como num cadinho e favorecida pelo segregamento, é a prova contundente das vantagens da mescla di branco com o índio (PRADO 1997, 192)”

Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da seqüência dos fatos. Procurar deste modo, num esforço nunca atingido, chegar à essência das coisas, em que à paixão das idéias gerais não falte com a solidez dos casos particulares. Considerar a história não como um ressurreição romântica, nem como ciência conjuntural, à alemã, mas como um conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças consciente ou instintivas as influências que nominaram, no transcorrer dos tempos, os indivíduos e a coletividade. (P. PRADO 1997, 185-186)

Cabe ao historiador o exercício da crítica e a proposta de se pensar tais formulações como construções históricas, em que anseios e projetos sociais adquirem argumentação racional de uma escrita do passado que se harmonize com o presente e que coloque o próprio historiador como uma função autor, como um local de coerência. A coerência da linguagem emerge a partir da criação de um mundo coerente e é neste processo que ocorre a separação entre o ser e o não-ser, entre aquilo que foi incorporado ao mundo e aquilo que foi renegado ao oblívio; tal procedimento caracteriza os domínios da história: delimitar o lugar que o passado ocupa na sociedade.

Em São Paulo ocorreu o predomínio de três outros pilares: bandeirante, café e o paulista. Tal perspectiva nos aponta novamente para um diálogo entre a história de Paulo Prado e seu tempo. Este aspecto da obra de Paulo Prado tem uma dimensão política importante, pois revela a própria crise do pacto oligárquico da primeira república em que se tencionam tendências regionalistas e nacionais. Tal argumento coloca a obra de Paulo Prado mais uma vez na história e reforça a presença e o diálogo entre intelectuais, práticas políticas e Estado.

O Caminho do Mar preparar o paulista para as predestinações históricas que lhe reservava a história do Brasil. Oliveira Martins, num dos lampejos à Michelet da sua obra de historiador –mais romântica que científica –, afirmava que “pelos fins do século XVI a região de S. Paulo apresentava rudimentos de uma nação, ao passo que a Bahia e as dependências do norte eram uma fazenda de Portugal na América” Agrupamento isolado e longínquo, só ligado ao resto do país pela origem primitiva de língua e religião e pela antiga e vaga fidelidade ao rei. (PRADO, Paulística etc. 2004, 86)

O objetivo desta nova proposta historiográfica seria solucionar o problema da articulação de toda uma população como elemento sincrético, afinal, teríamos uma nação manca formada por uma grande massa de bestializados, de negros, pobres e analfabetos. Assim, o projeto da década de 20 uniformiza para todos a experiência de poucos, suprimindo da história os sujeitos, fazendo-a uma história de passagens. Ou seja, percebe-se que a partir da década de vinte, pensar a nacionalidade era debruçar-se sobre a reflexão dos elementos que nos distinguiam da Europa, mas também dentro das nossas particularidades nacionais que nos encaminhavam para a modernização: ser moderno é ser nacional e o que era moderno era São Paulo.

Modernizar permitia distinguir claramente as leis da natureza exterior e as convenções da sociedade. (...) Um *front* coerente e contínuo de revoluções radicais nas ciências, nas técnicas, na administração, na economia, na religião os acompanhava, verdadeira pá de trator atrás do qual o passado desaparecia para sempre, mas na frente do qual se abria o futuro. O passado era a mistura bárbara; o futuro a distinção civilizadora. (LATOURET 1994, 129)

A predominância na vida política que São Paulo reivindicava era explicada não só pelo progresso e riqueza atual do estado, mas também por que São Paulo “sempre fora” a região que tinha levado à frente a expansão do Brasil, era progressista, ativo conquistador, desde o início da Colonização. “Sempre fora” a região que expandiu territórios, que enriqueceu a metrópole com ouro e levou a civilização para os recantos longínquos da colônia. Se São Paulo tinha, naquele momento, a predominante posição econômica que ocupava, era porque os homens de São Paulo carregavam uma tradição de arrojo e vitalidade, que vinha desde os primeiros povoadores da capitania de São Vicente. Tinham razões de sobra, lá no seu entender, para manterem a hegemonia na Federação.

A desqualificação do outro, presente no discurso modernista, tem sua origem na posição hegemônica que passaram a desfrutar. O modernismo passou o ser inquestionável como movimento de grandiosidade estética, intelectual e de promoção do nacional. Tudo o que se opunha a ele foi considerado como perdedor e indigno de atenção. Por outro lado, como representação vencedora, embora carreguem marcas de seu tempo, o modernismo formulou explicações, reviveram e criaram mitos que ainda hoje apresentam grande vivacidade. (DE LUCA, A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação 1999)

O projeto modernizador se impunha sobre uma sociedade dividida pelo pecado original de sua diversidade primordial e pelos estragos do colonialismo, levando assim até a conformação de uma verdadeira comunidade nacional. Os grupos que encabeçaram este processo se apresentavam como representantes dos valores universais da modernidade, acima de suas identidades étnicas particulares, e como inventores de uma identidade nacional que supostamente superava as identidades particulares previamente existentes, ainda que na prática apenas universalizasse as características próprias destas elites e seus inumeráveis preconceitos. Oriundo da certeza de que o rápido desenvolvimento de São Paulo se explicava por sua história que evidenciava a superioridade climática e racial, um estado de clima temperado e de raça mameluca, levava à percepção de que o destino desta área geográfica era a de conduzir o restante da nação mestiça e libidinosa ao

progresso. Assim, a ação de revisitar o passado de uma coletividade, compunha em Paulo Prado, o sentido de reatualizar a memória nacional através dos elementos de uma história paulista cafeicultora e quatrocentona.

3.3 Regionalismos: uma questão de Lugar

Cabe-nos aqui lembrar a defesa de Sevcenko, em *Literatura como Missão*, de que a literatura fala ao historiador sobre as histórias inacabadas, resgatar os textos literários é dar a luz a um história que se interrompeu, de ouvir a voz dos homens que foram vencidos pelo fatos. Neste sentido, quando pensamos em como incorporamos textos de Euclides da Cunha, Lima Barreto, como escritos de cunho regionalista e, sobretudo de preposição poética em prol de narrativas, igualmente de vontade poética, mas que consagram postulados de uma cultura nacional como ocorre com os modernistas. O que enaltece o texto científico naquilo que tangência a questão da veracidade encontra-se justamente no ocultamento da vontade poética em prol da racionalização que faz uso de um método.

O lado perdedor: aquele que lida com as experiências e as matérias que em qualquer processo de modernização vão deixando para trás, que vão sendo largadas pelo caminho, como a vida na província relativamente à vida metropolitana, como a vida rural, relativamente à urbana, como a vida dos “sujeitos monetários sem dinheiro” (FISCHER 2007, 138)

Necessário lembrar que origem da nacionalidade é procurada na história de cada região. As lutas regionalistas - oposição de uma região à outra – atravessam a leitura da história do Brasil, que é feita para estabelecer a prevalência de uma área e um tipo regional, na construção da nação e de seu povo. Nessa leitura, parte-se quase sempre das questões e características atuais de cada espaço para buscar suas raízes no passado. Produz-se toda uma mitologia em torno da origem de cada região e da nação, em torno dos fatos históricos e pessoas que são afirmadas como precursores da nacionalidade, como heróis fundadores do Brasil. Estes mitos lançam

mão da memória histórica de cada área, das manifestações folclóricas, das narrativas populares e da memória histórica de seus autores. Cada região é esse conjunto de fragmentos imagéticos e enunciativos, que foram agrupados em torno de um espaço, de uma idéia inicialmente abstrata de uma região. A identidade brasileira que, em última instância, podemos sintetizar no paradigma dos binômios passadismo/natureza e cosmopolitismo/cidade, como no caso de Paulo Prado.

cada alteração importante da moda em matéria de composição literária aparecem romances, poemas, dramas, contos tanto versando sobre a cidade grande e/ou sobre o Centro (o Rio, depois São Paulo), quanto versando sobre a província, a cidade pequena e/ou sobre o mundo rural; no entanto, nos manuais de história da literatura aparecerão quase que apenas os que operam no primeiro termo, a cidade grande, o Centro, ficando o restante relegado à condição de – aqui está o termo, de novo, agora em sua versão completa – regionalismo, quer dizer, coisa vista liminarmente como menor, de alcance acanhado, sem a totalidade que, na visão do Centro, está apenas na grande cidade ou no Centro mesmo, tudo isso pensado a partir da noção de que a totalidade é que confere estatuto superior à obra de arte. (FISCHER 2007, 133)

Na emergência conflituosa do nascimento do regional, é necessário salientar que “o discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2006). A identificação de uma região não ocorre apenas como uma prática exterior a si, mas que as locuções construtivas atuam de forma a fazer de seu nascedouro um gesto de criar-se e justificar-se a si mesmo.

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade uma identidade presente na natureza. (...) O espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. (ALBUQUERQUE JUNIOR 2006, 25)

Assim, buscando identificar essas regiões que consolidam percepções de mundo muito distintas, é que nos deteremos no exercício de colocar em diálogo com as obras de Paulo, outras obras, de outros autores, uma produzida na mesma região e a outra, embora produzida por um sujeito originário da mesma região – São Paulo – evidência a possibilidade de outros sentidos.

A tristeza, a malandragem e a força: notas sobre o nacional

Vamos neste momento, buscar em outras obras contemporâneas as de Paulo Prado, singularidades e proximidades que tornam o argumento de que o modernismo é uma produção regionalista de São Paulo mais palatável. O primeiro romance foi escolhido por ter sido, pelo seu próprio autor, denominado de versão literária de *Retrato do Brasil*. Em correspondências a Paulo Prado, Mario de Andrade afirma ser o livro o retrato sociológico de sua novela *Macunaíma*. Publicada um ano após a publicação de *Retrato*, o livro apresenta semelhanças, que fazem crer que uma não existiria sem a outra.

Em oposição a essas duas obras, trabalharemos no mapeamento da primeira parte do “romance” *Os Sertões* de Euclides da Cunha – com características formais bastante próximas ao ensaio. Ao buscar narrar os acontecimentos da Guerra de Canudos, o jornalista paulista de nascimento, nos revela um visão diferenciada do povo brasileiro, alicerçada no mesmo princípio de Paulo Prado: de que as características geográficas atuam como definidores do sujeito.

Iniciamos com a evidência do nascimento. Nascimento e nação como já vimos possuem uma origem etimológica comum. Nascer é vir ao mundo, existir no mundo. O nascimento do brasileiro aparece em Paulo Prado como o início de nosso fardo. Mario de Andrade sob a metáfora do herói como emblema da nação, personifica esta nação triste e preguiçosa.

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo

do Uraricoera, que a índia, tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro: passou mais de seis anos não falando. Sio incitavam a falar exclamava: If— Ai! que preguiça!. . . e não dizia mais nada." Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros (ANDREADE 2002, 4)

Macunaíma nascia preto, em um lugar perdido no meio do mato. O que pode representar uma diferença entre romancista e o ensaísta Paulo Prado, redundando em uma repetição. Apesar de o herói decadente ter nascido no sertão, local que para Paulo se colocava como o berço para a civilização paulistana, este sertão aparece como imaculado, não transformado, como a natureza romântica em Paulo Prado.

E estava lindíssima na Sol da lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. Todos os seres do mato espiavam assombrados. O jacarèuna o jacarètinga, o jacaré-açu o jacaré-ururau de papo amarelo, todos esses jacarés botaram os olhos de rochedo pra fora d'água. Nos ramos das igazeiras das aningas das mamoranas das embaúbas dos catauaris de beira-rio o macaco-prego o macaco-de-cheiro o guariba o bugio o cuatá o barrigudo o coxiú o cairara, todos os quarenta macacos do Brasil, todos, espiavam babando de inveja. E os sabiás, o sabiàcia o sabiàpoca o sabiàúna o sabiàpiranga o sabiàgonga que quando come não me dá, o sabià-barranco o sabià-tropeiro o sabià-laranjeira o sabià-gute todos esses ficaram pasmos e esqueceram de acabar o trinado, (ANDREADE 2002) (29)

Em meio esta fauna e flora fantásticas, a única atividade que sacudia a preguiça era o de “brincar” com as mulheres. Nos dizeres de Paulo, que também constroem sentido no romance, o desregramento das paixões e dos desejos fundam e caracterizam o brasileiro. Nos dizeres de Paulo Prado, “desde pequenos (os negros) transformavam a casa em um lugar de perversão”. Macunaíma, não tinha nem casa no meio dos matos, mais um sinal da preguiça generalizada, mas desde pequeno era um desregrado sexual, que inclusive, dormia com a mulher de seu irmão.

Passava o tempo do banho dando mergulho, e as mulheres soltavam gritos gozados por causa dos guaimuns diz-que habitando a água-doce por lá. No mucambo si alguma cunhatã se aproximava dele pra fazer festinha, Macunaíma punha a mão nas graças dela,

cunhatã se afastava. (...) Adormecia sonhando palavras-feias, imoralidades estrambólicas e dava patadas no ar. Nas conversas das mulheres no pino do dia o assunto eram sempre as peraltagens do herói. As mulheres se riam muito simpatizadas, falando que "espinho que pinica, de pequeno já traz ponta", e numa pagelança Rei Nagô fez um discurso e avisou que o herói era inteligente. (ANDREADE 2002, 4)

Contradizendo este mundo da preguiça e da desordem sexual, Euclides, cria um sertão marcado pela rudeza, pela aspereza do clima. Uma paisagem inóspita marcada pela ausência de tudo, até mesmo da natureza.

As erosões constantes quebram, porém, a continuidade desses estratos que ademais, noutros pontos, desaparecem sob as formações calcárias. Mas o conjunto pouco se transmuda. À feição ruiforme destas, casa-se bem à dos outros acidentes. E nos trechos em que elas se estiram, planas, pelo solo, desabrigadas de todo ante a acidez corrosiva dos aguaceiros tempestuosos, crivam-se, escarificadas, de cavidades circulares e acanaladuras fundas, diminutas mas inúmeras, tangenciando-se em quinas de rebordos cortantes, em pontas e duríssimos estrepes que impossibilitam as marchas. Deste modo, por qualquer vereda, sucedem-se acidentes pouco elevados mas abruptos, pelos quais tornejam os caminhos, quando não se justapõem por muitas léguas aos leitos vazios dos ribeirões esgotados. E por mais inexperto que seja o observador — ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens... (CUNHA 2002, 9)

Como lugar da ausência, o sertão se coloca em Euclides, como uma dimensão na qual nem mesmo a natureza existe. Nesta linha argumentativa, a sobrevivência do homem, nada confluía para que a preguiça fundamentasse as características dos homens daquela região. Ao contrário, em oposição a um homem que torna-se preguiçoso em uma terra que tudo dá — afirmativa comum a Mario e Prado — em *Os Sertões*, a ausência de uma natureza acolhedora, redundou na luta diária contra a terra.

A luta pela vida, que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, desatando-se os arbustos em cipós, elásticos, distensos, fugindo ao afogado das sombras e alteando-se presos mais aos raios do Sol do que aos troncos seculares — ali, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O Sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater. E evitando-o pressente-se de algum modo, como o indicaremos adiante, a inumação da flora moribunda, enterrando-se os caules pelo solo. Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsicado pelas drenagens dos pendores ou esterilizado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dous meios desfavoráveis — espaços candentes e terrenos agros — as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda. (CUNHA 2002, 17)

Ao contrário da vida fácil, repleta de prazeres sexuais, o sertão era “o martírio do homem, ali, é o reflexo da tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra...” (CUNHA 2002, 27)

Depois retesou os músculos, se erguendo num trapézio de cipó e aos pulos atingiu num átimo o galho mais alto da piranheira. Sofará trepava atrás. O ramo fininho vergou oscilando com o peso do príncipe. Quando a moça chegou também no tope eles brincaram outra vez balanceando no céu. Depois de brincarem Macunaíma quis fazer uma festa em Sofará. Dobrou o corpo todo na violência dum puxão mas não pôde continuar, galho quebrou e ambos despencaram aos emboléus até se esborracharem no chão. (ANDREADE 2002) (7)

Macunaima nada tinha do valente bandeirante, sua imagem redundava mais do apático Jeca-Tatu, acostumado com a melancolia, com a tristeza e com a acomodação. Lembrando os dizeres de Paulo, a bravura do bandeirante esvaeceu-se com a ganância: “ouro, ouro, ouro.” Os melhores exemplares do Paulistas resumiram-se a pouca aristocracia apegada a terra, que viram “os melhores exemplares” partindo na esperança da conquista. O jeca era este mesmo bandeirante, que cansado e humilhado pela coroa, optou por parar e sobreviver daquilo que a terra deva.

— Tu vai por aqui, menino-home, vai por aqui, passa pela frente daquele pau, quebra a mão esquerda, vira e volta por debaixo dos

meus uaiariquinizês. Macunaíma foi fazer a volta porém chegado na frente do pau, cocou a perninha e murmurou: — Ai! que preguiça!.... O herói vivia sossegado. Passava os dias marupiara na rede matando formigas taiocas, chupitando golinhos estalados de pajuari e quando agarrava cantando acompanhado pelos sons gotejantes do cotcho, os matos reboavam com doçura adormecendo as cobras os carrapatos os mosquitos as formigas e os deuses ruins. (ANDREADE 2002, 12-17)

Em oposição à Mario de Andrade, o sertanejo de Euclides da Cunha, ganha ares de herói com caráter. Afinal em uma terra inóspita, sobreviveu, embora torto, de forma a se adaptar às mazelas impostas pelo meio natural. Em verdade, Euclides fundamenta seu argumento acreditando ser a aparência rude do sertanejo fruto de alterações que buscavam aumentar as possibilidades da sobrevivência humana.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agravao a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeiramente conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um

retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia. (CUNHA 2002, 47)

A aparência decadente do sertanejo é ilusória, pois por de traz da tristeza, que não é em si mesma como aparece em Paulo Prado, é oriunda da luta e das modificações impostas pela natureza.

esse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, A luta transmuda-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. E durante o curso deste processo redutor, os mestiços emergentes, variáveis, com todas as mudanças da cor, da forma e do caráter, sem feições definidas, sem vigor, e as mais das vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades. É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. (CUNHA 2002, 46-47)

Sobre as características fundamentais do sertão, em oposição aos dois autores, Cunha afirma apenas conhecer as mazelas do clima, pois este mesmo atua como empecilho para o conhecimento dos homens dessas regiões, ao mesmo tempo em que questiona as imagens construídas sobre eles: “Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir” (CUNHA 2002, 12). De certo, o julgamento de Euclides, apresenta certa lógica, mesmo a viagem de redescobrimto, patrocinada por Paulo Prado, na qual embarcaram os modernistas, resumiu-se a dificultosa ida ao interior de Minas Gerais. Fica-nos evidente que o discurso regionalista surgia do desconhecimento destes locais, assim, as imagens construídas sobre o outro se colocavam no campo preconceituoso do mal-dizer.

O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição. (...) Definir a região é

pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade uma identidade presente na natureza. (...) O espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. (ALBUQUERQUE JUNIOR 2006, 25)

Este traço do discurso regionalista fica mais evidente quando Mário relata a aventura de Macunaíma na cidade de São Paulo. No início da jornada, Macunaíma depara com a ausência de dinheiro para a empreitada. Assim como a descoberta das riquezas das minas, que para Paulo resultaram no acúmulo momentâneo de riqueza pelos paulistas, mas tão logo a mesma se esvaiu. O mesmo fardo é creditado ao nosso herói.

Muitos casos sucederam nessa viagem por caatingas rios corredeiras, gerais, corgos, corredores de tabatinga matos-virgens e milagres do sertão. Macunaíma vinha com os dois manos pra São Paulo. Foi o Araguaia que facilitou-lhes a viagem. Por tantas conquistas e tantos feitos passados o herói não ajuntara um vintém só mas os tesouros herdados da icamiaba estrela estavam escondidas nas grunhas do Roraima lá. Desses tesouros Macunaíma apartou pra viagem nada menos de quarenta vezes quarenta milhões de bagos de cacau, a moeda tradicional. (ANDREADE 2002, 28)

Talvez a situação mais singular narrada por Mário seja a transformação fenotípica de Macunaíma. O branqueamento de Macunaíma ocorre em decorrência de um banho em águas mágicas. Ocorridos antes da chegada do herói a São Paulo, ela nos parece ser necessário para o novo universo que o herói adentraria.

O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra índia brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. (ANDREADE 2002, 29)

Novamente, observamos relampejos das percepções de Paulo Prado. Chegado à cidade, o herói embranquecido, se depara com um novo mundo. O olhar de Macunaíma passa a operar em aproximações da cidade com mundo da natureza. Embora branco fisicamente alterado, o herói ainda precisaria de uma mudança cultural e simbólica, como sujeito exógeno a cidade, ele precisa compreendê-la.

Á inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhas rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamava elevador e era uma máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncoss esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés. . . Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado. (ANDREADE 2002, 31)

A cidade era tecnológica, maquinal. Suas engrenagens não eram produtos de um entendimento transcendental, como a natureza e suas riquezas. Para espanto do herói, “a máquina (...) era feita pelos homens”! Na assepsia de Prado, a cidade, era fruto do bandeirante que sabiamente soube aproveitar as forças da natureza, convertendo-a no esplendor da civilização, uma percepção muito próxima foi desenvolvida por Mário, a cidade mágica, inacreditável ao mundo natural. Ao invés da submissão ao clima e a natureza observada em Euclides da Cunha. Mário louvará a transformação do meio submetido ao homem sob a metáfora da cidade.

A máquina não era deus não, nem possuía os distintivos femininos de que o herói gostava tanto. Era feita pelos homens. Se mexia com eletricidade com fogo com água com vento com fumo, os homens aproveitando as forças da natureza. Porém jacaré acreditou? nem o herói! (ANDREADE 2002, 32)

A implicação destas formas de representação da cidade vinculam-se diretas na própria formulação da importância e da centralidade nas produções artísticas

nacionais. Aqui o princípio de que a arte imita a vida é levado ao extremo. Como se o dinamismo da cidade redundasse em uma Arte dinâmica.

Do lado vencedor, que é o lado da cidade moderna, do capital, da concentração de poder, do Estado, da tecnologia, está a arte eufórica, tantas vezes expressa como vanguarda, por sinal; do lado perdedor, do lado que requer o luto, está a arte disfórica, a arte melancólica, tantas vezes expressa como, desculpe insistir tanto assim, "regionalismo".... adequado, é que muito do que é chamado de regionalismo merece ser lido de modo mais agudo, de tal forma que seus aspectos de trabalho de luto sejam vistos historicamente, como o processamento da perda que a modernização acarretou, processamento que não se opõe a, mas que se complementa dialeticamente com, aquele que a arte urbana ou metropolitana produz. (FISCHER 2007, 139)

A cidade seduzia, Macunaíma ao escrever sobre São Paulo para suas cunhãs escondidas e esquecidas nos cafundós das florestas.

É bem verdade que na boa cidade de São Paulo — a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes — não sois conhecidas por "icamiabas", voz espúria, sinão que pelo apelativo de Amazonas; (...) É São Paulo construída sobre sete colinas, à feição tradicional de Roma, a cidade cesárea, "capita" da Latinidade de que provimos; e beija-lhes os pés a grácil e inquieta linfa do Tietê. As águas são magníficas, os ares tão amenos quanto os de Aquisgrana ou de Anver-res, e a área tão a eles igual em salubridade e abundância, que bem se pudera afirmar, ao modo fino dos cronistas, que de três AAA se gera espontaneamente a fauna (ANDREADE 2002, 61-67)

A Cidade, como sendo um elemento de negação da natureza, não simplesmente existe, mas existe como resultado de labor e audácia, dos esforços históricos dos bravos paulistas, que para o seu louvor, superaram inclusive o grande fado brasileiro; a formiga – que reina no mundo natural.

Por isso e para eterna lembrança destes Paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de Locomotivas (...) Por isso e para eterna lembrança metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça: "POUCA SAÚDE E MUITA SAÚDE, OS MALES DO BRASIL SÃO." (ANDREADE 2002) (69-70)

Assim, ao perceber os esforços comuns a Mário de Andrade e Paulo Prado, opondo-se a outra postura de construção dos elementos nacionais, fica observável a magnitude dos esforços necessários para que amalgamar a representação da modernidade com São Paulo. Neste caso, como acontece na escrita da história de Paulo Prado, moderno correspondia em ser desbravador, a ser bandeirante.

Tal identidade produzida pela diferença, é determinada como repetição. Do mesmo modo, a repetição do eterno retorno consiste em pensar o mesmo a partir do diferente. Mas este pensamento já não é de modo algum uma representação teórica: ele opera praticamente uma seleção da diferença segundo sua capacidade de produzir. (DELEUZE 2006, 73)

Quando queremos circunscrever a especificidade de cada uma dessas sociedades, vemos que ela é homóloga àquela de um nódulo central de significações imaginárias desta sociedade, por meio das quais essa sociedade cria, constrói e organiza, e no mesmo movimento investe de sentido tanto o mundo dito “exterior”, quanto o mundo “extra-social” (ou seja, natural) e o mundo social (ou seja, sua própria organização). Essas significações formam cada vez mais um magma, e assim, as significações imaginárias da sociedade capitalista, a divindade ou divindades de uma sociedade monoteísta ou politeísta ou a polis, o politès e seus atributos são significações imaginárias sociais criadoras de mundos social-históricos. (CASTORIADIS 2007, 51)

Sob este olhar da diferença o bandeirantismo e todos os fenômenos a ele associado são frutos de uma tradição inventada, temos que as obras de Paulo Prado contribuíram para este imaginário. Paulística está atualmente na sua 6ª edição e Retratos do Brasil na sua 8ª. As últimas edições são de 2004 e 1997 respectivamente, ambas pela Companhia das Letras. As obras de Paulo Prado são mais uma entre tantas outras historiografias contemporâneas que se dedicam a refletir sobre a história de São Paulo. O interessante é que em linhas gerais, os estudos sobre São Paulo têm se voltado para identificação de outras experiências que não o fenômeno das bandeiras. Munidos também de extensas pesquisas documentais, os novos estudos revelam uma cidade muito mais complexa e diversa do que apresentado por Paulo. Portanto, podemos inferir que a obra de Paulo Prado, ao fazer uso da história,

procurou impor sua cultura, aqui entendida como forma de se relacionar e representar o mundo, a torná-la única e hegemônica. O surgir de novos estudos revela a proeza e a função política que os estudos da década de 20 tiveram no período.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro da esfera, vê-se uma cidade azul que é modelo para uma outra Fedora. São as formas que poderia tomar se por alguma razão ou outra, não tivesse tomado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas enquanto construía seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo na esfera de vidro. (Italo Calvino)

A saudade é um sentimento pessoal de quem percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma sociedade que perdeu historicamente suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente sua posição, que viu os símbolos de seu poder

esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história. (Durval Muniz de Albuquerque Junior)

Este trabalho procurou apenas fornecer uma possibilidade problematizar princípios e idéias, que se colocam no presente, tais como: as referências a São Paulo como locomotiva da nação, epicentro da modernidade e da sua própria superação; como se a cidade fosse o “umbigo do Mundo”, o lugar dos arautos da verdade, do conhecimento e do futuro. O que se buscou, foi uma tentativa de se compreender que, longe de serem percepções casuais de turistas e transeuntes, anônimos na metrópole, quando colocadas dentro de uma perspectiva histórica elas ganham novas dimensões, do mal do historiador padece esta dissertação: Mas será que sempre foi assim? A busca pela resposta nos levou ao início do século, lá não buscamos verdades, consolidadas e estigmatizadas, ao contrário, encontramos um passado vivo, um passado que fazia sentido para nossas inquietações.

Assim, buscamos determinar o lugar de fala de Paulo Prado. Para tanto foi necessário apreender a reconstrução da cidade, bem a como, a elaboração de uma tradição por parte da elite cafeicultora que justificava a centralidade do Estado de São Paulo no cenário sócio-político nacional. Assim, os escritos de Paulo passaram a compor mais um arranjo no contexto da construção de uma paulistanidade. Vimos também que a história de São Paulo, elaborada por Paulo Prado, cumpria um papel central no que tange os aspectos de construção de sentido harmônico entre o passado, o presente e futuro. Ou seja, na lógica pradiana, se São Paulo era uma cidade moderna, ela o era, pois seu passado, assim determinava e, mais lógico ainda, era perpetuação deste espírito no futuro.

Localizar de onde Paulo Prado falava, nos possibilitou problematizar as formas de apreensão da identidade nacional elaboradas pelo autor. Assim ficou evidente que Paulo, e sua fala, que buscava a afirmação do paulista, inventaram um Brasil triste, melancólico, libidinoso e estéril que redundariam não apenas em inúmeros preconceitos, ainda hoje observáveis em relação aos “nordestinos”, como também suas inflexões nas formas de apreensão da realidade por parte da intelectualidade que o precedeu.

Em última instância, este trabalho procurou evidenciar os espaços de estriamento existentes entre o modernismo e o regionalismo paulista buscando evidenciar que, embora muitos autores considerem Paulo Prado como um intelectual “entre-movimentos” – ele era velho de mais para ser um modernista, porém demasiadamente revolucionário para compartilhar da geração 1890 (BERRIEL 2000) – seu pensamento apresenta características fundamentais do modernismo, como a negação sutil dos elementos exógenos à cultura nacional, a elaboração de uma identidade que, embora fundamentada na mitologia das três raças, já indicava para uma percepção mais culturalista.

Este trabalho procurou captar Paulo Prado, nos seus múltiplos, buscando entre eles as congruências entre o intelectual, o produtor de café, o político, o amante das artes, o paulista e o brasileiro. As intersecções entre estas tantas máscaras, no revelou que não existem sujeitos passivos, nem benevolentes na história, mas acima de tudo, revelou que a história, como forma sistematizada do conhecimento, é escrita por homens, e como dimensão humana, ela tem seus engajamentos e sujeições. No caso de Paulo Prado, sua obra salta de uma simples escrita da história para a categoria de documentos de época quando percebida como construtora e inserida na polarização entre o regional e o nacional.

Ou seja, a obra ao ser compreendida com documento revelador de um pensamento, e este por excelência um objeto histórico social, nos fez perceber que mesmo a produção na produção do conhecimento, estão implícitos os problemas, as fissuras, as lutas por hegemonia, por espaços centrais que compõe a realidade

brasileira. A história se revelou, neste sentido, como um espaço de acomodação da luta entre o regional e nacional. Neste cenário, o modernismo, aqui compreendendo os escritos de Paulo, é retratado como o movimento que melhor suprimiu as diferenças entre estas duas categorias. No entanto, é necessário compreendê-lo como componente do discurso de fundação da nação produzido e perpetuado por indivíduos sociais que, para além dos interesses nacionais, são galgados em percepções regionais e que atendem aos interesses destes espaços geográficos.

É por isso que estudamos história: para que percamos a inocência em relação ao mundo que nos cerca; para compreendermos que todos os aspectos das sociedades e de nossa cultura têm um passado que o constituiu e que é observável pela identificação de todo um processo que o antecedeu. A importância de nossa ciência reside no fato de que ela nos possibilita evidenciar que o estado de coisas atuais não é fruto da casualidade, ou por que sempre foram assim. Mas sim, que a sociedade e todas as suas relações, foram produzidas pelos próprios homens, em determinados momentos e segundo determinados interesses, e em meios a determinadas disputas, lutas e conflitos. A história nos faz ver o mundo sem verdades incontestáveis, inclusive àquelas verdades construídas pela própria escrita da história, como o caso dos bandeirantes, da mitologia das três raças ou mesmo os “quadros de ferro de Varnhagen”, referências para a “História do Brasil Nação”.

O que objetivamos nesta dissertação não foi construir uma verdade a respeito de Paulo Prado e suas obras, mas sim, através sua evidência e análise, buscar um sentido, uma resposta para questões que apresentam no nosso presente: a emergência de múltiplas e efêmeras identidades, em oposição à busca de uma identidade nacional no campo intelectual e principalmente na esfera do poder público. Sempre fomos assim? O que fomos será o que somos e seremos? Perguntas das gerações do presente, mas também de gerações passadas. Passado e presente se unem em uma nova sensibilidade possível unicamente pelo arco da reflexão história.

Paulo Prado e suas obras *Paulística* e *Retrato do Brasil*, foram objetos para compreender que o local da escrita da história, corresponde a um dado fundamental

da produção histórica. O resultado desta evidência, que serve tanto para Paulo Prado, quanto para nós historiadores contemporâneos, é a de que o historiador, mais do que outros cientistas sociais, deve sempre exercer o fundamento da crítica, não só como antagonismo, mas sim como formuladora de novas possibilidades de passado, que fazem surgir novas concretudes do presente. Obliterar ou revelar o passado implica em iluminar estes ou aqueles presentes, pois são nas constantes conexões entre o passado e presente que a vida ganha um sentido, não o sentido da direção, mas sim, como sensibilidade intrínseca à vida. Termino com as palavras de Foucault, que revelam que a função do historiador consiste na reflexão do presente e não no passado imaculado, a cada nova situação presente, novos passados, nas tramas temporais necessitaram ser escritas:

A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer, e do que fica fora da nossa prática discursiva; começa com o exterior de nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas práticas discursivas. Neste sentido vale para nosso diagnóstico. não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. (FOUCAULT, A arqueologia do saber 2005, 148-149)

Fontes e Bibliografia

Fontes

ABREU, Capistrano de. "Cartas a Paulo Prado." In: *Correspondência de Capistrano de Abreu*, por José Honório RODRIGUES. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais: Instituto Nacional do Livro, 1954.

ANDRADE, Mário de. "Carta à Paulo Prado." In: *Paulística etc.*, por Paulo PRADO, 232-235. São Paulo: Companhia das Letras, 1925.

ANDRADE, Mário de. "Paulicéia Desvairada." In: *Poesias Completas*, por Mario de ANDRADE. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltd; Editora Univesidade de São Paulo, sd.

ANDRADE, Mário. "Macunaíma; o herói sem nenhum carácter." *Domínio Público/Biblioteca Nacional*. 11 de 2002. www.dominiopublico.gov.br (acesso em 05 de 23 de 2004).

ATAÍDE, Tristão de. "Um outro homem." In: *Paulística etc.*, por Paulo PRADO, 226-228. São Paulo: Companhia das Letras, 1927.

CUNHA, Euclides da. "Os Serões - vol I." *Domínio Público/Biblioteca Nacional*. 11 de 2002. www.dominiopublico.gov.br (acesso em 2007 de 07 de 05).

PRADO, Paulo. "Arte moderna da coisa bela: carta a René Thiollier." In: *Paulística, etc.*, por Paulo PRADO, 295-296. São Paulo : Companhia das Letras, 1922.

—. *Paulística etc.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

—. *Paulística etc.* 4a edição. Edição: Carlos Augusto CALIL. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

—. *Provincia & Nação: Paulística e Retratos do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

—. *Retratos do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira.* 9 edição. Edição: Carlos Augusto CALIL. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLOREAL, Sylvio. *Ronda da Meia-Noite.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Teses e Dissertações

ABUD, Kátia Maria. "O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante." Tese de doutorado: FFLCH - USP, 1985.

BONZATTO, Eduardo Antonio. *A fonte da nação: a iconografia pátrica do século XIX nos livros didáticos de história do Brasil: O nacional e o Regional.* Tese de doutorado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2004.

NEPOMUCENO, Nirlene. *Testemunho de poéticas negras: de Chocolat e Companhia Negra de Revistas no Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2006.

Bibliografia Geral

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A Pátria Paulista: O separatismo como resposta à crise do Império Brasileiro.* São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes.* Recife, São Paulo: FJN, Editora Massangana, Cortez, 2006.

—. *História a arte de inventar o passado.* Bauru: EDUSC, 2007.

—. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia.* São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Lucio Flávio R. de. *Ideologia nacional e nacionalismo.* São Paulo: EDUC, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.* Tradução: Catarina MIRA. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANTONACCI, Maria Antonieta. "No corpo a letra, a voz, imagem em culturas africanas e afro-brasileiras." www.ces.uc.pt/lab2004/incricao/pdfs/painel161/MariaAntoncci.pdf (acesso em 11 de Outubro de 2007).

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas*. São Paulo: Edunicamp; Imprensa Oficial, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares*. São Paulo: Papirus, 1994.

BARTHES, Roland. *A Aula*. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2004.

—. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. “Teses da História.” In: *Walter Benjamin: aviso de incêndio*, por Michel LOWY. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1994.

—. *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERRIEL, Carlos Ornelas. *Tietê, Tejo e Sena*. São Paulo: Papirus, 2000.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

BREFFÉ, Ana Cláudia Fonsica. “História Nacional em São Paulo: O Museu Paulista em 1922.” *Anais do Museu Paulista*. n 11 de vol 10/11 de 2003. www.redalyc.com/mex (acesso em 31 de 05 de 2007).

BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX: Fundamentos de um lugar comum.” In: *Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, por Maria Stella BRESCIANI e Márcia (org.) NAXARA, 403-429. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950).” In: *Palavras da Cidade*, por Maria Stella Martins BRESCIANI. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

—. “Um possível diálogo entre e com os intérpretes do Brasil.” *Seminários de Pesquisas Antigos e Modernos: diálogos sobre (a escrita) da história*. Edição: Francisco Murari. São Paulo: SESC SP, 7 de setembro de 2007.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Retrato do Brasil: uma representação do ser Nacional.” In: *1500/2000: trajetórias*, por Francisco Carlos COSENTINO, 142-153. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva - Curso de História, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- . *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- . *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- . “A memória nacional em luta contra a história.” *Folha de São Paulo/ Caderno Mais!*, 12 de 11 de 2000: 17.
- . “O motivo edênico no imaginário social brasileiro.” outubro de 1998b. www.scielo.br (acesso em 15 de 01 de 2007).
- . *Os bestializados da República: a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *Pontos e Boradados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. “A Instituição imaginária da Sociedade.” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- . *Sujeito e Verdade no mundo socio-histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CENDRARS, Blaise. “Correspondência de Blaise Cendrars como Paulo Prado.” In: *A aventura brasileira de Blaise Cendrars: ensaios, cronologia, filme, depoimento, antologia, desenhos, conferências, correspondência, traduções*, por Alexandre EULÁLIO, 175-238. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- . *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Diefel, Bertrand Brasil, 1990.
- CEZAR, Temístocles. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis.” In: *Estudos sobre a escrita da História*, por Manuel Luiz Salgado GUIMARÃES, 27-41. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- CHARTIERr, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Diefel: Lisboa, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasi: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Oerseeu Abramo, 2000.
- . *Brasi: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Oerseeu Abramo, 2000.
- . *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- . *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DECCA, Edgar Salvadori de. "Cidadão, mostre-me a identidade!" *Cadernos CADES*. vol 22, n 58 de Dezembro de 2002. www.scielo.br/scielo (acesso em 14 de maio de 2007).

—. *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DELEUZE, Gilles. "A repetição no eterno retorno define a univocidade do ser, A repetição para si mesma." In: *Diferença e Repetição*, por Gilles DELEUZE. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

—. "O que é um dispositivo?" 1990. www.mf.com.br (acesso em 14 de 05 de 2005).

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. São Paulo: ccc, 2002.

DINIZ, Claudio Lúcio de Carvalho. http://www.ichs.ufop.br/memoria//trab/h9_4doc (acesso em 30 de 01 de 2008).

DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho. "Tristeza Tupiniquim: a melancolia brasileira no Retrato do Brasil de Paulo Prado." www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h0_4doc (acesso em 30 de 06 de 2008).

DUTRA, Eliana de Freitas. "O Não Ser e o Ser Outro: Paulo Prado e o seu Retrato do Brasil." *Estudos Históricos*, n. 26 de vol. 14 de 2000: 233-252.

—. "O Não Ser e o Ser Outro: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil." *Estudos Históricos*, 2000.

FAUSTO, Boris. "Pequenos Ensaios de história da República (1889-1945)." *Cadernos CEPRAP*, 1973: 10.

—. "Pequenos Ensaios de história da República (1889-1945)." *Cadernos CEPRAP*, 1973: 10.

FISCHER, Luis Augusto. "Conversa Urgente sobre uma velharia." *Cultura e Pensamento*, n.3 de Dezembro de 2007: 126-139.

—. "Em SP só vale o que é novo ou vanguardista." *Folha de São Paulo*. 24 de 08 de 2008. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2308200808.htm> (acesso em 25 de 08 de 2008).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

—. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

—. *O que é um autor?* Porto: Vega editorial, 2002.

GOMES, Angela de Castro. "Essa gente do Rio ... os intelectuais cariocas e o modernismo." *Estudos Históricos*, 1993.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional." *Revista de História*, 1997: 5-27.

- . *Usos da História: Refletindo sobre identidade e sentido*.
http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/pdf/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf
 (acesso em 12 de 06 de 2008).
- HALL, Stuart. "Que Negro é esse na cultura negra?" In: *Da Diáspora*, por Stuart HALL. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HARTOG, François. "A Testemunha e o Historiador." In: *Fronteiras do Milênio*, por Sandra Jatahy PESAVENTO. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGA, 2001.
- . *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- . "Regime de Historicidade." sd. www.fflch.usp.br/dh/heros (acesso em 11 de novembro de 2007).
- HARTOG, François. "Tempos do Mundo, História, Escrita da História." In: *Estudos sobre a Escrita da História*, por Manuel Luiz Salgado (org.) GUIMARÃES, 15-28. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. "A invenção das tradições." In: *A Invenção das Tradições*, por E. HOBSBAWM e T. (org) RANGER. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric, e Theodore RANGER. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- KOGURAMA, Paulo. *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na Metrópole do café - 1890-1920*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro e Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RIO, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. Vol. Enciclopedia Einaudi vol I. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 2. São Paulo: Livrareira Pioneira Editora, sd.
- LEVI, Darrel Erville. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

MARINS, Paulo César Garcéz. "O parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista." *Anais do Museu Paulista*. 2003. www.redalyc.com/mex (acesso em 31 de maio de 2007).

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. "Como se deve escrever a história do Brasil." In: *O Estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1982.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "Museus Históricos: da celebração à consciência histórica." *Como explorar um museu histórico*, 1992.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NAVARRETE LIÑARES, Federico. "A invenção da etnicidade nos Estados-Nações Americanos nos séculos XIX e XX ." *Encontro Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007. 17.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos Sentidos: Mario de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares." *Projeto História*, Dezembro de 1993.

PALTI, Elías. *La Nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"*. 2a. edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922: Itinerário de uma falsa vanguarda : os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Maria Emilia. "Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX." vol. I de Ano V de 2006. [www2,urj.br/~intellectus](http://www2.urj.br/~intellectus) (acesso em 25 de 01 de 2007).

RAGO, Margareth. "Sonhos de Brasil." In: *A invenção do Nordeste e outras artes*, por Durval Muniz ALBUQUERQUE JUNIOR. Recife/São Paulo: FJN, Editora Massangana/Cortez, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1946.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RYKWERT, Joseph. *A idéia de cidade*. São Paulo : Perpectiva, 2006.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. 2a edição. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, Carlos José. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: FAPESP, Annablume, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultira da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Belo Horizonte: Companhia das Letras, UFMG, 2007.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio à Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos primeiros anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THEODORO, Janice. "Memória e Esquecimento: nos limites da narrativa." *Revista Tempo Brasileiro*, outubro/novembro de 1998.

THIOLLIER, René de Castro. *A Semana de Arte Moderna: depoimento inédito, 1922*. São Paulo : Cupolo.

TURIN, Rodrigo. "Em busca do tempo perdido: notas sobre o uso da arqueologia e da filologia no discurso etnográfico do IHGB (1984-1870)." *Anais do XIV Encontro Nacional de História*. Porto Alegre: ANPUH, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)